UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - UFRGS
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL E INSTITUCIONAL

Dissertação de Mestrado

PECULIARIDADES DO DISCURSO NA PSICOSE

Fernanda Arioli Heck

Porto Alegre

2012

Fernanda Arioli Heck

PECULIARIDADES DO DISCURSO NA PSICOSE

Dissertação apresentada como exigência parcial para obtenção do grau de Mestre em Psicologia Social e Institucional. Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional. Instituto de Psicologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Profa. Dra. Marta Regina de Leão D'Agord

Porto Alegre

2012

Fernanda Arioli Heck

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a Dissertação **"Peculiaridades do discurso na psicose"**, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Psicologia Social e Institucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Dissertação defendida e aprovada em: 21/03/2012

Banca examinadora:

_____

Profª. Drª. Denise Costa Hausen – PUCRS

_____

Profª. Drª. Liliane Seide Froemming – UFRGS

_____

Profª. Drª. Maria Cristina Poli – UFRGS

_____

Profª. Drª. Roséli Maria Olabarriaga Cabistani - UFRGS

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, professora Marta Regina de Leão D'Agord, que acompanhou atentamente todos os momentos da construção dessa pesquisa, sustentou um espaço onde a questão pôde ser desdobrada e que, mesmo diante das minhas impropriedades teóricas, sempre esteve disposta a me orientar. Com ela aprendi muito sobre pesquisa, psicanálise e topologia.

À Denise Costa Hausen, pela disponibilidade de participar da banca e oferecer a sua contribuição à nossa pesquisa.

À Liliane Seide Froemming, pelos valiosos caminhos que indicou no momento da qualificação, que influenciaram nos rumos que tomou o estudo, e por aceitar partilhar comigo mais esse momento.

À Maria Cristina Poli, que me oportunizou realizar uma aproximação entre ficção e psicanálise, contribuindo para a elaboração desse estudo, e com quem tive oportunidade de aprender nos seminários do percurso da Associação Psicanalítica de Porto Alegre. Obrigada, ainda, pelos apontamentos na qualificação do projeto de pesquisa e pela gentileza de novamente compor a banca.

À Roséli Maria Olabarriaga Cabistani, por aceitar compor à banca e contribuir com nossa pesquisa e também pelos ensinamentos e proximidade de nossa "turma" ao longo do percurso da APPOA.

À minha analista, Marta Pedó, por sustentar um espaço que me permite traduzir aquilo que eu nem sempre consigo colocar em palavras.

Aos meus pais, Adalberto da Rocha Heck e Berenice Fantin Arioli, por todo amor que dedicam a mim, por sempre me apoiarem e compreenderem quando eu não posso ou não consigo estar presente. Obrigada sobretudo por acreditarem e investirem em mim.

Ao meu irmão, Marcelo Arioli Heck, por estar sempre disposto a conversar e a mostrar um outro jeito de ver as coisas. Obrigada pelo companheirismo e também pelas nossas discordâncias, que não impedem nossa amizade.

Ao José Luís Longo, pela cumplicidade e por ter tornado a trajetória do mestrado muito mais bonita.

Ao meu grande amigo, Alexandre Rambo de Moura, pelas muitas horas de conversa sobre a vida inteira, sobre psicanálise, sobre a clínica. Por todos os momentos que compartilhamos e, em especial, por ter me incentivado a participar das disciplinas da Marta, a fazer o percurso da APPOA, a estudar para concurso, a ser quem eu sou hoje.

À minha querida amiga, Michelle Brauner Blom, que apesar da distância sempre esteve presente na minha vida e torcendo por mim.

Ao Anderson Beltrame Pedroso, que desde a graduação foi o amigo de todas as horas, sempre disposto a conversar e parceiro de muitos momentos. Obrigada por compartilhar comigo a vida e, é claro, a psicanálise.

Ao Daniel de Castro Vaz, pelo carinho, pelo incentivo e pelo apoio durante grande parte do mestrado.

Aos meus colegas de mestrado, pelo diálogo, em especial à Cristina de Campos Velho Birck, pelo auxílio na tradução de passagens que estavam originalmente em Francês e, sobretudo, pela amizade que construímos.

Às colegas de trabalho da Secretaria de Assistência Estudantil da UFRGS, que sempre me apoiaram na realização do mestrado e me incentivaram a seguir em frente, em especial àquelas que, mais do que colegas, se tornaram amigas.

A toda minha família e a todos os meus amigos, fundamentais na minha vida!

RESUMO

A pesquisa investiga transformações na leitura psicanalítica do discurso na psicose. Parte da análise realizada por Freud da biografia de Schreber, passando pela admissão por Lacan do termo "discurso" para a psicose, até a referência de Lacan em *"O aturdito"* ao "fora-do-discurso da psicose". Na formulação de hipóteses acerca do que significa e no que implica tal menção de Lacan não há consenso entre autores que se dedicaram ao tema. Com o propósito de indagar a pertinência de entender o "fora-do-discurso" como fora dos quatro discursos, a pesquisa foi construída com base em uma abordagem topológica e a partir do método psicanalítico de investigação. Inicialmente, é problematizada a idéia do "fora" enquanto exterioridade, posto que a oposição dentro-fora não implica alterações topológicas. A partir dos Esquemas L e Z são abordadas as conseqüências de na psicose o sujeito estabelecer uma relação direta com o semelhante, sem mediação Simbólica do Outro, de modo a permanecer no âmbito da rivalidade especular. A pesquisa faz referência, ainda, às alterações que o fora-do-discurso implica na sustentação do campo da realidade na psicose. A partir do Grafo do Desejo, é deflagrado o impasse de que incluir o desejo na relação com o outro implica a articulação entre os elementos do segundo andar do grafo. Na psicose, o discurso se rompe quando atinge o lugar do código, o que impede a passagem para o andar superior. Conclui-se que o fora-do-discurso da psicose faz referência à inviabilidade de aplicação do matema dos quatro discursos à estrutura psicótica, devido à impossibilidade de o sujeito ocupar o lugar de agente do discurso. Por fim, a partir da indagação relativa ao laço transferencial na psicose, são desdobradas as conseqüências da formulação da psicose como fora-do-discurso para o tratamento analítico.

Palavras-chave: Psicanálise. Psicose. Discurso. Topologia.

ABSTRACT

The research investigates changes in psychoanalytic reading of the speech in the psychosis. The research starts from the analysis performed by Schreber's biography written by Freud, going through Lacan's admission on the term "discourse" for psychosis, until the Lacan's reference in "L'etourdit" to "out-of-speech" of psychosis. In the formulation of hypotheses about what it means and what implies such mention, there is no consensus among authors who have dedicated themselves to the theme. In order to investigate the relevance of understanding the "out-of-speech" as out of the four discourses, the research was built on a topological approach and from the psychoanalytic method of investigation. Initially, the idea of "outside" is questioned as externality, since the opposition inside-out does not imply topological changes. From the diagrams L and Z are addressed the consequences of psychosis in the subject to establish a direct relationship with the similar, without Symbolic mediation of the Other, in order to remain within the mirroring rivalry. The study also refers to changes that the out-of-speech of psychosis implies in the sustaining of the field of reality. From the Graph of Desire is triggered a impasse: to include the desire in relation to the other imply the relationship between the elements of the second floor of the graph. In psychosis, the speech is broken when it reaches the place of the code, which prevents the passage to the upper floor. We conclude that the out-of-speech of psychosis refers to the impossibility of application of mathema of four speeches to the psychotic structure, due to the inability of the subject to take the place of agent of discourse. Finally, from the inquiry on the bond transferential in psychosis are unfolded the consequences of the formulation of psychosis as out-of-speech for the analytical treatment.

Keywords: Psychoanalysis. Psychosis. Speech. Topology.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE EQUAÇÕES

Equação 1 – A fórmula da metáfora 50
Equação 2 – A metáfora paterna 50

LISTA DE ESQUEMAS

Esquema 1 – Esquema L 76
Esquema 2 – Achatamento do Esquema L 80
Esquema 3 – Esquema Z 83
Esquema 4 – Esquema Z reescrito 85
Esquema 5 – Esquema R 86
Esquema 6 – Esquema I 91

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Toro 27
Figura 2 – Dois toros entrelaçados (toro do sujeito e toro do Outro) 27
Figura 3 – Retroação que induz a significação 52
Figura 4 – Mensagens sobre o próprio código 53
Figura 5 – Mensagens interrompidas 53
Figura 6 – A alienação 56
Figura 7 – Modelo Óptico 59
Figura 8 – Nó borromeu de 4 aros 74
Figura 9 – Três registros soltos na esquizofrenia 74
Figura 10 – Nó de trevo na paranóia 75
Figura 11 – Triângulo do Imaginário 86
Figura 12 – Estrutura quaternária, a partir da intervenção do Nome-do-Pai 86
Figura 13 – Plano projetivo 89
Figura 14 – Banda de *Moebius* 90
Figura 15 – Buraco entre as cadeias do enunciado e da enunciação 93
Figura 16 – Pontos de entrecruzamento do Grafo do Desejo 96
Figura 17 – Arestas do Grafo do Desejo 96
Figura 18 – Caminhos das arestas do Grafo do Desejo 97

Figura 19 – Grafo 1 98
Figura 20 – Grafo 2 99
Figura 21 – Conseqüências da foraclusão do Nome-do-Pai no Grafo do Desejo 103
Figura 22 – Grafo 3 104
Figura 23 – Grafo do Desejo completo 105
Figura 24 – Os quatro discursos 108
Figura 25 – Lugares e funções no matema dos discursos 109
Figura 26 – Intervenção do S1 no campo do saber e extração do *objeto a* 115

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – As estruturas clínicas 24
Quadro 2 – Paranóia e esquizofrenia 49

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Tabela-verdade do *ou exclusivo* (v) 57

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 11
2 METODOLOGIA 15
3 A CONSTRUÇÃO DA PESQUISA PSICANALÍTICA 18
4 A ESTRUTURA A PARTIR DA TOPOLOGIA 21
5 UM RETORNO A FREUD: *BEJAHUNG* E *AUSSTOSSUNG* 29
6 A PSICOSE EM FREUD E LACAN 35
6.1 A psicose em Freud a luz do caso Schreber 35
6.2 A psicose em Lacan no contexto do *Seminário 3: As psicoses* e no artigo *"De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose"* 38
7 O DISCURSO NA PARANÓIA E NA ESQUIZOFRENIA 46
7.1 Os fenômenos de linguagem na psicose: o registro do Simbólico 49
7.2 Alienação e separação: o registro do Imaginário e dimensão especular 55
7.3 O gozo na psicose: o registro do Real 70
7.4 Os três registros: Real, Simbólico e Imaginário na neurose e na psicose 73
8 O FORA-DO-DISCURSO A PARTIR DA TOPOLOGIA 76
8.1 O fora-do-discurso e os esquemas L e Z 76
8.2 O fora-do-discurso e os esquemas R e I 85
8.3 O fora-do-discurso e o Grafo do Desejo 92
8.4 O fora-do-discurso e os quatro discursos 108
9 O TRATAMENTO ANALÍTICO DA PSICOSE 123
9.1 A psicose e o amor de transferência 124
9.2 A construção ficcional do delírio 128
9.3 *Acting-out* e passagem ao ato na psicose 131
9.4 A função da escrita e do testemunho na construção de uma suplência 135
9.5 A posição do analista da clínica das psicoses 138
10 CONSIDERAÇÕES FINAIS 147
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 151

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa foi elaborada a partir da articulação de conceitos da teoria psicanalítica, no intuito de desdobrar a formulação lacaniana da psicose como fora-do-discurso. Para tanto, inicialmente nos propusemos a empreender uma breve retomada histórica da abordagem das psicoses na perspectiva psicanalítica, desde as elaborações freudianas, a partir da biografia de Schreber, a propósito do mecanismo da paranóia. Em seguida, retomamos como o discurso aparece no contexto do *Seminário 3*: *As psicoses*, de Lacan, e as alterações que a noção de discurso sofreu no transcorrer de sua teorização, desde 1955-56 - quando publicou o artigo *"De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose* - até 1973 - quando anunciou o fora-do-discurso da psicose em *"O aturdito"*. Essa questão vem sendo retomada atualmente por alguns teóricos da psicanálise, tais como Antônio Quinet, Colette Soler, MD Magno, Philippe Julien, Alfredo Eidelsztein, dentre outros. O contato com esses autores da psicanálise permitiu aproximarmo-nos de diferentes leituras e interpretações das proposições lacanianas.

Na formulação de hipóteses acerca do que significa e no que implica a menção de Lacan (1973/ 2003, p. 492), em *"O aturdito"*, do "fora-do-discurso da psicose" observamos entendimentos controversos no que diz respeito ao que Lacan estava se referindo ao empregar o termo "discurso", o que nos impulsionou a ampliar a pesquisa em relação ao tema. No que tange às implicações dessa condição do discurso nas psicoses apontada por Lacan, nos proporemos a decantar possíveis aproximações com a estrutura lógica dos quatro discursos, posto que traz em seu cerne a condição para que haja laço social. Além disso, a investigação aborda as implicações que as sucessivas modificações no emprego do termo "discurso" em relação às psicoses trouxeram para pensar a clínica psicanalítica.

Três momentos da teorização de Lacan constituem os pilares de nossa investigação, os quais foram marcados pela publicação dos artigos: *"De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose"* (1955-56), *"Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano"* (1960) e *"O aturdito"* (1973). Antes de adentrarmos nas razões que nos conduziram à escolha de tais artigos para abordar a questão, pensamos ser importante elucidar a concepção de laço social que perpassa nossa investigação. Para tanto, partiremos da noção simples de que para haver laço entre os seres faz-se necessária alguma forma de comunicação; no caso dos seres humanos, a linguagem (em suas diversas formas) constitui o substrato por intermédio do qual a comunicação se efetiva. Fundamentando-se nessa

proposição, Kaufmann (1996, p.131) define o discurso como "a realidade social da comunicação".

A psicanálise, entretanto, não partilha dos preceitos das teorias da comunicação, mais preocupadas em desvendar os processos pelos quais uma mensagem pode ser transmitida de um emissor a um receptor (geralmente com o mínimo de interferências possíveis para garantir a comunicabilidade da mensagem). Lacan, ao contrário, parte do postulado de que a comunicação é sempre um fracasso; e é justamente porque não conseguimos dizer tudo, porque aquilo que pretendemos comunicar ao outro falha, que prosseguimos a falar. Entretanto, é o discurso que possibilita o estabelecimento de laço social e não a fala. O discurso é anterior à fala, desde a perspectiva da lógica, tal como a estrutura gramatical a antecede. Entretanto, o que o diferencia é que embora se trate de uma estrutura oca, determina certo posicionamento subjetivo. Lacan descreve o discurso como uma estrutura que ultrapassa a palavra. Trata-se do "discurso sem palavras", a que Lacan (1969-70/ 1992, p. 11) alude pelo fato de o discurso poder subsistir em certas relações sem palavras – embora não sem linguagem, adverte-nos.

Que os quatro discursos delineiem formas de vinculação social, que resultam em laços sociais particulares, estamos de acordo. Os discursos pressupõem o laço, não só porque sua estrutura estabelece um agente que se dirige ao lugar do outro, mas porque os discursos operam mediante a pressuposição de uma alteridade. O laço social implica, portanto, posicionamento desde um discurso, que pode assumir as mais complexas e variadas formas; cada sujeito imprimirá um "colorido" particular, posto que discurso não é fala, não é enunciado, tampouco significação, mas sim estrutura. Essas considerações permitem-nos situar a indagação primordial que norteará nossa investigação em um primeiro momento, a saber, a pertinência ou não de entender o "fora-do-discurso" como fora dos quatro discursos, os quais Lacan (1969-70) desenvolveu especialmente no *Seminário 17 – O avesso da psicanálise*.

A atitude com que iniciamos nossa investigação pode ser aproximada apropriadamente ao posicionamento do analista quando do começo de um processo de análise. Surgiu, pois, do desejo de analisar, de pesquisar, de lançar-se na investigação tencionando não encontrar nada que estivesse determinado *a priori*, mas exercer uma leitura do significante, em algumas direções, o que, é claro, não seria possível desvinculado de um processo de análise pessoal da pesquisadora. A posição inicial de abertura que o analista sustenta oferece cena apropriada para a instalação da transferência, sempre particular e reveladora do inconsciente. Assim, ao final formularemos uma segunda indagação relativa à

possibilidade de falarmos em laço transferencial na psicose, bem como às conseqüências, para o tratamento, dessa formulação da psicose como fora-do-discurso.

Para abordar essa questão, entretanto, julgamos necessária uma ressalva, que concerne ao nosso entendimento de que a noção de estrutura em psicanálise não é passível de ser pensada como uma totalidade inequívoca, tampouco servir para o estabelecimento de fronteiras definidas para diferenciar os sujeitos. Nossa hipótese em relação ao que permitiria supor que estarmos diante de uma psicose ou de uma neurose, por exemplo, parte mais do modo como o sujeito se posiciona nas relações que mantém com o outro, seu semelhante, bem como é relativa àquilo que o Outro suscita. Trata-se, pois, mais propriamente, de peculiaridades do laço social e do enlace transferencial.

Ao falarmos de transferência na psicose estamos enfocando um modo singular de relação social fundada no amor. Nossa pesquisa psicanalítica, ainda que se proponha a contribuir a partir do desenvolvimento e da elucidação de conceitos teóricos propostos por Lacan, nasceu da experiência clínica e como tal é relativa à pesquisa do inconsciente. Pensar as peculiaridades da relação social na psicose implica interrogar a que Lacan está se referindo ao postular o "fora-do-discurso da psicose", uma vez que não é sem conseqüências que o fora-do-discurso seja interpretado como fora dos quatro discursos, ou que discurso seja entendido como relação do dizer com o dito, ou, ainda, que o fora-do-discurso esteja relacionado ao que Lacan propõe na construção dos esquemas (L, Z, R, I) ou do Grafo do Desejo.

No transcorrer da pesquisa, valeremo-nos das diretrizes do método psicanalítico de investigação, a fim de empreender um percurso que abarque diferentes momentos do trabalho de Lacan e as conseqüências no modo de pensar e operar a clínica. Não partilhamos de uma perspectiva evolucionista, segundo a qual tais mudanças resultariam no abandono das proposições iniciais de Lacan em prol de uma clínica fundada em diretrizes mais precisas. Assim como Lacan não pretendeu superar Freud, mas antes promover um retorno a seus achados tidos como alicerces da psicanálise e ir mais além, no sentido de lançar luz sobre pontos ainda obscuros da teoria, também o próprio Lacan, ao elaborar sua teorização, operou mudanças de perspectivas que não se contradizem, mas, a nosso ver, se superpõem.

Será empreendida, pois, a análise do modo como Lacan elaborou a questão da psicose especialmente em três momentos de sua teorização. Em *"O aturdito"* (1973) temos uma clínica orientada pela extração ou não do *objeto a* do campo do Outro, o que não significa um abandono da noção de estruturas clínicas, mas antes um outro modo de articulá-las. A leitura orientada pelo *objeto a* não abdica da suposição de que aquilo que ordena a

clínica e diferencia as estruturas umas em relação às outras seja primordialmente a operatividade ou não da função paterna, tal como Lacan desenvolve em "*De uma questão preliminar...*" (1955-56). Ademais, em *"Subversão do sujeito e dialética do desejo..."* (1960), partiremos da construção do Grafo do Desejo para indagar como o discurso pode ser pensado na psicose. Uma vez que os laços sociais são tecidos e estruturados pela linguagem, a posição que o sujeito assume no discurso é determinante da forma como se introduz na vida da *polis*. Lançar luz sobre essa questão permite-nos ultrapassar a oposição errônea entre uma psicanálise do sujeito individual contraposta ao coletivo.

2 METODOLOGIA

Nossa pesquisa pretende realizar uma construção teórica a partir de alguns dos seminários e escritos de Lacan, no intuito de investigar correlações entre aquilo que situa como estando fora-do-discurso na psicose e o entendimento de "discurso" que pode ser depreendido dos artigos e seminários em pauta. A perspectiva metodológica que utilizaremos nessa construção condiz com o método psicanalítico de investigação, tal como inicialmente descrito por Freud, por ser o que mais bem se coaduna com as interrogações que norteiam nosso estudo. Além disso, buscaremos valer-nos da topologia como método por considerarmos que esta tem cunho epistemológico e metodológico, pois permite a explicação e a demonstração da relação entre Real, Simbólico e Imaginário, que compõe a espacialidade do psiquismo, através de estruturas lógicas.

O método psicanalítico trabalha com o equívoco, com a lógica dos significantes. Opera a partir do ponto que denuncia haver sujeito no discurso, leva em conta a falta que compõe o universo da linguagem, que aponta para a impossibilidade de o saber, pela incidência do significante, abarcar aquilo que é relativo ao Real da experiência humana. Como a questão vai se desdobrando e transformando no transcorrer da investigação, o método pode ser pensado como efeito que se decanta da pesquisa e da escrita e que se efetiva no "só depois". O intuito não é, portanto, esgotar a questão, visto que a linguagem comporta sempre algo da ordem do indizível. Ademais, mantemos a ressalva de que todo o conhecimento do social será sempre um recorte.

Se Freud (1912), em *Recomendações aos médicos que exercem a psicanálise*, aponta para o fato de que, em sua execução [a saber, da psicanálise] pesquisa e tratamento coincidem, é por considerar que a investigação teórica parte da pesquisa do inconsciente do próprio pesquisador que, ao falar desde um lugar que considera a sua posição de analisando, instaura as condições de possibilidade de sustentar uma investigação consubstanciada pelo discurso psicanalítico. Ademais, uma vez que a transferência é a colocação em ato do inconsciente, considerar as especificidades desta na psicose será primordial aos propósitos de nossa pesquisa.

A proposta de Theodor Adorno do ensaio como forma, como construção aberta e inacabada, mostra-se fundamental à nossa pesquisa, pois o campo do inconsciente, enquanto linguagem, não condiz com uma construção organizada, fechada e unívoca. Ademais, o ensaio propõe-se a uma abertura de perspectivas, a partir de um campo teórico já traçado. Situa como ponto de partida algo daquilo sobre o que o pesquisador deseja falar, condição

esta sem a qual não haveria a possibilidade de pensarmos na implicação subjetiva necessária a uma pesquisa que se propõe psicanalítica. O ensaio, por seu caráter fragmentário (equiparável à forma como se nos apresentam as formações do inconsciente), acentua o parcial diante do total, tal como a verdade em psicanálise só permite um semi-dizer, nunca podendo ser abarcada toda.

Nas palavras de Adorno (2003, p. 25): "como a ordem dos conceitos, uma ordem sem lacunas, não equivale ao que existe, o ensaio não almeja uma construção fechada, dedutiva ou indutiva". O ensaísta faz de si mesmo o palco da experiência intelectual e trabalha com o que é da ordem do transitório em detrimento da certeza indubitável, permitindo que da ficção teórica construída pelo pesquisador algo da verdade possa ser enunciado, no relance da experiência da pesquisa. No ensaio, cada conceito deve ser articulado por sua relação com os demais. O método ensaístico obedece, pois, à lógica do significante, por isso se coaduna à proposta da pesquisa em psicanálise. O ensaio como forma, por fim, propõe uma construção que se caracteriza pela descontinuidade, devido ao caráter antagônico dos processos psíquicos em pauta na nossa investigação.

> O aspecto não completamente resolvido de cada detalhe ensaístico, seu caráter audacioso e antecipatório, acaba atraindo outros detalhes como sua negação; a inverdade na qual o ensaio conscientemente se deixa enredar, é o elemento de sua verdade. [...] A verdade, fora desse jogo, seria apenas tautologia[1] (ADORNO, 2003, p. 39).

O ensaio visa, portanto, o novo como novidade, como o que potencialmente surge da articulação de conceitos já estabelecidos. Essa perspectiva abordada por Adorno remete-nos à noção de serendipidade que concerne à faculdade de realizar acidentalmente descobertas inintencionais. Na leitura psicanalítica da serendipidade (CAON, 1997), nenhuma descoberta acidental é desprovida de intencionalidade, posto que é determinada pelo inconsciente. Como referimos anteriormente, a pesquisa psicanalítica parte de algo que compõe o desejo do pesquisador, o que permite-nos inferir, em confluência com a proposição de Caon, que as descobertas acidentais que se relacionam a um desejo correspondem a formações do inconsciente. Tais descobertas só podem ocorrer no *"aprés-coup"* ("*só-depois"* ou *"no relance"*) da experiência em que se origina a investigação, de modo que se pretendemos fazer descobertas, estas constituem mais uma aposta antecipatória do que proposições concisas que podemos enunciar *a priori*.

[1] Chama-se tautologia toda proposição que é sempre verdade, independentemente da verdade dos termos que a compõem.

Partiremos, pois, de tais orientações metodológicas à medida que buscarmos esclarecer as peculiaridades e os impasses do enlace transferencial na psicose, a fim de investigar se podemos disso depreender um laço social referendado no discurso. O enlace transferencial é aqui entendido como a colocação em ato do sujeito do inconsciente. O método psicanalítico possibilita que a noção de estrutura clínica seja problematizada, a partir da consideração inicial de que as fronteiras que delimitam neurose, psicose e perversão são tênues e, arriscaríamos antecipar, "vazadas", de modo que não é o sujeito que opera a partir da estrutura, mas a estrutura que o determina.

Escolhemos valer-nos da topologia como método de investigação, porque esta possibilita problematizar o fora-do-discurso da psicose e articular conceitos de maneira sincrônica, devido à consideração simultânea destes, tal como poderemos observar nos esquemas e grafos. Apresentar a pesquisa exclusivamente de forma discursiva implicaria necessariamente a diacronia e a menção dos conceitos um após outro, em cadeia, de modo a dificultar uma abordagem simultânea da articulação entre os conceitos. Ademais, foi a partir da topologia que Lacan sustentou os esquemas e os grafos como estruturas. Uma abordagem topológica nos permite, ainda, problematizar a idéia do "fora" enquanto exterioridade, posto que do ponto de vista topológico, os pares de oposições dentro-fora, avesso-direito, superior-inferior, superficial-profundo não se sustentam, pois há continuidade entre eles.

Nossa pesquisa possui, portanto, uma orientação que parte fundamentalmente dos desdobramentos da experiência da clínica psicanalítica, tanto da condição de analisante da pesquisadora, quanto dos desdobramentos da escuta. Podemos apropriadamente transpor o método da associação livre ao contexto da pesquisa, uma vez que uma escrita balizada por tal método permite incluir em sua formulação os tropeços, equívocos e impasses lingüísticos que conduzem a achados que ultrapassam a intenção consciente do pesquisador. Se considerarmos que no contexto analítico a vivência que o sujeito busca transmitir em uma situação de transferência pode elucidar e permitir o avanço da teoria, de modo análogo a pesquisa pode ser pensada como trazendo em seu cerne a produção de uma experiência.

3 A CONSTRUÇÃO DA PESQUISA PSICANALÍTICA

Para analisar a expressão "o fora-do-discurso da psicose" (LACAN, 1973, p. 492), mencionada em *"O aturdito"*, investigamos, primeiramente, como Lacan concebeu o discurso em diferentes momentos de seu ensino. Em seguida, nos propusemos a relacionar as indicações de Lacan acerca do discurso na psicose (a partir de formalizações lógicas, especialmente pela via da topologia) a passagens de casos de paranóia descritos na literatura analítica, tais como a Aimée e o presidente Schreber. Enfim, para analisar as implicações clínicas do tema da pesquisa, recorremos a autores que abordaram a transferência na psicose. Como sabemos, a formulação da hipótese de psicose pelo analista depende da posição transferencial na qual o analisando o situa. Também a direção do tratamento levará em conta a transferência e o modo como sujeito se endereça ao Outro.

O desejo de pesquisar as peculiaridades do discurso na psicose nasceu no cotidiano de trabalho da pesquisadora na Secretaria de Assistência Estudantil - SAE da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Os estudantes procuram a Secretaria mais freqüentemente para ter acesso ao programa de benefícios oferecidos no âmbito da assistência estudantil: restaurante universitário, casa do estudante, auxílio-transporte, auxílio-creche, bolsa permanência, auxílio material de ensino e programa saúde. Nesse contexto, as psicólogas propõem-se a escutar os estudantes que solicitam atendimento psicológico ou que são encaminhados pelos demais profissionais da Secretaria, no intuito de avaliar a necessidade e a indicação de tratamento.

Assim, escuta-se algumas vezes o estudante e, caso haja indicação, este é encaminhado para a rede de serviços públicos de saúde mental ou para tratamento em consultórios ou clínicas particulares, a critério da equipe de trabalho. Essa equipe é formada por psicólogos, assistentes sociais, pedagogos e sociólogos. Embora se trate de um serviço de assistência, que não objetive que um processo de análise ali se desdobre, a intervenção do psicanalista nesse contexto tem entraves, que não podem ser desconsiderados: o reduzido número de encontros que o profissional tem com o sujeito, a interrupção destes muitas vezes antes mesmo que uma demanda de tratamento tenha sido formulada e, ainda, o que nos parece importante à pesquisa, a necessidade de levantar hipóteses sobre a estrutura do sujeito em transferência, a fim de encaminhá-lo a consultórios particulares ou a um Centro de Atenção Psicossocial, por exemplo.

Acreditamos que não há pesquisa psicanalítica que não revele algo do desejo do pesquisador; de seu inconsciente, pois, e de seu processo de análise pessoal. Introduzimos

esse capítulo na intenção de oportunizar ao leitor aproximar-se um pouco daquilo que move nosso desejo de pesquisar as especificidades do trabalho analítico com a psicose. Nesse contexto de trabalho da SAE que descrevemos, a pesquisadora deparou-se com alguns estudantes, cuja fala e o desenrolar da transferência forneciam gradativamente as pistas que permitiriam à equipe formular a hipótese de psicose. Optamos por enfatizar aquilo que a escuta desses estudantes provocou na pesquisadora e que motivou nossa elaboração teórica.

Nem sempre, ao escutarmos o estudante, foi-nos possível asseverar estarmos diante de uma psicose desde os primeiros encontros. Sabemos que, por vezes, a fala na psicose e na neurose apresenta-se muito semelhante, especialmente se o sujeito está em um momento de relativa estabilidade, conduzindo sua vida sem maiores percalços. Na escuta de alguns estudantes, certos aspectos conduziram a pesquisadora a questionar a hipótese inicialmente levantada pela equipe de tratar-se de uma neurose de transferência: a alusão a idéias de perseguição; o sentimento de ser o mais importante ou o centro das atenções; uma errância no que tange aos caminhos trilhados e às escolhas feitas ao longo da vida; a certeza de estar sendo constantemente observado; a menção de provas da faculdade que retratavam fatos de sua vida privada; a referência a uma paixão, em que o outro passava os dias inteiros fazendo coisas em função do estudante, etc.

Cabe aqui a ressalva de que, embora a existência de fenômenos elementares seja necessária para que possamos formular a hipótese de psicose, não é suficiente. Sabemos que nada se assemelha tanto a uma sintomatologia neurótica quanto uma sintomatologia de um sujeito psicótico fora de crise. A interrogação quanto à própria posição na sexuação, por exemplo, que à psicose se impõe devido à elisão do significante fálico, concerne também à histeria, embora na neurose histérica o sujeito disponha da significação fálica para situar sua posição sexuada. Lacan (1955-56/ 1998, p. 113) assevera que "para que estejamos na psicose, é preciso haver distúrbios de linguagem". Não obstante essa condição, não podemos formular a hipótese acerca da estrutura do sujeito, a não ser por intermédio da transferência e do posicionamento na estrutura do discurso. A esse respeito, Lacan (1955-56/ 2008, p. 45) dirá que "é a relação de seu discurso com o ordenamento comum do discurso que nos permite distinguir que se trata do delírio".

Os fenômenos elementares fazem com que o psicanalista fique atento para a possibilidade de estar diante de uma psicose, mas reiteramos que a manifestação desses não é suficiente para a formulação da hipótese estrutural. Ao oferecer-se como destinatário da transferência e ao tomar em consideração aquilo que é da ordem do discurso é que o psicanalista poderá, então, fazer conjecturas quanto à estrutura do sujeito. Essa questão é

primordial, posto que a clínica da neurose e da psicose guardam diferenças que não podem ser desconsideradas por aquele que pretende exercer a psicanálise. A nuance transferencial e a posição no discurso não são evidentes, de modo que a hipótese estrutural em psicanálise pode por vezes suscitar a dúvida no analista.

Para a pesquisadora, essas experiências provocaram o desejo de pesquisar, de construir um ensaio psicanalítico a partir dessas questões: da psicose, do discurso, da transferência, do laço social. A escuta desses estudantes permitiu, ainda, levantar interrogações acerca da posição do analista diante da psicose. Se a clínica da neurose oportuniza ao analisando transitar por entre os discursos (em direção ao discurso do analista), o trabalho com a psicose não pode sustentar-se por esta via, posto que na psicose posicionar-se a partir de um dos quatro discursos formalizados por Lacan constitui uma impossibilidade, como veremos. Isso porque na psicose não há sujeito dividido pela operação de castração, nem extração do *objeto a* do campo do Outro. Vemos, assim, de que forma nossa pesquisa teórica nasceu do processo de escuta de estudantes e do encontro da pesquisadora com as especificidades da transferência na psicose e da relação desses sujeitos com o significante.

Enquanto o analista, ao escutar um sujeito, procura manter sua atenção flutuante, no intuito de não escutar nada impregnado de ênfase *a priori*, mas promover uma escuta do significante, o analisando é convidado a falar por associação livre. Pensamos que para empreender uma pesquisa psicanalítica talvez seja preciso lançar-se na escrita sem saber ao certo aonde se vai chegar; realizar um processo de escrita que não é linear, tampouco contínuo, mas considera as falhas, os tropeços, as pausas necessárias, os momentos inevitáveis de bloqueio e fluidez. Escrever sobre a psicose implica ainda considerar a estreita relação que pode ter com a neurose, deparar-se com o que pode parecer ao mesmo tempo mais estranho ou assustador ou íntimo a cada um de nós, para além do que diz respeito à estruturação.

4 A ESTRUTURA A PARTIR DA TOPOLOGIA

Passaremos agora a problematizar a concepção das estruturas clínicas, no intuito de interrogar como entender a psicose em relação às demais estruturas, posto que partilhamos da proposição de que estas só se definem umas em relação às outras. Eidelsztein (2008) retoma uma diferenciação estabelecida por Lacan (1960) em *"Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano"* que nos parece pertinente, a fim de avançarmos na abordagem da neurose e da psicose a partir do que se passa no campo do Outro e, portanto, é determinante do modo como o sujeito se posiciona perante àquilo que, para ele, compõe o campo da realidade. A distinção que retoma é entre o Outro e o lugar A, freqüentemente tomados como equivalentes na literatura psicanalítica. Escreve Lacan (1960/ 1998, p. 785) no referido artigo: "Um, conotado A, é o lugar do tesouro do significante, o qual não quer dizer o código [...]". Mais adiante, afirma: "[...] esse Outro não é nada senão o puro sujeito da moderna estratégia dos jogos" (LACAN, 1960/ 1998, p. 786).

Assim, o Outro corresponderia àquele que, como sujeito falante, encarna o lugar desde onde o sujeito recebe sua própria mensagem de forma invertida. A partir disso, Eidelsztein (2008, p. 143, tradução nossa) refere que "o Outro é e não é um sujeito. Não há Outro sem sujeito que o encarne, nem um sujeito que, encarnado, coincida com ele". Em contrapartida, A seria o lugar da ordem Simbólica, do tesouro dos significantes; refere-se ao lugar terceiro, vazio, evocado por cada ato de palavra. Por conter o conjunto dos significantes, corresponderá ao lugar desde onde se coloca para o sujeito o problema da garantia da verdade da palavra do Outro, questão crucial na análise da psicose.

> [...] se trata de estabelecer se o Outro se localiza em A. Se for assim, a mãe como Outro se achará determinada pela lei de A, que é para o sujeito em questão a "ordem" Simbólica. Se o Outro se localiza por fora de A, a lei como tal não pode operar. Ao distinguir-se o Outro e A, se encontra a condição lógica para poder conceber a psicose" (EIDELSZTEIN, 2008, p.144, tradução nossa).

Supostamente, então, para o sujeito psicótico, aquele que para ele encarnou o lugar do Outro não se posicionou como também submetido à lei da Ordem Simbólica, de modo que a conseqüência para o sujeito é lógica: a dimensão da lei deve incidir para todos; se não incide sobre aquele que para o sujeito encarnou o lugar do Outro, então a lei como tal não pode operar. O fato de o Outro estar localizado em A implica a possibilidade, no campo da neurose, de distinguir o sujeito que encarnou o Outro do lugar de A, de modo que o Outro possa ser encarnado por uma ou outra pessoa, suposta pela incidência da transferência nesse

lugar. Talvez aí resida a conseqüência derradeira: para o sujeito psicótico, esse Outro não será suposto, mas aparecerá encarnado de forma a ameaçar o sujeito, posto que não está submetido à lei.

Retomemos, considerando essa distinção, a diferenciação entre as estruturas clínicas. O termo "diagnóstico" não nos parece apropriado à psicanálise, na medida em que nos remete às classificações atinentes à nosologia psiquiátrica, que se organizam a partir de fenômenos elementares e se baseiam fundamentalmente na identificação de determinado número de manifestações sintomáticas que bastariam para enquadrar o paciente em uma das chamadas "categorias diagnósticas". Trata-se, portanto, de uma perspectiva fenomenológica com vista à universalização das patologias que se pretende ateórica. A psicanálise, em contrapartida, trabalha a partir da construção de hipóteses sobre a estrutura clínica do sujeito em transferência. É a forma como o sujeito se posiciona na relação com o outro, a maneira pela qual propõe o laço e o lugar onde se situa e coloca o analista, incluído na trama das manifestações inconscientes, que vai permitir situar a especificidade da estrutura.

Uma interpretação das estruturas clínicas concebe a psicose em oposição à neurose e à perversão, sendo que o que as diferenciaria, supostamente, seria o mecanismo em jogo, a saber, a foraclusão, o recalque e a denegação, respectivamente. Quinet (2006, p. 14) defende não ser possível um abandono da noção de estrutura clínica: "a clínica dos discursos permite um acréscimo à clínica das estruturas e não a exclusão desta". O autor defende, justamente, que o que diferencia as estruturas clínicas é atinente à referência ao Nome-do-Pai e aos diferentes modos de negação da castração do Outro. Dessa forma, o recalque do neurótico negaria a castração, mas a conservaria no inconsciente; a denegação perversa também a negaria, ainda que a conservasse velada no fetiche. O mecanismo que opera na psicose seria o único que, ao negar a castração, não deixaria vestígios, posto que esta restaria foracluída. Partindo dessa premissa, Quinet afirma que

> [...] a referência ao Nome-do-Pai como divisor de águas na clínica jamais foi abandonada por Lacan, mesmo quando ele veio a acrescentar e desenvolver outros conceitos ao longo de seu ensino (o campo dos gozos, a topologia do nó borromeano). A foraclusão do Nome-do-Pai no campo do Outro permanece uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose (2006, p. 9).

Para que algo possa ser negado é preciso, supostamente, que antes o sujeito haja se deparado com o que está em questão. Assim, essas três modalidades de negação da castração propostas só podem ser pensadas se estivermos considerando o desdobramento do encontro do sujeito com o Real da castração, com a qual todos se defrontam. Na psicose, não há

registro da incidência da castração Simbólica, que seria decorrente da inscrição do Nome-do-Pai ou, poderíamos apropriadamente supor, correlata à localização do Outro em A. É a partir da análise do caso do Homem dos Lobos que Freud (1918/ 1996) observa a ação de um mecanismo distinto do recalque: pouco antes de completar cinco anos, Serguei Constantinovitch Pankejeff (o Homem dos Lobos) alucinara ter seu dedo mínimo cortado, apercebendo-se, em seguida, da inexistência do ferimento. Assim, o que não foi admitido no sentido do Simbólico, a partir da afirmação primordial (precedente lógico da inscrição do significante Nome-do-Pai), retorna no Real "desde fora".

Um segundo aspecto da leitura de Quinet (2006) a nosso ver merece destaque, na medida em que é atinente àquilo que pretendemos problematizar ao abordarmos a psicose a partir da topologia. Ao aludir à topologia dos nós, Quinet (2006) supostamente está remetendo-nos ao que Lacan propõe ao final de seu ensino, quando postula o nó borromeano com sua propriedade de articular os três registros (Real, Simbólico e Imaginário) de modo que, se um deles se rompe, os demais também se desenlaçam.

Eidelsztein (2008) apresenta-nos entendimento diverso a respeito das estruturas clínicas, também consubstanciado na topologia do nó borromeano. Para o autor, a oposição entre neurose e psicose não mais poderia ser sustentada pela oposição entre mecanismos, como o recalque e a foraclusão, posto que esta última estaria operando em ambas estruturas, ainda que incidindo sobre elementos distintos. Esta perspectiva parece-nos estar em conformidade com o que propõe Lacan (1955-56/ 1998, p. 558) quando alude ao "sujeito em sua realidade, como tal foracluída do sistema [...]". Assim, na neurose, o que estaria foracluído seria o termo que representa o sujeito em sua realidade ($), ao passo que na psicose, a foraclusão seria relativa ao significante do Nome-do-Pai (P^o).

Essa abordagem permite-nos articular a proposição de que a suplência (quarto nó), cuja função seria manter unidos os três registros RSI e que Lacan denominou como *sinthoma*, também é necessária à sustentação da neurose, enquanto defesa contra a castração do Outro. Voltemos, pois, à concepção de estrutura, a fim de situar aquilo que nos parece controverso e que, justamente em função disso, merece maior elaboração teórica. Quinet (2006) sustenta que o psicótico por estrutura está fora do laço social. O entendimento de estrutura em que se baseia supõe que, de acordo com três modos de negação da castração do Outro, seja possível estabelecer uma diferenciação entre neurose, psicose e perversão, conforme já explicitamos. Considera também que

> a estrutura [...] é definida a partir da atividade do objeto e da subversão do sujeito. O *objeto a* se encontra no fundamento do campo da realidade, na medida em que sua exclusão da linguagem constitui este, o qual "só se sustenta pela extração do *objeto a* que, no entanto, lhe fornece seu enquadre"[2]. Na psicose, por não haver extração do *objeto a*, este emerge no campo da realidade como olhar e/ou voz. [...] É o *objeto a* que "tetraedra" o campo do gozo em quatro discursos. Ele é o "matema tetraédico desses discursos"[3] (QUINET, 2006, p. 26-27, notas do autor).

Eidelsztein (2008) também fundamenta o seu entendimento das estruturas clínicas na extração ou não do *objeto a*, partindo dessa mesma proposição lacaniana (1955-56/ 1998) descrita em *"De uma questão preliminar...*". Constrói um quadro das estruturas clínicas, que reproduzimos a seguir:

Quadro 1 - A estruturas clínicas

Intervalo (extração do *objeto a*)				**Holófrase (não-extração do *objeto a*)**		
Neurose			Perversão	Psicose	Debilidade Mental	Resposta Psicossomática
Obsessão	Fobia	Histeria				
↓			↓			
Inversão			Distorção			

Fonte: EIDELSZTEIN (2008, p. 76, tradução nossa).

O autor propõe, a partir dessa esquematização, uma abordagem lógica das estruturas clínicas, a partir da qual estas podem ser compreendidas no interior de um sistema de oposições, na medida em que se caracterizam pela diferença (uma em relação às outras), tal como ocorre com a estrutura da cadeia significante. Assim, Eidelsztein (2008, p. 49, tradução nossa) retoma a definição de Lacan (1955-56/ 2008, p. 214), segundo a qual estrutura é "um conjunto covariante de elementos significantes". Em matemática, conjunto refere-se a uma coleção de elementos que compõem uma totalidade a partir de um (ou mais) atributo comum. Entretanto, a noção de estrutura com que estamos trabalhando é "não-toda" delimitada e circuscrita. Isso porque incluir sujeitos em conjuntos coloca-nos diante de paradoxos, posto que nem todos os sujeitos falantes podem ser incluídos em algum dos conjuntos das estruturas clínicas já estabelecidos.

[2] J. Lacan. *"De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose"*, in *Escritos*, op.cit., p.560 (nota).
[3] Cf. Lacan. *O saber do psicanalista*, inédito, sessão de 4 nov 1971.

Os sujeitos não só não preenchem todos os critérios que caracterizam determinada estrutura, como também um neurótico pode em algum momento de sua vida apresentar um sintoma dito psicótico sem que se possa dizer que se trata de uma estruturação psicótica. A esse respeito, Eidelsztein (2008, p. 50, tradução nossa) refere que "em psicanálise se requer uma noção de estrutura considerada como um todo não completo, ou seja, tanto completo quanto incompleto". De forma análoga, a bateria de significantes é completa – não faltam significantes, não é por isso que o sujeito não consegue dizer tudo –, ao passo que o tesouro dos significantes inclui a dimensão da falta e da incompletude, pois um tesouro nunca poderia ser completo, senão perderia o valor.

A estrutura seria covariante pelo fato de cada elemento ser um lugar vazio, de modo que seu valor dependerá da posição que ocupa na relação que mantém com os demais. Assim, se um elemento do conjunto desaparece, por exemplo, o conjunto inteiro é modificado, tal como ocorre na foraclusão do significante Nome-do-Pai. Da mesma forma, se um elemento é agregado, novamente todo o conjunto é alterado. Cada elemento só pode ser significado como pura diferença em relação aos demais. Significantes seriam os elementos dessa estrutura, que isolados não significam nada, reduzindo-se à materialidade dos fonemas. Eidelsztein (2008) postula, então, a psicose não como uma estrutura clínica em oposição à neurose e à perversão, tal como sustenta Quinet (2006), mas sim como inoperância da estrutura.

Para Eidelsztein (2008), o Nome-do-Pai, foracluído na psicose, é um dos elementos mínimos essenciais para a existência da estrutura, posto que funciona como ponto de amarração entre os elementos que a compõem. Tais elementos corresponderiam aos que se fazem presentes na estruturação quaternária determinante da posição do sujeito (M,P,I, φ), os quais Lacan escreve no Esquema R. Esse é o esquema correspondente à articulação do Simbólico, do Imaginário e do Real (quando da extração do *objeto a*) na composição do campo da realidade, que desdobraremos teoricamente a seguir. Na psicose, entretanto, pela elisão do falo Simbólico e pela foraclusão do Nome-do-Pai, a composição do campo da realidade aparece transformada, como veremos.

Isso implica que o sujeito psicótico não deixe de ter relações determinadas fundamentalmente pela palavra e pela linguagem, o que relança-nos na questão de o fora-do-discurso da psicose ser ou não determinante da possibilidade de estabelecimento de laço social. Resta-nos interrogar, ainda no que se refere à concepção das estruturas clínicas, como situaríamos um sujeito que não é psicótico, nem perverso, tampouco neurótico. Seria possível conceber um sujeito fora das estruturas clínicas? A esse respeito, Eidelsztein sustenta que

> nem todos os sujeitos falantes estão incluídos em alguma das estruturas clínicas [...] Se não se convertem em sinônimos a operação da metáfora paterna (e seu efeito principal: a extração do *objeto a*) com a neurose, e ao não funcionamento da mesma com a psicose, então se pode afirmar que nem todo sujeito determinado pela metáfora paterna é neurótico e nem todo sujeito para o qual não opere a metáfora paterna será psicótico (2008, p. 50 -51, tradução nossa).

A estrutura não existe na realidade concreta, posto que não tem existência em si mesma, mas se define em um sistema de relações. Assim, não podemos afirmar que todo o sujeito que não é neurótico nem perverso, seja psicótico; justamente por ser não toda, a noção de estrutura não poderia abarcar todos os sujeitos, tampouco abranger a integralidade de suas manifestações sintomáticas. Lacan (1955-56/ 2008, p. 219) refere que "nada se parece tanto com uma sintomatologia neurótica quanto uma sintomatologia pré-psicótica", alertando-nos para as dificuldades que podem surgir no levantamento da hipótese sobre a estrutura do sujeito baseado exclusivamente nos sintomas manifestos.

Os fenômenos ditos elementares, tais como alucinações, interpretações delirantes, afrouxamento dos elos associativos e alterações de linguagem, devem ser considerados no estabelecimento de uma hipótese de psicose. Entretanto, não só esses fenômenos nem sempre estão presentes para um sujeito psicótico fora de crise, como por vezes um sujeito histérico pode apresentar sintomas como idéias delirantes, pseudo-alucinações, fenômenos de despersonalização, dissociação psíquica, etc. Se considerarmos que na psicose está em jogo uma perturbação na relação do sujeito com o significante, é concebível a suposição de que o posicionamento em relação ao discurso e o lugar em que o Outro é situado possam ser indicadores de que o sujeito se estruturou por essa via.

Em *"O aturdito"*, Lacan (1973/ 2003, p. 476) apresenta-nos a seguinte definição: "a estrutura é o real que vem à luz na linguagem". Um pouco antes, no mesmo artigo, refere-se ao real, que "os discursos estreitam pelo impossível de seus ditos [...]. Essa diz-mensão de um impossível [...] é aquilo que chamamos de estrutura" (LACAN, 1973/ 1998, p. 476). Assim, temos que a estrutura não tem existência, mas é da ordem do real que, como sabemos, é impossível de ser apreendido pela ordem Simbólica. Lacan então justifica a necessidade de uma abordagem topológica da estrutura, posto que o real que a designa só aparece na hiância aberta pelo discurso analítico. Tratar-se-ia, supomos, da hiância resultante da articulação significante, que funda o sujeito do inconsciente, ao qual o agente do discurso analítico (*objeto a*) dirige sua ação ($ no lugar do outro).

A relação entre topologia e estrutura é explicitada de forma contundente no transcorrer do artigo, a ponto de Lacan (1973/ 2003) chegar a propor a equivalência entre ambas.

Primeiro, afirma que "ela [a saber, a topologia] deve dar conta de que haja cortes do discurso tais que modifiquem a estrutura que ele acolhe originariamente" (LACAN, 1973/ 2003, p. 479). Mais adiante, entretanto, denuncia que entre elas a relação é de correspondência:

> a topologia não foi 'feita para nos guiar' na estrutura. Ela é a estrutura - como retroação da ordem de cadeia em que consiste a linguagem. A estrutura é o asférico[4] encerrado na articulação linguajeira, na medida em que nele se apreende um efeito de sujeito (LACAN, 1973/ 2003, p. 485, grifo nosso).

Assim, em uma representação topológica, a estrutura da neurose pode ser demonstrada pelo toro, na medida em que "o desejo, pela repetição indefinidamente enumerável da demanda, pode fechar-se em duas voltas" (LACAN, 1973/ 2003, p. 487). É a operação de castração que permite o desejo, posto que instaura a dimensão da falta no campo do Outro. Se observarmos a proposição do toro, temos que o desejo atravessa o centro do círculo em toda a sua extensão, ao passo que a demanda é representada por um movimento espiral, de modo que as repetidas voltas no interior do círculo vazio aludem à insistência da demanda (Fig. 1). Assim, o *objeto a*, que, como vimos, só é extraído do campo do Outro na neurose e na perversão, aparece projetado no furo central do toro enquanto norteador do desejo, que é sempre desejo de Outra coisa:

Figura 1 – Toro

Figura 2 – Dois toros entrelaçados (toro do sujeito e toro do Outro)

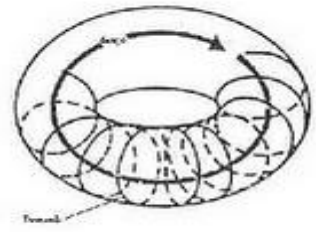


Fig. 1

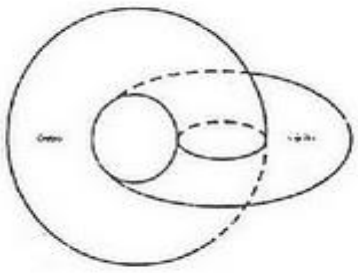


Fig. 2

Fonte: BARTIJOTTO, 2010, p. 1.

[4] Asfera quer dizer "tudo junto" (LACAN, 1973/ 2003, p. 472).

A figura 2 mostra dois toros entrelaçados e é relativa à constituição do sujeito a partir do Outro. Assim, um toro estaria representando a dialética da demanda e do desejo do sujeito e, o outro, esta mesma dialética no campo do Outro. O enlaçamento mostra como a demanda do Outro é confundida com o desejo do sujeito. A demanda está relacionada, pois, àquilo que o sujeito supõe que o Outro quer dele. Na psicose, se o Outro não está localizado em A e, portando, não está submetido à lei da Ordem Simbólica, essa suposição adquire força de injunção, de modo que a confusão entre eu-outro se intensifica. A alucinação do duplo, na esquizofrenia, corresponderia ao retorno no Real daquilo que foi elidido da Ordem Simbólica, justamente porque o Nome-do-Pai não pôde operar.

Gostaríamos de destacar, a partir do que expusemos, dois pontos que permaneceram como indagação por não haverem sido explicitados por Lacan no artigo em questão. O primeiro diz respeito à representação estrutural da neurose a partir do toro, que nos conduz à indagação de como pensar a psicose do ponto de vista da topologia. Eidelsztein (2008, p. 119, tradução nossa), a esse respeito, refere que "na psicose se manifesta o desnudamento dos dois toros, o do sujeito e o do Outro". E o segundo, fundamental à nossa pesquisa, é atinente à seguinte menção de Lacan (1973/ 2003, p. 496): "meu discurso não é estéril, ele gera a antinomia, e mais até: demonstra poder-se sustentar inclusive pela psicose". Nessa passagem, Lacan estaria referindo-se à sustentação do discurso analítico? Dessa indagação não temos resposta de pronto, mas uma vez colocada, servirá de norte à nossa pesquisa.

5 UM RETORNO A FREUD: *BEJAHUNG* E *AUSSTOSSUNG*

> - Nada menos de duas almas. Cada criatura humana traz duas almas consigo: uma que olha de dentro para fora, outra que olha de fora para dentro... A alma exterior pode ser um espírito, um fluído, um homem, muitos homens, um objeto, uma operação (ASSIS, 1994, p. 80).

Consideramos relevante, ao tomarmos a topologia como método de investigação, problematizar a escolha de Lacan por situar a psicose em relação ao discurso como estando "fora". Ora, como vimos, desde a perspectiva topológica os pares de oposição dentro/ fora, avesso/ direito, superior/ inferior, superficial/ profundo não se sustentam. Tomemos como exemplo o toro: sua exterioridade periférica e sua exterioridade central constituem uma única região. Para que haja equivalência topológica basta que se mantenham inalteradas certas propriedades fundamentais, a saber, a vizinhança entre os elementos, o limite e a continuidade. Ademais, se a topologia é a estrutura, tal como Lacan (1973) demonstra em *"O aturdito"*, então ela permite explicitar (por homologia) a diferença entre estrutura neurótica e psicótica.

Eidelsztein (1992, p. 28, tradução nossa) refere que "a topologia [...] permite tratar, de uma forma absolutamente distinta de como o faz o sentido comum, o problema da relação espacial entre o exterior e o interior, já que opera com outra noção de espaço". Mas como pensar topologicamente o discurso? Em *"O aturdito"* Lacan (1973/ 2003, p. 477) fornece-nos algumas pistas, anunciando seu propósito de "articular topologicamente o próprio discurso". Se, como vimos, a topologia promove cortes no discurso que modificam sua estrutura original, cabe nesse momento elucidarmos de que forma isso ocorre. Ora, temos cortes no discurso no momento da escansão ou da pontuação. Uma construção topológica, para que se mantenha inalterada, deve preservar a adjacência entre seus elementos (vizinhança) e os caminhos que ligam um ponto a outro.

Freud (1895/ 1996), no *"Projeto para uma psicologia científica"*, apresenta-nos a "teoria das barreiras de contacto", indicando que a cada neurônio correspondem diversas vias de conexão com outros neurônios, isto é, várias barreiras de contato. A possibilidade da escolha por uma das vias será determinada pelo grau facilitação. Freud (1895/ 1996) considera a existência, no aparelho psíquico, de resistências opostas à descarga de energia. Essas resistências estariam localizadas nos contactos entre os neurônios, que funcionariam, assim, como barreiras. As facilitações, em contrapartida, tornariam as barreiras de contato mais capazes de condução e menos impermeáveis; a facilitação depende da catexia

(magnitude da impressão) que passa pela via neural e do número de vezes em que esse processo se repete. “Se a facilitação fosse idêntica em todos os sentidos, não seria possível explicar por que motivo uma via teria preferência sobre a outra” (FREUD, 1895/ 1996, p. 352).

Essa afirmação de Freud (1895) remete-nos a idéia proposta por Calligaris (1989), em seu livro *“Introdução a uma clínica diferencial das psicoses”*, ao aludir à errância comum na psicose, segundo a qual todos os caminhos são possíveis, de modo a não existir estrada principal. Calligaris vai referir que para o psicótico

> trata-se de um horizonte de significações que não é organizado ao redor de uma significação central que organizaria todas as outras. E, como conseqüência dessa posição, o sujeito tem que errar [...], porque não existe um lugar a partir do qual podemos medir a significação do que estamos fazendo. Nesta medida é evidente que a única coisa que resta é percorrer todos os caminhos. O que resta é um percurso infinito, um percurso sem parada. [...] mas um infinito não idealizado como o infinito de uma procura. O infinito de um mapa, o que é bem diferente (1989, p. 13).

Diante dessa errância que marca o funcionamento psicótico, como articular a proposição do fora-do-discurso a partir da topologia? Para elucidar esse ponto, nos propomos a trabalhar a questão do “fora” que perpassa a psicose desde Freud, quando, em *Neurose e Psicose* (1924), propõe a psicose como uma ruptura entre o eu e o mundo externo, devido aos impedimentos impostos pela realidade à satisfação pulsional. Refere que “na psicose, o eu cria onipotentemente um novo mundo externo e interno” (FREUD, 1924/ 1996, p. 97). Aparentemente, haveria uma cisão entre dentro e fora, entre a vida intrapsiquíca e a realidade exterior. Entretanto, ao definir o delírio como “um remendo aplicado no lugar onde originalmente havia surgido uma fenda no relacionamento do eu com o mundo externo” (FREUD, 1924/ 1996, p. 97), Freud restabelece uma continuidade, essencial à nossa problematização da dialética dentro/ fora.

Em trabalho posterior intitulado “*A perda da realidade na neurose e na psicose”*, Freud (1924/ 1996, p. 127, grifo nosso) retifica sua proposição anterior, ao afirmar que “na psicose, o eu, colocando-se a serviço do id, afastar-se-ia de uma parte da realidade”. Essa parte rejeitada da realidade na psicose tentaria continuamente se reimpor ao mundo psíquico. Em contrapartida, esse é o movimento da pulsão recalcada na neurose. Assim, Freud (1924) sustenta que tanto na neurose quanto na psicose há perda da realidade e subseqüente tentativa de substituição desta através da fantasia. Mas é em seu trabalho posterior, *“A negativa”*, que Freud (1925) situará a questão do dentro e do fora a partir da função de emitir juízos.

> A função de emitir juízos se refere basicamente a duas questões: decidir se uma coisa possui ou não certa característica e confirmar ou refutar se a representação psíquica dessa coisa tem existência real. Quanto à característica a ser atribuída à coisa [...], sua qualidade pode ser boa ou má, útil ou danosa: [...] "Isto eu quero colocar dentro de mim e isto eu quero pôr para fora", ou seja "Deve estar dentro, ou fora de mim". [...] O Eu-prazer presente no início do desenvolvimento quer introjetar tudo o que é bom e expelir de si tudo o que é mau (FREUD, 1925/ 1996, p. 148).

Essa passagem do texto de Freud (1925) remete-nos à inversão em causa na interpretação delirante característica da paranóia, nas três modalidades em que pode apresentar-se, a saber: erotomania, delírio de perseguição e delírio de ciúme. Nas três hipóteses parte-se de um postulado inicialmente referente ao próprio eu, experimentado como proveniente de "dentro" do sujeito, por exemplo: "eu o amo". A inversão subseqüente promoveria a expulsão (*Ausstossung*) para fora do eu: "não sou eu que o amo, é ele que me ama" (me odeia e persegue, no caso do delírio de perseguição, ou me trai, no delírio de ciúme). Na construção da inversão, entretanto, há uma passagem daquilo que era sentido no "interior" do sujeito para fora, momento em que o sujeito situa-se na posição de objeto de gozo, em relação ao outro. Freud continua:

> A outra questão [...] refere-se à existência real, ou não, da coisa que está sendo psiquicamente representada. [...] É novamente uma questão de dentro e fora. O não-real, isto é, o que é somente imaginado, o subjetivo, está presente somente no dentro; enquanto o real estará também presente no fora. [...] Todas as representações mentais se originaram de percepções e de fato elas são repetições dessas últimas. Dessa forma, a própria existência de uma representação já é, na sua origem, uma garantia da realidade do representado. Assim, a oposição entre o subjetivo e o objetivo não existe desde o início (1925/ 1996, p. 149).

Aqui Freud equipara o não-real à representação intrapsíquica sem equivalente na realidade, ao passo que o real possui correspondência no mundo externo, estabelecendo uma continuidade entre o dentro e o fora. Ademais, poderíamos depreender que no fenômeno da alucinação visual, para exemplificar, aquilo que o sujeito alucina ter existência real (e não apenas subjetiva) corresponderia ao retorno de algo com que o sujeito deparou-se no mundo externo em momento anterior. Sabemos que na psicose, o sujeito não alucina "qualquer coisa", mas trata-se mais propriamente do retorno de algo que para o sujeito já teve existência real (na realidade externa, para Freud), mas que foi rechaçado por ser intolerável. É por isso que o retorno de tal representação mental no mundo externo sob a forma de alucinação traz consigo a marca da angústia.

Sabemos que o "eu" humano se constitui por identificação; o bebê somente adquire a noção de sua unidade corporal, após a passagem pelo *Estádio do Espelho*. Nesse estádio há a

captação por intrusão da imagem do corpo do outro. Há, pois, uma identificação por inclusão de certos traços do outro. O princípio fundador do "eu" unificado é, portanto, de ordem visual (embora a passagem pelo *Estádio do Espelho* dependa da sustentação simbólica da palavra falada). Mas a visão implica o estabelecimento de uma distância e sua incidência situa o observado à frente do sujeito. A esse respeito, Julien (1999, p. 8) refere que "ver [...] é acolher ao mesmo tempo objetando: eu registro como fora de mim a presença do objeto que se revela a meus olhos".

Disso, o autor depreende que para Lacan o conhecimento é sempre paranóico, posto que se realiza por identificação: através da visão, o sujeito se aliena no outro. O fato de o sujeito negar essa alienação primordial, ao perceber que o outro não é o próprio sujeito, vai ser interpretado não como "eu o excluo", mas, ao contrário, como "ele me exclui", instaurando o outro como privador e inaugurando a dialética do ciúme. Existe, pois, uma tensão interminável entre intrusão do outro, por um lado, e exclusão do eu, por outro. Em relação a como se estrutura essa dialética inclusão/ exclusão, Julien refere que

> Lacan dizia, em seu Discurso de Roma de 1953, que "na loucura devemos reconhecer a liberdade negativa de uma fala que renunciou a se fazer reconhecer" (*Écrits*, p.170). Essa renúncia é a deficiência do conhecimento paranóico: existe, é certo, uma intrusão do outro, mas eu não o excluo, já que não vejo que ele me exclua. Assim, ali mesmo onde o conhecimento paranóico faltou, tem lugar, um dia, um delírio, como que para supri-lo e restituí-lo (1999, p. 12).

Dessa citação podemos depreender que a loucura não coincide com a psicose. Em sua leitura da psicanálise, Eidelsztein (2008) defende que a loucura é uma posição, que implica uma contradição entre aquilo que o sujeito vê diante de si, que é obra sua, mas que não está de acordo com aquilo que quer, supostamente. Assim, "tenta escapar da contradição, lançando-a fora de si, projetando-a fora" (EIDELSZTEIN 2008, p. 91, tradução nossa). A possibilidade da loucura está posta, assim, para todo ser falante, independentemente da estruturação que está em jogo. Lacan, na mencionada passagem do Discurso de Roma, associa loucura à liberdade, na medida em que o sujeito crê prescindir do reconhecimento do Outro. Tratar-se-ia de uma tentativa do sujeito de escapar à divisão subjetiva, ao acreditar-se idêntico ao Ideal do Eu. Eidelsztein (2008, p. 94, tradução nossa) refere que a loucura implica "a imediatez das identificações. Se entre o sujeito falante e o ideal Simbólico se dá uma união direta, se não se interpõe entre eles alguma encarnação do Outro, se trata de loucura". Se isso ocorre, o sujeito crê-se livre, quando em realidade encontra-se identificado a um ideal que é do Outro – I(A).

Na psicose, não há a exclusão recíproca quando do confronto especular na relação com o outro semelhante, mas o que ocorre é uma captura imaginária. Tratar-se-ia de uma inclusão sem exclusão, desde a ótica do Imaginário. Bem, sabemos que no registro do Simbólico, o que temos é a foraclusão do Nome-do-Pai, de modo que o que não foi inscrito, aparece para o sujeito *desde fora*, no Real. No artigo intitulado *"De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose"* Lacan (1955-56) inclui a psicose no campo da fala e da linguagem. Nesse momento, aponta a operação da foraclusão do significante Nome-do-Pai como determinante da psicose. Tratar-se-ia de uma função do inconsciente distinta do recalque, articulada por uma ausência da *Bejahung* (afirmação primordial) ou juízo de atribuição, precedente necessário do juízo de existência. A afirmação primordial, como tal inoperante na psicose, se refere ao significante Nome-do-Pai.

O termo alemão "*Ausstossung*", que referimos no título do capítulo, poderia ser traduzido por "expulsão". Mas qual o estatuto da *Ausstossung* em Freud? Tratar-se-ia de uma contradição dialética tal como a *Verneinung* (denegação)? Em *"A negativa"*, Freud (1925) aponta a negação como sucessora desse mecanismo de expulsão. A isso contrapõe a afirmação ("*Bejahung"*), que seria um equivalente da inclusão. A função psíquica do julgamento implica a realização de uma operação mental simultânea: ao mesmo tempo em que há a aceitação de uma afirmação (*Bejahung*), outra é expulsa (*Ausstossung*) do aparelho psíquico. Isso não é difícil de compreender, se tomarmos um exemplo prático: em uma discussão, ao emitirmos um julgamento, ou seja, ao ratificarmos a afirmação de uma das pessoas, estaremos na mesma ação excluindo a verdade do argumento contrário.

No que tange à estruturação do sujeito, Lacan situa a *Bejahung* em relação ao significante primordial; diz respeito, pois, à inscrição da lei, a partir da interdição em causa no desfecho do complexo edípico, instaurando o Nome-do-Pai em sua dimensão fundadora da Ordem Simbólica. Como vimos, simultaneamente à afirmação primordial, algo é expulso e resta fora; trata-se do domínio do Real, que escapa à simbolização e à representação. Na psicose, a inscrição do Nome-do-Pai, que veicula a lei e promove o desejo, não ocorre; à falta da *Bejahung*, não haveria um significante que funcionaria como ordenador do Simbólico e permitiria circunscrever o real do gozo do corpo.

Na psicose, uma vez que no plano Simbólico todos os significantes teriam a mesma valência, para fazer frente às questões que interpelam inexoravelmente o ser humano – relativas à contingência do ser (*quem sou eu?*) e à procriação (*sou homem ou mulher?*) – articular-se-ia para o sujeito uma resposta que provém do Real. Ancorada nessas premissas, Guerra (2010, p. 32) vai sustentar que "é desse exterior, desde que pensado como remetido a

uma não inscrição, que se dá o ‘desde fora’ freudiano. [...] É de resposta, portanto, e não de projeção que se trata na psicose”. Entender o “fora” enquanto o que retorna no Real, na exterioridade do significante, como o que *ex-siste* em relação ao Simbólico, permite-nos formular a questão do “fora” em termos topológicos.

A estrutura do sujeito, congruente com a banda de Moebius, não supõe nem dentro nem fora no que tange à espacialidade do inconsciente. Estamos de acordo com Magno (2007, p. 57), em sua leitura da psicanálise, quando aponta que “não há inconsciente algum lá dentro: inconsciente é lá fora. O inconsciente não tem profundidade”. Mais adiante, o autor, ao referir-se à estrutura do inconsciente, alude ainda ao lugar do recalcado como o externamente recalcado. Ora, se o inconsciente é o discurso do Outro, na psicose o sujeito terá que se haver com esse discurso que lhe parece estrangeiro, embora reflita aquilo que lhe é mais íntimo. Constituem o automatismo mental, por exemplo, essas vozes que falam ao sujeito na alucinação, ordenam, injuriam, sem que o sujeito possa saber quem está falando (nele).

Aquilo, pois, que emerge no Real, retorna fora da cadeia significante, no momento em que esta se rompe. É essa leitura que prevalecerá na construção de nossa pesquisa. Gallano (1998, p. 184) aponta que “diante do que retorna no Real, na exterioridade do significante, o efeito no sujeito é a perplexidade e a certeza, proporcional ao indecifrável do que se lhe impõe: o vazio no lugar da significação”. O trabalho analítico com a psicose aponta para esta vertente: que o analista possa escutar o testemunho, relativo à construção pelo sujeito de um saber em torno desse vazio, um saber por vezes inédito, por vezes não compartilhado socialmente, mas que permite ao sujeito antepor uma barreira frente ao gozo ilimitado de um Outro absoluto, diante do qual a morte (subjetiva) constitui risco.

Paralelamente a esse êxito do psicótico em construir um saber, ainda que delirante, há um fracasso no âmbito do amor, posto que para amar é preciso que algo seja experimentado como estando em falta para o sujeito. Voltaremos a esse ponto ao abordarmos a questão do amor de transferência na psicose. Iniciaremos retomando a forma como Lacan (1955-56/ 2008) fazia referência ao discurso no contexto do *Seminário 3: As psicoses*, bem como o entendimento que Freud (1911/ 1996) apresentou-nos em sua análise da biografia do presidente Schreber. Em seguida, veremos como a concepção de discurso foi sendo modificada por Lacan, à medida que avançou em seus seminários.

6 A PSICOSE EM FREUD E LACAN

6.1 A psicose em Freud à luz do caso Schreber

Freud (1911/ 1996) desenvolve suas hipóteses acerca dos mecanismos psíquicos da paranóia a partir de suas formulações a propósito do presidente Schreber. Consideramos relevante, pois, remetermo-nos às primeiras elaborações psicanalíticas acerca da psicose, atentando especialmente ao modo como a paranóia é postulada, para em seguida abordarmos a influência que desempenharam nas proposições de Lacan. A deflagração da psicose de Schreber ocorreu em duas ocasiões determinadas: a primeira, quando se apresentou como candidato à eleição para juiz substituto e, a segunda, quando assumiu suas funções como presidente da Corte de Apelações. Quando da manifestação primeira de sua psicose Schreber, aos 42 anos de idade, fora internado na clínica do Dr. Flechsig - que mais tarde apareceu como seu principal perseguidor – apresentando o que fora descrito pelo médico como "crise de grave hipocondria" (FREUD, 1911/ 1996, p. 23).

No período intermediário entre uma ocasião e outra, Schreber viveu oito anos na companhia de sua esposa, período que considera de grande felicidade, exceto pela frustração de não terem filhos. Além disso, certo dia, ao amanhecer, quando Schreber encontrava-se em um estado entre o sono e a vigília, ocorreu-lhe a idéia de que "afinal de contas, deveria ser realmente muito bom ser mulher e submeter-se ao ato da cópula" (FREUD, 1911/ 1996, p. 24). À época de sua segunda internação, Schreber desenvolveu outros sintomas, como idéias de perseguição, ilusões sensórias, visuais e auditivas, hiperestesia, distúrbios cenestésicos, além de idéias delirantes de caráter místico. Acreditava estar sendo perseguido e prejudicado e que seu corpo era manejado de forma revoltante. Nessa época passou a identificar Flechsig como seu principal perseguidor, a quem chamava de "assassino da alma".

Em suas memórias, Schreber apresenta-nos a engenhosa estruturação de seu delírio, que levou Freud (1911/ 1996, p. 25) a considerar que "sua personalidade fora reconstruída e agora se mostrava, exceto por alguns distúrbios isolados, capaz de satisfazer as exigências da vida cotidiana". Schreber acreditava ter uma missão que lhe fora designada por Deus e que consistia em redimir o mundo e restituir a beatitude, supostamente perdida. Isso, entretanto, somente poderia ser realizado mediante sua transformação em mulher. Em relação às idéias delirantes de Schreber, Freud (1911/ 1996, p. 26) observa que "são mais ou menos fixas e parecem inacessíveis à correção por meio de qualquer apreciação e juízo objetivos dos fatos externos". Além da certeza delirante, que aponta para a ausência de dialética, chama a

atenção de Freud (1911/ 1996, p. 27) o delírio religioso de grandeza (megalomania) apresentado por Schreber, ao acreditar ser "o ser humano mais notável que até hoje viveu sobre a Terra", em virtude dos milagres divinos que supostamente haviam sido realizados sobre ele.

O fato de não podermos falar em desejo na psicose, tal como veremos no capítulo que destinamos a pensar o discurso a partir do Grafo do Desejo, já aparece em Freud, como podemos visualizar na seguinte passagem a respeito do presidente Schreber:

> Não se deve supor que ele *deseje* ser transformado em mulher; trata-se antes de um 'dever' baseado na Ordem das Coisas, ao qual não há possibilidade de fugir, por mais que, pessoalmente, preferisse permanecer em sua própria honorável e masculina posição de vida (1911/ 1996, p. 27).

Outro ponto que gostaríamos de destacar é que Schreber submeteu-se a um sistema que chamou de "pensamento forçado", que o obrigava a estar constantemente desenvolvendo alguma atividade intelectual, pois acreditava que cada vez que seu pensamento cessava, Deus o considerava idiota e estava justamente a esperar pelo momento em que suas atividades mentais se extinguiriam para então se retirar. Schreber via-se assim, ocasionalmente, obrigado a zombar de Deus em voz alta para defender-se de Suas provocações. No intuito de uma elaboração delirante, embora sem o saber, Schreber faz reiteradas tentativas de encontrar justificativas acerca da conduta de Deus para com ele. A relação de Schreber com Deus acha-se, pois, marcada pela exigência de sua transformação em mulher – idéia a que Schreber inicialmente resiste por considerar uma catástrofe, mas por fim reconcilia-se com a reivindicação divina, por acreditar que está em consonância com a Ordem das Coisas e em harmonia com os mais elevados propósitos divinos.

Em relação ao mecanismo em causa na estruturação da paranóia, alguns pontos merecem destaque. Primeiramente lembremos que Freud remonta o núcleo da estrutura delirante a motivos familiares. No que tange à eleição do perseguidor, Freud observa:

> [...] Parece que a pessoa a quem o delírio atribui tanto poder e influência, a cujas mãos todos os fios da conspiração convergem, é, se claramente nomeada, idêntica a alguém que desempenhou papel igualmente importante na vida emocional do paciente antes de sua enfermidade, ou facilmente reconhecível como substituto dela. A intensidade da emoção é projetada sob a forma de poder externo, enquanto sua qualidade é transformada no oposto. A pessoa agora odiada e temida, por ser um perseguidor, foi, noutra época, amada e honrada" (1911/ 1996, p. 50).

Assim, no caso de Schreber, podemos supor que a atitude feminina que assumiu diante de Deus fora, originariamente, dirigida para seu médico, Flechsig, por parte de quem

temia ser submetido a abuso sexual. Foram elaborações nesse sentido que conduziram Freud (1911/ 1996) a situar a manifestação da libido homossexual na origem da paranóia. A luta defensiva contra o impulso homossexual, devido à resistência a essa idéia, estaria na base do delírio de perseguição. Assim, a substituição de Flechsig por Deus foi o que possibilitou que a emasculação fosse aceita por Schreber e projetada em um futuro assintótico, posto que a idéia de submeter-se ao coito com Deus não lhe provocava tanta resistência quanto a assunção de uma posição feminina em relação ao médico.

Ademais, a cópula com Deus resultaria na recriação da humanidade, após a extinção desta, mediante a emergência de "uma nova raça de homens, nascida do espírito de Schreber. [...] Seu ego encontrava satisfação na megalomania, enquanto que sua fantasia feminina de desejo avançava e tornava-se aceitável. A luta e a doença podiam cessar" (FREUD, 1911/ 1996, p. 57). A megalomania é situada por Freud (1911/ 1996) como correlata dos delírios de perseguição: decorre da necessidade de explicar o motivo da perseguição e, assim, surge a idéia de ser alguém eminente. Há ainda menção na obra de Freud (1911/ 1996) de uma possível equivalência entre Flechsig e o irmão de Schreber, de modo que as fantasias eróticas teriam sido primeiramente dirigidas ao irmão. A mesma equiparação é feita entre Deus e o pai, de modo que a importância que o pai assumiu para Schreber justificaria a suposta correlação entre a estabilização do delírio e a relação com Deus.

Assim, para Freud (1911/ 1996), o conteúdo do delírio fora determinado pelo conflito infantil com o pai que amava. Constituiria, pois, retorno a uma atitude feminina infantil em relação ao pai. Além disso, Freud (1911/ 1996) considera que a idéia da ameaça de "assassinato de alma" faria alusão a um delito, vinculado a fantasias sexuais de Schreber. Isso era ratificado, também, pelas vozes que lhe acusavam de masturbação, tal como havia feito outrora seu vizinho, Von W. Freud (1911/ 1996, p. 67), entretanto, supunha que "o caráter distintivo da paranóia deve ser procurado alhures, a saber, [...] pelo mecanismo mediante o qual os sintomas são formados ou a repressão[5] é ocasionada". Ter orientado sua investigação da paranóia a partir do mecanismo do recalque trouxe limites à elaboração freudiana. Freud (1911/ 1996) divide o processo do recalque em três fases, a saber: fixação instintual; recalque propriamente dito; e retorno do recalcado.

[5] Aqui, acreditamos que deve haver um equívoco de tradução. Onde está escrito "repressão" deve-se ler "recalque".

No que tange à primeira fase, Freud (1911/ 1996) dirá que na paranóia a fixação é no estádio do narcisismo, ao passo que na esquizofrenia[6], aponta para o auto-erotismo infantil. Ambas, no entanto, são correlatas de um desligamento da libido dos objetos com subseqüente retorno para o próprio ego. Assim, tanto na paranóia, quanto na parafrenia, seria possível observar um desinvestimento da libido do mundo externo e seu correspondente direcionamento para o ego. Já em relação à formação de sintomas na paranóia, Freud (1911/ 1996) situa em sua base o mecanismo da projeção. A esse respeito há uma passagem do texto de Freud (1911/ 1996, p. 78), que consideramos fundamental, na qual afirma: "foi incorreto dizer que a percepção suprimida internamente é projetada para o exterior; a verdade é, pelo contrário, como agora percebemos, que aquilo que foi internamente abolido retorna desde fora". Com essa afirmação, Freud (1911/ 1996) retifica sua hipótese inicial e antecipa algo relativo à foraclusão.

Para Schreber, o fim do mundo aparece como projeção da catástrofe interna que experenciava, a qual aludia à sua morte subjetiva, o que leva Freud (1911/ 1996, p. 78) a postular que "a formação delirante, que presumimos ser o produto patológico, é, na realidade, uma tentativa de restabelecimento, um processo de reconstrução". Essa afirmação situa a construção delirante na direção da cura, que para Freud (1911/ 1996) estava associada à aceitação do desejo homossexual, que outrora fora rejeitado fortemente pelo ego, amenizando o conflito psíquico, de modo que o processo patológico pudesse cessar. Assim, a construção delirante, aliada ao senso de realidade do paciente, "compelia-o a adiar a solução do presente para o futuro remoto, e a contentar-se com o que poderia ser descrito como uma realização de desejo assintótica" (FREUD, 1911/ 1996, p. 57). Abordaremos, a seguir, as proposições de Lacan (1955-56/ 1998) acerca do mecanismo da psicose, buscando enfatizar como a noção de discurso aparece no contexto do *Seminário 3: As psicoses*.

6.2 A psicose em Lacan no contexto do "*Seminário 3: As psicoses" e no artigo "De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose"*

A noção de discurso perpassa toda a obra de Lacan. Desde o seu *Seminário 1: Os escritos técnicos de Freud*, Lacan (1953-54/ 1986, p. 283) já abordava a questão do discurso, definindo-o como o "enunciado pleno, aquele em que não há somente um verbo, mas um sujeito, um nome". Já no contexto do *Seminário 3: As psicoses*, inicialmente consideramos

[6] Termo cunhado por Bleuler, por considerar a designação "demência precoce" introduzida por Kraepelin insatisfatória. Freud (1911) preferiu, no entanto, utilizar para a nomenclatura o termo "parafrenia".

importante destacar a afirmação de Lacan (1955-56/ 2008, p. 21) de que "na psicose, o inconsciente está à superfície, é consciente". Disso decorre que o inconsciente aparece explicitado na fala do sujeito, especialmente no que Lacan (1955-56/ 2008) designou por fenômenos elementares.

A noção de elemento, concernente a tais fenômenos, deve ser tomada tal qual a estrutura, ou seja, em seu caráter irredutível, primário, rudimentar, enquanto aquilo que está na origem do que se desdobra posteriormente. Os fenômenos elementares corresponderiam aos primeiros sinais/ manifestações do processo psicótico, em torno dos quais se organizariam os fenômenos que emergem secundariamente em decorrência da psicose desencadeada. Os fenômenos elementares expressam preponderantemente alterações no funcionamento da linguagem. Entretanto, não se restringem à esfera da linguagem (a alucinação visual, por exemplo, é relativa a um retorno no Real daquilo que foi rechaçado do registro do Simbólico).

Para elucidar como aparecem os fenômenos elementares, iniciaremos por considerar o *neologismo*. Trata-se de uma discordância com a linguagem comum, cuja interferência se expressa no nível do significante, em seu caráter material, mediante a criação de uma palavra nova, que não existe em determinada língua. Em relação à significação, em um sistema lingüístico, temos que esta sempre remete a outra significação. A significação dos neologismos, entretanto, remete somente a ela própria, permanecendo irredutível a qualquer outra. Lacan (1955-56/ 2008) refere que o neologismo se projeta em dois tipos de fenômenos, a saber: a *intuição delirante* e a *fórmula*. A primeira inunda o sujeito revelando a ele uma perspectiva nova e original; não obstante seu caráter pleno, a revelação permanece enigmática para o sujeito. Já a fórmula, também chamada de *ritornelo*, é "a forma que a significação toma quando não remete a mais nada. É a fórmula que se repete, que se reitera, que se repisa com uma insistência estereotipada" (LACAN, 1955-56/ 2008, p. 45).

Há, também, as chamadas *frases interrompidas*, que deixam o predicado, que indicaria o sentido, em suspenso para o sujeito, que se vê compelido a completá-lo. O complemento pode ser indeterminado, mas não pode ser qualquer um, posto que precisa estar em concordância gramatical com o que foi enunciado no início da frase. Outro fenômeno elementar que merece ser destacado é o *delírio*, o qual aponta para uma significação que se impõe ao sujeito e configura um enigma. O núcleo do delírio, em torno do qual a trama delirante é construída, permanece inacessível a qualquer composição dialética, o que imprime a marca da certeza que aparece na fala do sujeito na psicose.

A observação dessas alterações da linguagem levou Lacan (1955-56/ 2008) a admitir a utilização do termo discurso para a psicose. Afirma que "é a economia do discurso, a relação

da significação com a significação, a relação de seu discurso com o ordenamento comum do discurso, que nos permite distinguir que se trata do delírio" (LACAN, 1955-56/ 2008, p. 45). É na aproximação entre o Outro (desconhecido para o sujeito) e o outro (conhecido, posto que é equivalente ao eu, é especular) que toda a dinâmica dual da construção do delírio deve ser situada. Nos interessa especialmente a admissão do termo "discurso" para a psicose, que foi possível para Lacan nesse momento devido à maneira como o discurso foi entendido.

A esse respeito, Lacan (1955-56/ 2008, p. 65) esclarece: "aqui, entendo por discurso inclusive os atos, os encaminhamentos, as contorções dos fantoches presos do jogo e o primeiro é você mesmo". A referência de Lacan aos "fantoches" é alusiva ao outro especular, que fala, e no qual ressoa a mensagem que é do sujeito. É à linguagem (e não ao discurso) que a repartição entre Imaginário, Simbólico e Real se aplica. Lacan, nesse momento, apresenta-nos um entendimento bastante influenciado pela lingüística de Saussure. Assim, compartilha da idéia de que há um conjunto sincrônico, que é "a língua enquanto sistema simultâneo de grupos de oposições estruturados" (LACAN, 1955-56/ 2008, p. 68) e há também o discurso, enquanto o que se articula diacronicamente no tempo.

> [...] Não há discurso sem uma certa ordem temporal, e conseqüentemente sem uma certa sucessão concreta, mesmo se ela é virtual. [...] Mas não é de todo exato que seja uma simples linha, é mais provavelmente um conjunto de várias linhas, uma ninhada. É nesse diacronismo que se instala o discurso (LACAN, 1955-56/ 2008, p. 69).

Podemos depreender dessa passagem, primeiramente, que o discurso aparece na articulação diacrônica dos significantes que se prolonga no tempo; essa definição isolada não nos permite distinguir claramente o discurso do encadeamento da linguagem como tal. Mas para Lacan (1955-56/ 2008), discurso e linguagem não se equivalem: na psicose, o sujeito fala a mesma linguagem que nós; é, entretanto, como vimos, por intermédio do discurso que podemos identificar que se trata de um delírio. A proposição da existência de um conjunto de várias linhas antecipa construções posteriores de Lacan, como o Grafo do Desejo em que temos a cadeia inferior (do enunciado) e a cadeia superior (da enunciação ou cadeia inconsciente). Essa construção de uma estrutura com várias linhas de significantes possibilita, ainda, situar operações como a metáfora (em que o significante de uma cadeia é substituído por outro, que proveio de outra cadeia) e a metonímia, que conduz ao deslizamento dos significantes um após o outro (na diacronia), de modo que estes só se definem por sua relação com os demais. Lacan continua:

> O significante como existindo sincronicamente é suficientemente caracterizado na fala delirante por uma modificação que destaquei aqui, a saber: alguns de seus elementos se isolam, tornam-se pesados, ganham um valor, uma força de inércia particular, carregam-se de significação, simplesmente de uma significação (LACAN, 1955-56/ 2008, p. 69).

Aqui já aparece algo do funcionamento da cadeia significante na psicose. Temos que os significantes são tomados sincronicamente, ao mesmo tempo, sem intervalo entre um e outro, de modo que a significação a que remetem adquire fixidez. Daí a certeza que aparece na significação que compõe o núcleo do delírio e que serve de mote a toda construção delirante posterior. Ainda no contexto do *Seminário 3: As psicoses*, Lacan (1955-56/ 2008) vai distinguir três esferas da fala, a saber: o Simbólico, representado pelo significante em sua articulação com os demais significantes; o Imaginário, em que temos a significação, que é evanescente, pois remete sempre a outra significação; e, por fim, o Real, que é o discurso, realizado em sua dimensão diacrônica.

Se entendermos o discurso tal como Lacan (1955-56/ 2008) o fez no contexto do *Seminário 3: As psicoses*, poderemos depreender que a fala na psicose também é um discurso, posto que se produz na diacronia do encadeamento significante. Entretanto, nessa diacronia os significantes são tomados sincronicamente, sem intervalo no qual o sujeito possa emergir em sua afânise, dividido entre os significantes. Na neurose, o discurso articula as duas dimensões da fala, diacrônica e sincrônica, mediante as operações da metonímia e da metáfora, respectivamente, como vimos. Na psicose, a sincronia domina o discurso. Isso fica claro se retomarmos o fenômeno elementar que Lacan designou "ritornelo" ou "estribilho". Trata-se daquilo que foi aprendido de cor, inculcado pelo sujeito, e que é por ele repetido com uma ausência total de sentido. Podem ser refrões, palavras soltas ou mesmo onomatopéias, que têm a propriedade comum de evidenciar na repetição mesma a sincronia, posto que não remetem a mais nada. O ritornelo aparece, pois, fora da diacronia do discurso.

Em relação ao mecanismo em causa na psicose, Lacan vai além de Freud, ao introduzir a noção de foraclusão, que designa algo que não foi simbolizado e que, portanto, faz aparição no Real. Isso que não foi admitido no sentido do Simbólico (*Bejahung*, antecedente lógico do recalque, como vimos) resta foracluído ou, nas palavras de Lacan (1955-56/ 2008, p. 100): "pode acontecer que alguma coisa de primordial quanto ao ser do sujeito não entre na simbolização, e seja, não recalcado, mas rejeitado". O que aparece no Real é uma significação enigmática, que não remete a mais nada a não ser ela mesma, e que diz respeito ao sujeito. O que se produz a partir disso, toda a construção delirante, se edifica à

margem da lei Simbólica e se traduz em outro registro: o remanejamento do mundo (da realidade) se passa no nível do Imaginário.

Não há, pois, mediação simbólica entre o sujeito e o outro, do que resultaria a possibilidade de estabelecimento de pacto, laço, que pressupõe que um e outro sejam reconhecidos. Na psicose, a mediação simbólica é substituída pelo que Lacan (1955-56/ 2008) chamou de "proliferação imaginária". Como vimos, a significação é da ordem do Imaginário e aparece congelada, fixa, em primeiro plano para o sujeito. Embora o sujeito possa chegar a admitir que aquilo que se passa com ele poderia não corresponder à realidade, sobrevém a certeza de que tanto o que aparece no Real (sob a forma de alucinação), quanto as interpretações delirantes dos acontecimentos, tudo isso concerne a ele.

> O que é o fenômeno psicótico? É a emergência na realidade de uma significação enorme que não se parece com nada – e isso, na medida em que não se pode ligá-la a nada, já que ela jamais entrou no sistema da simbolização – mas que pode, em certas condições, ameaçar todo o edifício (LACAN, 1955-56/ 2008, p. 105).

Essa ameaça do edifício a que Lacan se refere fora interpretada posteriormente como um momento de injunção, em que o sujeito é confrontado a responder desde uma posição Simbólica que não pode ocupar, justamente porque o Nome-do-Pai não foi inscrito como ordenador e fundador da lei Simbólica. Essa exigência de remeter-se à ordem Simbólica, que o sujeito não dispõe de recursos para responder, acarreta uma desagregação em cadeia, que ocasiona um remanejamento dos significantes e constitui o delírio. Para que haja o desencadeamento da psicose é preciso que, além do que podemos chamar de apelo à ordem Simbólica, a sustentação Imaginária também seja abalada, ocasionando o que Lacan (1955-56/ 2008) designou "dissolução imaginária". De que forma ocorre essa dissolução?

Para desdobrarmos essa questão, iniciaremos considerando a seguinte afirmação de Lacan (1955-56/ 2008, p. 121): "[...] para que tudo não se reduza de repente a nada [...] é preciso aí essa rede de natureza simbólica, que conserva uma certa estabilidade da imagem nas relações inter-humanas". Sem a sustentação Simbólica, ou seja, quando a exigência de um posicionamento desde a ordem Simbólica já incidiu sobre o sujeito como uma injunção (tal como ocorreu a Schreber quando foi eleito presidente da Corte de Apelação), resta laçar mão do apoio à sustentação Imaginária, que está atrelada à constituição do eu a partir de uma alienação especular na imagem do outro. A identidade imaginária tem a peculiaridade de ser passível de fragmentação, de espedaçamento. O que conservaria a estabilidade da imagem

seria justamente a ancoragem Simbólica, sem a qual o sujeito vê-se confrontado com a fragilidade da sustentação Imaginária, que fica na dependência da imagem do outro.

Outro ponto que gostaríamos de destacar ainda do *Seminário 3: As psicoses*, é a menção de Lacan (1955-56/ 2008) à *frase simbólica*, no que esta se articula sob a forma de discurso. A frase simbólica mostra-nos que o monólogo interior aparece, para o sujeito, em continuidade com o que escuta como provindo do exterior. Assim, a frase simbólica seria esse dizer simultaneamente interior e exterior, que permite a Lacan (1955-56/ 2008) situar o inconsciente nesse lugar êxtimo. Se na psicose o Outro coincide com o outro especular, o discurso do Outro (inconsciente) pode ser enunciado pelo semelhante ou presentificar-se sob a forma de monólogo interior, uma vez que não houve recalque. Lacan (1955-56/ 2008, p. 144) estabelece, ainda, um contraponto entre delírio e discurso, ao referir que "assim como todo discurso, um delírio deve ser julgado em primeiro lugar como um campo de significação que organizou um certo significante".

Enquanto o psicótico dá um testemunho aberto do inconsciente, o neurótico fornece um testemunho encoberto, que necessita ser decifrado. A significação tende reiteradamente a se fechar para aquele que a escuta. A partir dessa consideração, Lacan (1955-56/ 2008) aponta que o discurso refere-se ao que desemboca do significante no Real, que está para além da significação. Por fim, consideramos importante destacar a distinção estabelecida por Lacan entre discurso da realidade, que corresponderia a uma função do eu, e discurso da liberdade, alusivo ao Eu Ideal. Como vimos, a identificação do sujeito ao ideal diretamente, sem a mediação do Outro, é o que Lacan (1953) designou por loucura no Discurso de Roma, que faz com que o sujeito creia-se livre quando está mais do que nunca submetido a um ideal do Outro.

Outra acepção de discurso que encontramos no *Seminário 3: As psicoses* é aquela que o define como relativo à união do significante com o significado: "entre o significante e a significação, há realmente uma relação, que é aquela que fornece a estrutura do discurso" (LACAN, 1955-56/ 2008, p. 183). A realidade do discurso é manifesta por "esse sentimento de discordância de nunca estar inteiramente no que queremos dizer" (LACAN, 1955-56/ 2008, p. 183). Na psicose, entretanto, aquilo que diz respeito ao ser aparece no Real, deixando o sujeito em um estado de perplexidade que se alia à certeza da realidade do acontecimento. É para fazer frente a esse acontecimento que toda a construção delirante é articulada na diacronia da cadeia significante. Esse é o contexto teórico que leva Lacan (1955-56/ 2008) a admitir o temo "discurso" para a psicose.

Em *"De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose"* Lacan (1955-56/ 1998) aborda o mecanismo em causa na estruturação da psicose e estabelece relação com o que ocorre na linguagem. Retoma e desenvolve o fenômeno da alucinação, alertando para a necessidade de investigar se o sujeito confere a essa um sentido unívoco, ao empenhar-se em explicá-la, o que apontaria para uma ausência de dialética. A propósito da auditivação verbal da alucinação, Lacan (1955-56/ 1998) alerta para a sugestão que induz no sujeito, que se vê obrigado a obedecer aquilo que escuta, e "que só escapa ao reduzir o outro a ser apenas o porta-voz de um discurso que não é dele, ou de uma intenção que ele mantém reservada" (LACAN, 1955-56/ 1998, p. 539). O termo discurso, aqui, é empregado na perspectiva da articulação diacrônica dos elementos da cadeia significante. Enquanto alucinação auditiva, esse discurso se impõe ao sujeito como voz e assume aspecto de realidade.

No que se refere à estrutura da cadeia significante, Lacan a define como *"distributiva"* para indicar que se trata de uma superposição de diversas vozes (no caso da alucinação auditiva). A referida superposição remete-nos à estrutura de várias linhas (cadeias significantes), em cuja diacronia se instala o discurso. Estamos retomando o fenômeno da alucinação, posto que é a partir desse que Lacan (1955-56/ 1998) introduz a noção de discurso no artigo em pauta. Temos que a alucinação irrompe no Real se e quando a cadeia significante se rompe; aparece, pois, enquanto rejeição na diacronia do discurso. Assim, "no lugar em que o objeto indizível é rechaçado no real, uma palavra faz-se ouvir, porque, vinda no lugar daquilo que não tem nome, ela não pode acompanhar a intenção do sujeito sem dele se desligar" (LACAN, 1955-56/ 1998, p. 541).

Lacan faz menção ainda às *mensagens autônimas* que são efeitos do significante; no lugar da significação, o sujeito depara-se com o vazio, que para ele constitui enigma. A certeza psicótica apareceria ao imprimir uma significação que Lacan chama de segundo grau (significação de significação). Há, também, as *mensagens interrompidas*, as quais se interrompem para o sujeito justamente no ponto em que o termo empregado assume a função significante de *shifter*[7], de modo a indicar a posição do sujeito na própria mensagem. Outro ponto que gostaríamos de destacar é que foi no artigo *"De uma questão preliminar..."* que Lacan (1955-56/ 1998) mencionou pela primeira vez a extração do *objeto a* como sendo o que confere sustentação ao campo da realidade na neurose.

[7] Roman Jakobson tomou esse termo de Jaspersen, para designar as palavras do código que só adquirem seu sentido através das coordenadas (atribuição, datação, local de emissão) da mensagem (LACAN, 1955-56/ 1998, p. 541).

O *objeto a* foi introduzido na psicanálise por Lacan. Freud já fazia referência ao objeto perdido, que o sujeito buscaria reeditar por intermédio da repetição. Entretanto, o objeto não se reduz ao que está em jogo nas pulsões parciais, enquanto "objeto de amor", causa do desejo. Lacan situa o *objeto a* como sendo relativo ao que escapa à linguagem, ao que não é passível de ser circunscrito pelo Simbólico, mas que constitui o móbil do processo de análise. É, pois, equiparável ao vazio no âmbito da significação, mas que está relacionado à marca primeira, à inscrição do traço unário, que precede a simbolização. É a partir da "criação" por Lacan do *objeto a* que a lógica da constituição do sujeito é subvertida: é o desejo que move o sujeito (de modo que o sujeito não é senhor do seu desejo). Kaufmann dirá que "não há idéia do *objeto a*, a não ser em seus estilhaços [a saber, os objetos das pulsões parciais, a sucção, a excreção, o olhar e a voz] – aos quais o *objeto a* não se reduz" (1996, p. 377). O *objeto a* pode ser formulado, ainda, como resto, como aquilo que "cai" do Outro e que marca a falta no Outro e no sujeito, pela incidência da castração Simbólica. O *objeto a* é projetado, assim, no horizonte inatingível que faz como que o sujeito seja movido pelo desejo (ainda que disto, nada saiba).

Foi a partir dessa construção teórica que Lacan pôde ir mais além dos conceitos da lingüística, que forneciam os elementos que subsidiavam seu entendimento do discurso no contexto do *Seminário 3: As psicoses*. Com isso, não estamos dizendo que Lacan tenha abandonado concepções provenientes da lingüística, tais como a metáfora e a metonímia, que aludem à dimensão sincrônica e diacrônica do discurso, respectivamente, mas que uma nova leitura mostrou-se possível a partir da topologia. Lacan pôde, então, lançar mão da topologia das superfícies na construção dos esquemas L e Z, os quais permitiram ampliar o entendimento do discurso na psicose, ao considerarem o trajeto que suporta a palavra falada na relação do sujeito com o outro. É o que desenvolveremos no Capítulo 8. Antes disso, entretanto, buscaremos estabelecer um contraponto entre o discurso na paranóia e na esquizofrenia.

7 O DISCURSO NA PARANÓIA E NA ESQUIZOFRENIA

> A investigação psicanalítica da paranóia seria completamente impossível se os próprios pacientes não possuíssem a peculiaridade de revelar (de forma distorcida, é verdade) exatamente aquelas coisas que outros neuróticos mantêm escondidas como um segredo (FREUD, 1911/ 1996, p. 21).

Após elucidarmos o entendimento de estrutura com que estamos trabalhando na construção de nossa pesquisa, parece-nos fundamental estabelecer uma distinção que, a nosso ver, melhor delimita o recorte que enfocaremos em nossa investigação. Trata-se de construir um paralelo entre esquizofrenia e paranóia, a fim de abordarmos diferentes leituras de como se situam esses sujeitos em relação ao discurso. Embora a distinção entre esquizofrenia e paranóia tenha se estabelecido na tradição psiquiátrica, a psicanálise já incorporou a terminologia ao campo das psicoses. Allouch (1995) problematiza a oposição entre as psicoses paranóicas e aquelas qualificadas pela psiquiatria clássica como "discordantes".

Segundo a perspectiva psiquiátrica, na paranóia haveria concordância relativa à forma como o sujeito interpretava sua relação com o mundo antes e durante o delírio; na esquizofrenia, a marca seria a discordância em relação ao modo como o sujeito concebia o mundo anteriormente ao desencadeamento de sua psicose. Allouch (1995) refuta essa oposição, apoiando-se no comentário de Lacan acerca de sua resistência em publicar sua tese sobre o caso Aimeé, devido à sua constatação posterior de que psicose paranóica e personalidade são a mesma coisa. Allouch considera que

> [...] a identificação [...] entre a paranóia e a personalidade torna hoje admissível o fato de que a discordância, característica principal da esquizofrenia, tira sua definição da personalidade, isto é, da paranóia. Uma vez destacado este pedestal paranóico sobre o qual se edificaram tanto a paranóia como a esquizofrenia, uma vez revelado este traço que permite assinalar como paranóico o campo das psicoses, torna-se possível interrogar a psicose (..) a partir da própria paranóia, isto é, do tipo de discordância por ela presentificado (1995, p. 157).

Essa discordância a que se refere Allouch (1995) aparece para o sujeito ligada ao fato de que ele não se constitui senão a partir de uma alienação no Outro. Embora estejamos de acordo com a consideração da existência de discordância tanto na paranóia quanto na esquizofrenia – posto que para o paranóico a sua construção delirante não o exime da perturbação nas relações que se estabelecem entre o eu e a realidade – consideramos importante, para os fins de nossa pesquisa, enfatizar a diferença no que tange ao discurso. Para tanto, iniciaremos considerando as idéias desenvolvidas pelo lingüista Tzvetan Todorov

(1980), a fim de circunscrever os elementos que, do ponto de vista da lingüística, possibilitam-nos delinear especificidades do discurso psicótico.

Todorov (1980, p. 78) sustenta que o discurso psicótico é marcado pelo que designou de *"perturbação da referência"*. São os referentes do discurso que permitem estabelecer a relação de um termo com os elementos antecedentes, de modo a remeter um enunciado a outras partes do discurso. A respeito de tal perturbação, o lingüista nos aponta três possibilidades: 1) o fracasso da referência, que conduziria o sujeito a refugiar-se no silêncio, na recusa de falar, tal como ocorre na catatonia; 2) a referência evoca um mundo imaginário, no qual nada ocorre sem razão e nada é desprovido de sentido. Assim, na paranóia o sujeito perde a possibilidade de distinguir entre ficção e verdade; 3) o sujeito fala, mas não se consegue construir qualquer mundo de referência a partir de seu discurso. O que torna a referência impossível na esquizofrenia é a disfunção metalingüística e a perturbação dos elementos que garantem a coerência de um discurso.

Em relação à incoerência que marca o discurso na esquizofrenia, Todorov (1980) faz referência àquilo que designa por "proposições inacabadas" e que, a nosso ver, seriam equivalente às frases interrompidas, que deixam o sentido em suspenso, a que Lacan (1955-56/ 2008) alude no *Seminário 3: As psicoses*. Desse fenômeno elementar, temos o exemplo de Schreber que escutava os pássaros que lhe falavam na língua fundamental frases incompletas, as quais ele sentia-se obrigado a completar (*Agora eu vou me...*). Do ponto de vista da lingüística, o inacabamento das proposições promove a ausência de referência e a incoerência do discurso. Segundo Todorov,

> [...] uma variante desse inacabamento [a saber, das proposições] é a perturbação das relações entre os membros da proposição, como por exemplo, a relação de transitividade. Assim, [a saber, o esquizofrênico] emprega os verbos transitivos de maneira absoluta ou com um complemento de objeto indireto (1980, p. 80).

O autor acrescenta a isso que a incoerência do discurso também pode ser suscitada pela descontinuidade entre as proposições, que faz com que o sujeito se refira a fatos diferentes, e pela contradição entre elas. A coerência do discurso depende, pois, da referência entre as proposições. Assim, devido à ausência de referentes, o discurso na esquizofrenia não permite a construção de representações correlacionadas, de modo que o sujeito fala, mas não diz nada do ponto de vista da coerência do sentido. Essa consideração de Todorov (1980) remete-nos ao distúrbio de associações de idéias, apontado por Bleuler (1911 apud QUINET, 2006, p. 71) como um dos quatro sintomas primários da esquizofrenia (os outros três

sintomas principais descritos são autismo, ambivalência e distúrbio da afetividade). Em relação à disfunção metalingüística, que Todorov (1980) aponta como a segunda variável determinante das perturbações da referência na esquizofrenia, trata-se da "ausência de hierarquia entre os segmentos que compõem o discurso" (TODOROV, 1980, p. 79).

No que tange ao discurso do paranóico, o que Todorov (1980) sublinha é que os referentes evocados não têm para aquele que o escuta existência real (na realidade). Entretanto, o autor faz a ressalva de que se esse discurso fosse-nos apresentado por aquele que o profere como se tratando de uma ficção ou de uma narrativa fantástica ou poética não o leríamos como paranóico. O paranóico seria aquele que ignora a distinção entre o que é ficcional e o que não é, de modo que suas interpretações delirantes da realidade são tomadas como verdadeiras. Essa aproximação que o autor constrói entre discurso psicótico e poético ou ficcional é interessante à nossa pesquisa, pois lançaremos mão de poesias e contos literários no intuito de explicitar a relação entre o sujeito e o Outro na psicose, tal como abordaremos teoricamente pela via da topologia.

Embora o discurso, desde a perspectiva da lingüística, seja-nos apresentado como equivalente à fala, consideramos relevante a distinção entre discurso esquizofrênico e paranóico por duas razões. Primeiro porque permite situar a concepção de discurso postulada pela lingüística, que serviu de referência a Lacan à época em que proferiu o *Seminário 3: As psicoses*. Em segundo lugar, porque nos fornece indicadores de especificidades da linguagem na psicose. Entre os psicanalistas, a diferenciação entre esquizofrenia e paranóia conduziu a leituras diversas da psicose em relação ao discurso. Quinet (2006), por exemplo, sustenta que é possível ao paranóico incluir-se em alguns dos quatro discursos, como veremos, enquanto o esquizofrênico não participaria dos discursos.

Em sua leitura da psicanálise, Quinet (2006) estabelece um contraponto entre paranóia e esquizofrenia, a partir do que ocorre em cada um dos registros, tal como aparece esquematicamente na tabela abaixo. Nos subcapítulos que seguem, desenvolveremos os pontos destacados pelo autor, posto que sintetizam aspectos primordiais concernentes à estruturação de uma psicose e à constituição do sujeito. Não nos restringiremos, no entanto, às considerações elencadas no quadro, mas buscaremos enfatizar de que forma esses aspectos de diferenciação entre paranóia e esquizofrenia produzem efeitos no âmbito do discurso, em consonância com os propósitos de nossa investigação.

Quadro 2 - Paranóia e esquizofrenia

	ESQUIZOFRENIA	**PARANÓIA**
REAL	- Fragmentação do gozo; dispersão do gozo; - Retirada da libido do mundo externo.	- Concentração do gozo no Outro, na figura do perseguidor, da pessoa amada ou odiada.
SIMBÓLICO	- Outro ausente (não há Um), Outro fragmentado; - O sujeito dificilmente se deixa representar pelo significante; - Mecanismo: dispersão significante; - DM ausente e NP ausente; - Foraclusão do Nome-do-Pai.	- Outro consistente, receptador de gozo; - O sujeito é fixado, retido por um significante ideal; - Mecanismo: Retenção de um significante-mestre (S1), ao qual o sujeito fortemente adere. - DM presente e NP ausente; - Foraclusão do Nome-do-Pai.
IMAGINÁRIO	- Regressão ao auto-erotismo; - Estádio do espelho: imagens do corpo despedaçado; corpo fragmentado (não unificado); - Dispersão da imagem e do sentido; - Elisão do falo.	- Regressão ao narcisismo; - Estádio do espelho: fixação à imagem do outro (a-a'); - Congelamento da imagem e do sentido; - Elisão do falo.

Fonte: QUINET (2006, p. 61).

7.1 Os fenômenos de linguagem na psicose: o registro do Simbólico

Em relação ao registro do Simbólico, podemos afirmar que o psicótico esteja na linguagem, posto que fala. O funcionamento da linguagem supõe leis, que compreendem a metáfora e a metonímia. Enquanto a primeira opera por intermédio da substituição significante, a metonímia permite o encadeamento. Na psicose, o sujeito é capaz de compreender a utilização de determinada palavra em sentido metafórico; da mesma forma, consegue criar metáforas. No entanto, não há a operação da metáfora paterna, que permitiria que a produção da significação fálica viesse em decorrência da substituição do desejo da mãe pelo significante Nome-do-Pai. Esse ponto merece explicação pormenorizada, pois está no fundamento da causalidade da psicose.

Primeiramente, gostaríamos de destacar que metáfora paterna e significante Nome-do-Pai não são a mesma coisa. No entanto, é necessária a intervenção do significante Nome-do-Pai para que haja metáfora paterna. Se retomarmos a estrutura da metáfora (de qualquer metáfora), tal como Lacan nos apresenta em *"De uma questão preliminar..."*, teremos a seguinte fórmula:

Equação 1: A fórmula da metáfora

$$\frac{S}{\$'} \cdot \frac{\$'}{x} \rightarrow S\left(\frac{1}{s}\right)$$

Fonte: LACAN, 1955-56/ 1998, p. 563.

Lacan (1955-56/ 1998) aponta que essa é a fórmula da metáfora ou da substituição significante, na qual "S são os significantes, x é a significação desconhecida e o s é o significado induzido pela metáfora, que consiste na substituição, na cadeia significante, de S' por S". A condição da metáfora é a elisão de S', uma vez que na multiplicação os termos se anulam. Essa fórmula da metáfora se aplica à metáfora paterna, tal como mostra Lacan:

Equação 2: A metáfora paterna

$$\frac{\text{Nome-do-Pai}}{\text{Desejo da Mãe}} \cdot \frac{\text{Desejo da Mãe}}{\text{Significado para o sujeito}} \rightarrow \text{Nome-do-Pai}\left(\frac{\text{A}}{\text{Falo}}\right)$$

Fonte: LACAN, 1955-56/ 1998, p. 563.

Temos que, inicialmente, a relação da criança com a mãe é balizada pela presença Real desta. Para que a mãe se torne um significante ou, mais propriamente, tenha existência no registro do Simbólico, é preciso que haja a simbolização de sua ausência. Para que isso ocorra, é necessário que a criança suponha que a ausência periódica da mãe quer dizer alguma coisa, de modo que o desejo da mãe (DM) emerge como incógnita: *"o que quer ela?"*. Esse é o primeiro ponto necessário à simbolização, mas não é suficiente. Temos que na paranóia, o sujeito permanece alienado ao DM, de modo que não ocorre a simbolização primária da ausência do Outro primordial. Em conseqüência, o sujeito fica submetido aos ditames de um Outro que se configura absoluto. Para que o sujeito pudesse existir no Simbólico, seria necessária a produção de um vazio, engendrado pela simbolização da ausência da mãe. Como vimos, as estruturas só podem ser pensadas umas em relação às outras, de modo que é necessário à nossa elucidação desenvolvermos o que ocorre no campo da neurose.

Eis que diante da incógnita do DM intervém a operação secundária da metáfora paterna, no momento em que o Nome-do-Pai (NP) vem em substituição ao DM. A figura paterna, o elemento terceiro do Complexo Edípico, constituiria para a criança aquele que

supostamente sabe a respeito do DM, o que retira a criança do circuito da alienação. Já na paranóia o significante do DM está presente, apesar de não ser metaforizado pelo NP. O sujeito procura suprir essa ausência com um significante ideal (I), de modo que permanece fixado a esse significante, o que constitui o fundamento da alienação especular. A partir disso, podemos situar o esquizofrênico em relação ao paranóico. Na esquizofrenia, em contrapartida, não há inscrição do DM nem do NP; a ausência da mãe não emerge como incógnita para a criança, de modo que o sujeito entra no jogo dos significantes sem a instância do Outro. Trata-se de um Outro ausente, só evocado de forma fragmentária.

Essas considerações permitem-nos corroborar a tese de Lacan (1973) de que o psicótico não está fora da linguagem, mas sim "fora-do-discurso". Ocorre que o acesso ao discurso pressupõe a operação de separação. Na paranóia, o que vemos é um retorno no outro, semelhante, do Outro que não é barrado, não está submetido à lei. A Outra cena, inconsciente, é projetada para fora, como operando a partir do pequeno outro. Dessa perspectiva não há laço possível, posto que o sujeito não considera o outro enquanto destinatário da demanda, mas permanece no registro da alienação. Quinet (2006, p. 65) acredita que na paranóia há "a tentativa do sujeito de se inserir num discurso como laço social", ao passo que o esquizofrênico não empreende tal tentativa, devido à ausência da função do semblante[8].

Essa não operatividade da metáfora paterna na psicose traz conseqüências no plano da significação. A operação do Nome-do-Pai introduz o ponto de basta, que faz a amarragem que impede a desarticulação da cadeia significante e, por retroação, permite que a significação seja engendrada para o sujeito. Promove, pois, a amarração da cadeia dos significantes (S) com a dos significados (s). A foraclusão do Nome-do-Pai na psicose resulta em uma cadeia na qual está ausente a precipitação de um sentido, que, por retroação, aluda à contingência do ser. É como se houvesse uma infinitização metonímica, um deslizamento sem corte, sem estofo. A ruptura da cadeia significante é operada quando um significante é rechaçado do Simbólico e retorna no Real, sob a forma de alucinação.

Quinet (2006) defende que na esquizofrenia o que temos é a ausência de um significante-mestre (S1) que possa representar o sujeito para o conjunto dos demais significantes. Afirma que na esquizofrenia "temos uma multiplicidade de S1 sem hierarquia alguma, o que é dizer que ele se transforma num significante qualquer. [...] Lá onde deveria advir um S2 como produto diferencial da repetição significante, tem-se um conjunto vazio"

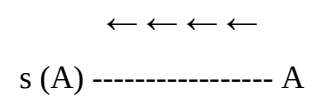
[8] A definição de semblante apresentada por Quinet (2006, p. 78) parece-nos esclarecedora: "conjunção do Simbólico e do Imaginário que permite ao sujeito entrar no jogo social através de um dos quatro discursos".

(QUINET, 2006, p. 70). O resultado disso seria uma dispersão dos significantes. Essa ausência não está presente na paranóia que, ao contrário, é relativa à fixação do sujeito a um significante elevado à condição de ideal, que faz com que o sujeito permaneça alienado a esse significante, o qual determinará todas as demais significações. Quinet (2006, p. 61) alerta-nos para o fato de que a especificidade da paranóia é "o mecanismo da retenção de um significante-mestre (S1) ao qual o sujeito fortemente adere".

Assim, na esquizofrenia há uma perturbação das associações resultante da dispersão significante, que torna preponderante os distúrbios de associação de idéias. Na paranóia, em contrapartida, predominam as interpretações delirantes, que aparecem atreladas à retenção do significante tido como ideal, que funcionará como S1 se e somente se estiver articulado ao delírio. Parece ser isso que Quinet (2006, p. 71) busca elucidar ao afirmar que "no caso da paranóia, o advento de uma metáfora delirante tem como produto um significante-mestre que representa o sujeito, constituindo-o como o centro de seu sistema delirante". A referida falta do ponto de basta e seu correspondente vazio no âmbito da significação é descrita por Soler (2007, p. 100) como a "experiência enigmática do psicótico".

Segundo a autora, em substituição ao vazio enigmático que se apresenta inicialmente no lugar da significação sobrevém uma significação que denomina de "segundo grau" (significação de significação). Essa significação superveniente é construída justamente a partir do fato de na psicose o sujeito lidar com a indeterminação da significação como enigma, do qual ele se encarrega de decifrar. Assim, temos em um primeiro momento a experiência do não-senso e, em seguida, sua conversão em certeza de significação. Se recortarmos do Grafo do Desejo a retroação que induz a significação (Fig. 3), poderemos visualizar as alterações que ocorrem na produção do vazio da significação na psicose.

Figura 3: Retroação que induz a significação



Fonte: SOLER, 2007, p. 102.

À direita, em A, temos os fenômenos de código, posto que A está completo, não marcado pela barra que designa a falta no Outro. Os significantes encadeados, pelo efeito do ponto de basta, retroagem engendrando s(A), a saber, o significado do Outro, que compõe o

fecho da significação. Ao serem isolados, pela ausência do ponto de basta que conduziria ao retorno que produziria o sentido, os fenômenos de código (A) conduzem a rupturas ou vazios no campo da significação. Soler (2007, p. 102) propõe a seguinte figuração para esses fenômenos:

Figura 4 – Mensagens sobre o próprio código

Figura 5 – Mensagens interrompidas

s (A) ---------- A

Fig. 4

// ←

s (A) ---------- A

Fig. 5

Fonte: SOLER, 2007, p. 102.

Temos à esquerda a representação das mensagens sobre o próprio código (Fig. 4), que produzem o vazio da significação e, à direita, o que seriam as chamadas mensagens interrompidas (Fig. 5). Assim, pois, o efeito primordial, no campo da linguagem, da foraclusão do significante Nome-do-Pai é a correlata ausência do ponto de basta, que permitiria que um significante se diferenciasse dos demais e forjasse retroativamente uma significação para o sujeito. É o ponto de basta que faz a amarragem que impede a desarticulação dos significantes da cadeia. Na psicose, os fenômenos elementares seriam correlatos a esse descarrilhamento. Resta interrogarmos agora a possibilidade de um significante representar o sujeito para outro significante na psicose, uma vez que, como veremos, na psicose não há intervalo entre os significantes que permita que, na hiância, o sujeito dividido advenha.

Em relação ao mecanismo em causa na estruturação da psicose, embora tanto a esquizofrenia quanto a paranóia estejam atreladas à foraclusão do significante Nome-do-Pai, posto que se trata de psicose, enquanto na primeira o sujeito está à deriva de uma dispersão significante, na qual todos possuem o mesmo valor, na paranóia há a retenção de um significante. Que significante seria esse? Segundo Quinet (2006), o significante retido seria o S1, que viria a representar o sujeito, de modo que todos os demais significantes estariam referidos a ele, que constituiria o centro do sistema delirante. Gallano (1998) também alude à possibilidade de que um significante possa representar o sujeito na paranóia. Afirma que “ao

paranóico, o saber lhe serve para achar uma resposta concordante com sua certeza, que lhe permita ao mesmo tempo representar-se como sujeito" (GALLANO, 1998, p. 184).

Na neurose, o sujeito pensa saber o que está falando; o que ignora é que ao falar, é falado pelo Outro. É esse desvio da mensagem pelo Outro que denuncia o posicionamento do sujeito do inconsciente, posto que, como afirma Lacan (1953/ 1998, p. 266), "o inconsciente do sujeito é o discurso do Outro". Na psicose, não há o desvio da fala pelo Outro, de modo que o sujeito recebe sua própria mensagem de forma direta através do outro semelhante, cujo lugar coincide com o do Outro. Retomaremos este ponto mais adiante, quando abordarmos o esquema L. Uma interpretação para o fora-do-discurso da psicose poderia, então, ser assim formulada: na esquizofrenia, devido à dispersão significante, não há significante que represente o sujeito, pois para tanto, precisaria estar recalcado, S1 recalcado originariamente (ou retido, no caso da paranóia). O recalque como apagamento de um significante em relação ao qual todos os demais representam o sujeito. Assim escreve Lacan:

> Um significante é o que representa o sujeito para outro significante. Esse significante será aquele para o qual todos os outros significantes representam o sujeito: ou seja, na falta desse significante, todos os demais não representariam nada. Já que nada é representado senão para algo (1960/ 1998, p. 833).

Quinet (2006) vai fundamentar sua proposição de que o esquizofrênico não participa dos quatro discursos e, portanto, não estabelece laço social, a partir da consideração de que os múltiplos S1 não se articulam ao S2. Já na paranóia, a retenção "permite ao sujeito, uma vez representado pelo significante, entrar nos laços sociais de uma maneira bem particular" (QUINET, 2006, p. 100). Seguindo Lacan, temos que

> de início, seguramente, ele [a saber, o significante-mestre] não está. Todos os significantes se equivalem de algum modo, pois jogam apenas com a diferença de cada um com todos os outros, não sendo, cada um, os outros significantes. Mas é também por isso que cada um é capaz de vir em posição de significante mestre, precisamente por sua função eventual ser a de representar o sujeito para todo outro significante (1969-70/ 1992, p. 93).

Se um significante vier em posição de significante-mestre, portanto, terá a propriedade de poder representar o sujeito quando de sua articulação a outro significante. A esse respeito, Lacan (1969-70/ 1992, p. 93) esclarece que "o significante-mestre, ao ser emitido na direção dos meios de gozo que são aquilo que se chama o saber, não só induz, mas determina a castração". Ora, estamos certos de que a castração simbólica não opera na psicose. Trata-se, antes, de um sujeito mortificado, que resulta da dupla de significantes tomados

sincronicamente, de modo a perpetuar a alienação no Outro. A respeito do advento do sujeito, Eidelsztein refere:

> [...] para Lacan, o sujeito advém marcado por um efeito letal devido a que nasce da dupla significante – o que designa de forma inédita mediante "alienação" – e o único que salva ou regata desse efeito letal é o encontro com o desejo do Outro – o que designa "separação" -, mas não do Outro, mas da mortificação causada pela dupla significante sincronicamente considerada (2008, p. 234, tradução nossa).

No *Seminário 11: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*, Lacan (1964/ 1998, p. 225) refere que "quando não há intervalo entre S1 e S2, a primeira dupla de significantes se solidifica, se holofraseia". A holófrase não permite que o sujeito dividido advenha entre os significantes e o efeito disso é que o significante não pode ser dialetizável. Isso porque, devido à ausência de intervalo entre um significante e outro, toda a cadeia significante se holofraseia. A solidificação de S1 e S2 impede a vinda de outro significante de outra cadeia, posto que não é possível ocupar um o mesmo lugar do outro. O sujeito fica, pois, mortificado, submetido ao discurso do Outro, aos significantes que lhe são apresentados pelo Outro. A seguir, abordaremos a alienação primordial do sujeito no Outro, bem como as ocorrências que possibilitam a separação e abrem o caminho para o desejo. No Capítulo 11, que dedicamos aos quatro discursos, retomaremos a questão, aqui não completamente elucidada, acerca da possibilidade de um significante representar o sujeito para outro significante na psicose.

7.2 Alienação e separação: o registro do Imaginário e a dimensão especular

Acerca da alienação, Magno (2007) estabelece uma distinção entre o que ocorre na neurose e na psicose. Afirma que enquanto na psicose o sujeito está alienado ao Outro (não barrado), na neurose trata-se de uma

> alienação que põe o sujeito como radicalmente dividido. Alienação que vige entre o significante unário, aquele que apontamos como advindo de um traço unário que se marca como pura diferença, e a intervenção desse significante no campo do saber (MAGNO, 2007, p. 58).

Na neurose, o intervalo entre o binário S1→S2 permite que o sujeito seja representado na articulação significante em sua divisão subjetiva. Assim, da alienação radical do sujeito no Outro, algo se separa e cai (*objeto a*); essa queda depende da operação de separação. A lógica da alienação (do sujeito no Outro) pode ser aproximada, como faz Lacan (1964/ 1998), à da

escolha forçada. Assim, no exemplo da escolha entre a bolsa ou a vida, a opção pela vida implica um desfalque, ao passo que a eleição da bolsa conduz a uma renúncia à vida, ou seja, à perda de ambas. Se considerarmos o registro do imaginário, temos que a alienação, que é constituinte do eu, aparece na relação dual especular inicialmente sob a forma *"tu és eu"*. A partir disso, antes da separação entre o sujeito e o outro e no intuito mesmo de que possa se concretizar essa separação, faz-se necessária a interveniência do que Lacan chamou *"vel da exclusão"* condensado na proposição *"tu ou eu"*.

Em latim, o termo *"vel"* designa a conjunção *"ou"*, que explicita a necessidade de o sujeito realizar uma escolha, a qual implicará sempre alguma perda. Nesse sentido a alienação implica a interferência do *vel*. Sabemos que, para a psicanálise, o sujeito não é alienado senão em relação ao campo do Outro. É por isso que Lacan (1964/ 1998, p. 200) localiza o *vel* da alienação justamente no ponto de intersecção entre o ser (do sujeito) e o sentido (do Outro), espaço esse marcado pelo *non sense*, conforme esquema que reproduzimos a seguir (Fig. 6).

Figura 6 – A alienação

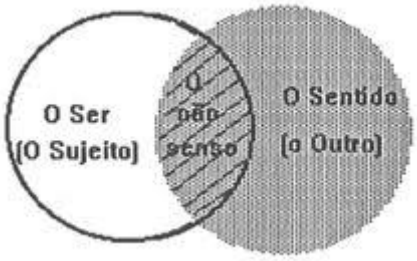


Fig. 3

Fonte: LACAN, 1964/ 1998, p. 200.

Na constituição do sujeito, o significante-mestre (S1) incide sobre o campo do Outro, que contém a bateria de significantes, onde o saber (S2) aparece enquanto produtor de sentido. Assim, se o primeiro significante (S1), por conter a marca do *traço unário*, designa o ser do sujeito, não lhe fornece nenhum sentido. Esse significante primeiro, ao ser emitido em direção ao saber (campo do Outro), produz um sentido que apaga o ser, conduzindo à afânise do sujeito. Na psicose, a existência do outro coincide com o lugar do Outro, de modo que pode vir em posição imaginária do duplo especular do sujeito, encarnado na figura do perseguidor, do objeto amado ou odiado, cuja existência ameaça a do próprio sujeito. Essa dinâmica da exclusão (*ou eu ou outro*) pode ser demonstrada segundo a operação lógica do

“ou exclusivo”, na qual a verdade simultânea de duas proposições é impossível. Assim, teríamos a seguinte tabela-verdade:

Tabela 1 - Tabela-verdade do *ou exclusivo* (v)

p	q	p v q
V	V	F
V	F	V
F	V	V
F	F	F

Fonte: Elaborada pelo autor.

De acordo com os conceitos fundamentais das estruturas lógicas, a notação da disjunção exclusiva (*ou exclusivo*) é v. A lei que rege a construção da tabela exclui a possibilidade de os dois termos da alternativa serem simultaneamente verdadeiros. Ademais, para que a proposição seja verdadeira é preciso que ao menos um dos termos seja verdade. Um exemplo simples poderia ser a construção de uma tabela tendo por referência a seguinte proposição: *“Ana é carioca ou mineira”*. A impossibilidade de que ambos os termos sejam verdadeiros fica evidente. É o que está em jogo na relação imaginária de alienação especular do sujeito com o outro: a impossibilidade da manutenção dos dois termos ao mesmo tempo, que conduz à lógica do *“tu ou eu”*.

No que se refere à contingência do ser, Lacan (1964/ 1998) aponta que a lógica sob a qual opera o *vel* da alienação é a que intervém na alternativa *“o ser ou o sentido”*. Isso porque “se escolhemos o ser, o sujeito desaparece, ele nos escapa, cai no não-senso – se escolhemos o sentido, o sentido só subsiste decepado dessa parte de não-senso que é [...] o que constitui na realização do sujeito, o inconsciente” (LACAN, 1964/ 1998, p. 200). Assim, temos que o sentido é produzido através da articulação significante, mas esta implica para o sujeito, ao mesmo tempo, sua manifestação como afânise, posto que essa mesma articulação significante o divide. Para a psicanálise, há disjunção entre o ser e o sujeito (*“ali onde penso, não sou”*). Por essa via do ser também podemos pensar a operação de separação.

Se na alienação o sujeito emerge como dividido somente após haver feito a escolha forçada (tal como exemplificamos com a opção entre “a bolsa ou a vida”), na separação a questão da contingência do ser também está implicada. Isso porque parte da pergunta do sujeito acerca do que ele é para o desejo do Outro. Para que o sujeito possa colocar-se essa interrogação, é preciso que do sentido que irrompe no fechamento de uma cadeia significante,

haja uma abertura para o não-senso, que faz com que o sujeito prossiga falando, dado que o que diz respeito ao ser lhe escapa. Esse efeito de não-senso viria impor limite ao sentido absoluto, ao saber irrestrito do Outro. Constituiria, pois, o Outro como o lugar o tesouro dos significantes, enquanto campo do saber (S2) marcado pela falta devido à queda do *objeto a*. Se reduzirmos a cadeia significante ao mínimo, teremos o par S1 → S2 a determinar uma rede na qual o saber se multiplica e o traço unário permanece inapreensível.

Assim, como poderia estar o sujeito alienado senão nesse saber que é do Outro? Sem o efeito de não-senso, que viria a limitar o saber absoluto do Outro capaz de imprimir sentido a tudo, o sujeito permanece alienado no Outro. A separação depende da extração do *objeto a* do campo do Outro, objeto este que designa um lugar vazio, que funciona como não-senso e faz furo no Outro. Enquanto na alienação o vazio aparece do lado do sujeito, embora somente após haver realizado a escolha (forçada) que implica uma perda de ser, na separação a falta aparece no lado do Outro. Kaufmann (1996, p. 24), referindo-se à separação, considera que "esta envolve não o saber do Outro [como na alienação], mas o desejo do Outro, na medida em que ele comporta algum: 'Que ele quer de mim?', afirmado como equivalente à falta de significante no Outro".

Na psicose, o sujeito vê-se diante de um Outro absoluto, não marcado pela falta promovida pela extração do *objeto a*. Assim, o sujeito permanece alienado a um Outro onisciente, de modo que a pergunta pelo desejo do Outro não se coloca. É o que veremos mais detidamente no Capítulo 8, quando abordarmos o Grafo do Desejo. Ainda em relação à alienação, temos que constitui precedente necessário ao Estádio do Espelho, uma vez que a antecipação da aquisição da imagem do corpo unificado depende de uma alienação fundamental. A partir da imagem do outro, e por analogia, temos a assunção jubilatória de sua imagem corporal pelo sujeito. O sujeito se identifica, pois, à imagem unificada do semelhante, que permite uma antecipação funcional devido à maturidade precoce da percepção visual se comparada ao desenvolvimento neurológico do bebê nos primeiros meses de vida. A esse respeito, Eidelsztein refere que

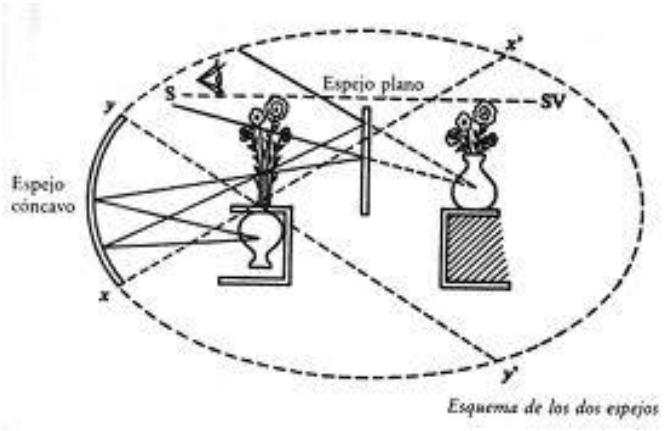
> [...] esta discordância temporal implica que o sujeito não pode controlar nem dominar um corpo que se apresenta a ele como fragmentado, o que, no entanto, pode ser-lhe ocultado pela identificação com a imagem enganosa do semelhante, a que enquanto que ilusoriamente completa e unificada vela que este outro se encontra no mesmo estado de "miséria original". A imagem do outro semelhante funciona como imago salvadora frente à impotência biológica.
> Uma conseqüência desse processo é o tipo peculiar de relação que se estabelece a respeito desse outro que chamamos o semelhante. Essa relação, baseada numa lógica do "ou eu ou outro", implica a impossibilidade de coexistência com o outro e a podemos descrever como uma só imagem para dois, que permite sua

> articulação com a "luta de morte por puro prestígio" tal como a encontramos em Hegel (1992, p. 37, tradução nossa).

No interior dessa lógica de exclusão - *"ou eu ou outro"* - não há pacto social possível, posto que para tanto seria necessário o reconhecimento mútuo. Trata-se, mais propriamente, de uma relação dual especular sem mediação Simbólica, sem a intermediação do Outro, tal como observamos no fenômeno do duplo na esquizofrenia, que traz em seu cerne a intenção agressiva. Essa agressão dirigida ao semelhante pode retornar ao próprio sujeito, que devido à sua condição estrutural de alienação ao outro, toma a si mesmo como objeto destinatário da agressividade. Eis o fundamento do que Lacan designou como "paranóia de autopunição" em sua tese sobre o caso Aimée. A única maneira de sair de uma relação dual seria pela via do Simbólico, através de um pacto preexistente que possibilitasse o reconhecimento.

Lacan (1960/ 1998) desenvolveu o Modelo do Buquê Invertido para introduzir a função de intermediação do Outro na relação do sujeito com sua própria imagem. No modelo, temos a mediação do Outro representada pelo espelho plano; à esquerda temos "S", o sujeito mítico, prévio à existência do Simbólico, e à direita temos "SV", o sujeito que se vê refletido desde a posição que o veria o outro. Assim, "pela mediação do Outro, a imagem real ilusória, enganadora, passa a ser uma imagem virtual, não enganadora" (EIDELSZTEIN, 1992, p. 41, tradução nossa). Abaixo, segue a representação esquemática do Modelo Óptico, apresentado por Lacan em *"Observação sobre o relatório de Daniel Lagache"*:

Figura 7 – Modelo Óptico



Fonte: LACAN, 1960/ 1998, p. 681.

Machado de Assis (1994), em seu conto intitulado *"O espelho"*, problematiza a relação do sujeito com sua própria imagem diante do espelho:

> Nada menos de duas almas. Cada criatura humana traz duas almas consigo: uma que olha de dentro para fora, outra que olha de fora para dentro... Espantem-se à vontade; podem ficar de boca aberta, dar de ombros, tudo; não admito réplica. Se me replicarem, acabo o charuto e vou dormir. A alma exterior pode ser um espírito, um fluido, um homem, muitos homens, um objeto, uma operação. Há casos, por exemplo, em que um simples botão de camisa é a alma exterior de uma pessoa; — e assim também a polca, o voltarete, um livro, uma máquina, um par de botas, uma cavatina, um tambor, etc. Está claro que o ofício dessa segunda alma é transmitir a vida, como a primeira; as duas completam o homem, que é, metafisicamente falando, uma laranja. Quem perde uma das metades, perde naturalmente metade da existência; e casos há, não raros, em que a perda da alma exterior implica a da existência inteira. [...]
>
> — Tinha vinte e cinco anos, era pobre, e acabava de ser nomeado alferes da Guarda Nacional. Não imaginam o acontecimento que isto foi em nossa casa. Minha mãe ficou tão orgulhosa! Tão contente! Chamava-me o seu alferes. [...] Tive muitas pessoas que ficaram satisfeitas com a nomeação; e a prova é que todo o fardamento me foi dado por amigos... Vai então uma das minhas tias, D. Marcolina, viúva do capitão Peçanha, que morava a muitas léguas da vila, num sítio escuso e solitário, desejou ver-me, e pediu que fosse ter com ela e levasse a farda. [...] Chamava-me também o seu alferes. [...] Eu pedia-lhe que me chamasse Joãozinho, como dantes; e ela abanava a cabeça, bradando que não, que era o "senhor alferes". Um cunhado dela, irmão do finado Peçanha, que ali morava, não me chamava de outra maneira. Era o "senhor alferes", não por gracejo, mas a sério, e à vista dos escravos, que naturalmente foram pelo mesmo caminho. Na mesa tinha eu o melhor lugar, e era o primeiro servido. Não imaginam. Se lhes disser que o entusiasmo da tia Marcolina chegou ao ponto de mandar pôr no meu quarto um grande espelho, obra rica e magnífica, que destoava do resto da casa, cuja mobília era modesta e simples [...] O alferes eliminou o homem. Durante alguns dias as duas naturezas equilibraram-se; mas não tardou que a primitiva cedesse à outra; ficou-me uma parte mínima de humanidade. [...] Tudo o que me falava do posto, nada do que me falava do homem. A única parte do cidadão que ficou comigo foi aquela que entendia com o exercício da patente; a outra dispersou-se no ar e no passado.
>
> [...] Vamos ver como, ao tempo em que a consciência do homem se obliterava, a do alferes tornava-se viva e intensa. [...] No fim de três semanas, era outro, totalmente outro. Era exclusivamente alferes. Ora, um dia recebeu a tia Marcolina uma notícia grave; uma de suas filhas, casada com um lavrador residente dali a cinco léguas, estava mal e à morte. Adeus, sobrinho! Adeus, alferes! [...] Achei-me só, sem mais ninguém, entre quatro paredes, diante do terreiro deserto e da roça abandonada. Nenhum fôlego humano.
>
> [...] Convém dizer-lhes que, desde que ficara só, não olhara uma só vez para o espelho. Não era abstenção eliberada, não tinha motivo; era um impulso inconsciente, um receio de achar-me um e dois, ao mesmo tempo, naquela casa solitária; e se tal explicação é verdadeira, nada prova melhor a contradição humana, porque no fim de oito dias deu-me na veneta de olhar para o espelho com o fim justamente de achar-me dois. Olhei e recuei. O próprio vidro parecia conjurado com o resto do universo; não me estampou a figura nítida e inteira, mas vaga, esfumada, difusa, sombra de sombra. A realidade das leis físicas não permite negar que o espelho reproduziu-me textualmente, com os mesmos contornos e feições; assim devia ter sido. Mas tal não foi a minha sensação. Então tive medo; atribuí o fenômeno à excitação nervosa em que andava; receei ficar mais tempo, e enlouquecer.

> - Vou-me embora, disse comigo. E levantei o braço com gesto de mau humor, e ao mesmo tempo de decisão, olhando para o vidro; o gesto lá estava, mas disperso, esgaçado, mutilado... Entrei a vestir-me, murmurando comigo, tossindo sem tosse, sacudindo a roupa com estrépito, afligindo-me a frio com os botões, para dizer alguma coisa. De quando em quando, olhava furtivamente para o espelho; a imagem era a mesma difusão de linhas, a mesma decomposição de contornos... Continuei a vestir-me. Subitamente por uma inspiração inexplicável, por um impulso sem cálculo, lembrou-me... Se forem capazes de adivinhar qual foi a minha idéia...
>
> - Diga.
>
> - Estava a olhar para o vidro, com uma persistência de desesperado, contemplando as próprias feições derramadas e inacabadas, uma nuvem de linhas soltas, informes, quando tive o pensamento... Não, não são capazes de adivinhar.
>
> - Mas, diga, diga.
>
> - Lembrou-me vestir a farda de alferes. Vesti-a, aprontei-me de todo; e, como estava defronte do espelho, levantei os olhos, e... não lhes digo nada; o vidro reproduziu então a figura integral; nenhuma linha de menos, nenhum contorno diverso; era eu mesmo, o alferes, que achava, enfim, a alma exterior. Essa alma ausente com a dona do sítio, dispersa e fugida com os escravos, ei-la recolhida no espelho. Imaginai um homem que, pouco a pouco, emerge de um letargo, abre os olhos sem ver, depois começa a ver, distingue as pessoas dos objetos, mas não conhece individualmente uns nem outros; enfim, sabe que este é Fulano, aquele é Sicrano; aqui está uma cadeira, ali um sofá. Tudo volta ao que era antes do sono. Assim foi comigo. Olhava para o espelho, ia de um lado para outro, recuava, gesticulava, sorria e o vidro exprimia tudo. Não era mais um autômato, era um ente animado. Daí em diante, fui outro. Cada dia, a uma certa hora, vestia-me de alferes, e sentava-me diante do espelho, lendo, olhando, meditando; no fim de duas, três horas, despia-me outra vez. Com este regime pude atravessar mais seis dias de solidão sem os sentir...

Machado de Assis (1994) explicita o medo do sujeito de, diante de sua própria imagem refletida, não ver nada além de um lugar vazio ou de uma imagem deformada, despedaçada. Interrogamos se não poderíamos aproximar o corpo despedaçado da esquizofrenia com o risco a que o sujeito vê-se exposto, de sucumbir em sua existência. Se o Outro está ausente/ fragmentado e ao sujeito só resta o apoio especular imaginário do outro (semelhante) para sustentar-se, na falta deste (diante da solidão) o sujeito corre o risco de desaparecer. Machado de Assis (1994) evidencia, ainda, o receio do sujeito de achar-se dois ao mesmo tempo, o que nos remete à intrusão do duplo na esquizofrenia, que serve de suporte imaginário ao sujeito, ao mesmo tempo em que denuncia a confusão entre o sujeito (S) e sua imagem especular (a') e entre o outro (a) e o Outro (A). Trata-se do achatamento do esquema L na psicose, como veremos mais adiante.

Vestido com a farda de alferes, o sujeito dispunha do apoio necessário à sustentação de sua imagem, posto que não lhe está assegurada sua existência sob a égide do reconhecimento do Outro no registro do Simbólico. As vestimentas permitiam-lhe sustentar

sua imagem unificada, de modo a assegurar sua existência, que sem o apoio especular do outro, na solidão da casa vazia, estava prestes a sucumbir. Gostaríamos de destacar, ainda, a menção do poeta da alma exterior, que nos remete à *Ausstossung*, a saber, a expulsão que rompe com a dicotomia dentro/ fora e ao mesmo tempo é correlata da foraclusão do significante primordial, em oposição a *Bejahung*, como abordamos no Capítulo 5.

Introduzimos aqui a ressalva de tratar-se de um conto fantástico que busca na ficção entrever a condição humana de dependência do outro (semelhante) na constituição do sujeito. Sabemos que o sujeito, uma vez tendo atravessado o Estádio do Espelho e antecipado sua imagem unificada - a partir de seu reflexo e da sustentação Simbólica da palavra do outro - não tem como "perder" essa condição, ou seja, retornar a um estado de fragmentação imaginária do corpo. A ficção, entretanto, permite-nos problematizar alguns pontos importantes da teoria psicanalítica, tais como o reconhecimento do sujeito pelo outro (através do significante alferes) e a necessidade da articulação dos três registros (RSI) para que a imagem unificada do sujeito se sustente, ancorada no Real do corpo e balizada pela mediação Simbólica da palavra do outro.

Machado de Assis (1994) não foi o único a escrever sobre o que se passa com o sujeito ao defrontar-se com sua imagem projetada no espelho. No intuito de prosseguirmos em nossa elaboração, retomemos agora o conto de Guimarães Rosa (1967), também intitulado *"O espelho"*:

> [...] Sim, são para se ter medo, os espelhos. Temi-os, desde menino, por instintiva suspeita. Também os animais negam-se a encará-los, salvo as críveis excepções. Sou do interior, o senhor também; na nossa terra, diz-se que nunca se deve olhar em espelho às horas mortas da noite, estando-se sozinho. Porque, neles, às vezes, em lugar de nossa imagem, assombra-nos alguma outra e medonha visão. Sou, porém, positivo, um racional, piso o chão a pés e patas. Satisfazer-me com fantásticas não-explicações? – jamais. Que amedrontadora visão seria então aquela? Quem o monstro?
>
> [...] Foi num lavatório de edifício público, por acaso. Eu era moço, comigo contente, vaidoso. Descuidado, avistei… Explico-lhe: dois espelhos – um de parede, o outro de porta lateral, aberta em ângulo propício – faziam jogo. E o que enxerguei, por Instante, foi uma figura, perfil humano, desagradável ao derradeiro grau, repulsivo senão hediondo. Deu-me náusea, aquele homem, causava-me ódio e susto, eriçamento, espavor. E era – logo descobri... Era eu, mesmo! O senhor acha que eu algum dia ia esquecer essa revelação?
>
> Desde aí, comecei a procurar-me – ao eu por detrás de mim – à tona dos espelhos, em sua lisa, funda lâmina, em seu lume frio. Isso, que se saiba, antes ninguém tentara. Quem se olha em espelho, o faz partindo de preconceito afetivo, de um mais ou menos falaz pressuposto: ninguém se acha na verdade feio; quando muito, em certos momentos, desgostamo-nos por provisoriamente discrepantes de um ideal estético já aceito. Sou claro? O que se busca, então, é verificar, acertar, trabalhar um modelo subjetivo, preexistente; enfim, ampliar o ilusório, mediante sucessivas novas capas de ilusão. Eu, porém, era um perquiridor Imparcial, neutro

absolutamente. O caçador de meu próprio aspecto formal, movido por curiosidade, quando não impessoal, desinteressada; para não dizer o urgir científico. Levei meses. Deixei, mesmo, por meses, de me olhar em qualquer espelho.

[...] Mas, com o comum correr cotidiano, a gente se aquieta, esquece-se de muito. O tempo, em longo trecho, é sempre tranqüilo. E pode ser, não menos, que encoberta curiosidade me picasse. Um dia… Desculpe-me, não viso a efeitos de ficcionista, infletindo de propósito, em agudo, as situações. Simplesmente lhe digo que me olhei num espelho e não me vi. Não vi nada. Só o campo, liso, às vácuas, aberto como o sol, água - limpíssima, à dispersão da luz, tapadamente tudo. Eu não tinha formas, rosto? Palpei-me, em muito. Mas, o invisto. O ficto. O sem evidência física. Eu era – o transparente contemplador?… Tirei-me. Aturdi-me, a ponto de me deixar cair numa poltrona.

[...] Com que, então, durante aqueles meses de repouso, a faculdade, antes buscada, por si em mim se exercitara! Para sempre? Voltei a querer encarar-me. Nada. E, o que tomadamente me estarreceu: eu não via os meus olhos. No brilhante e polido nada, não se me espelhavam nem eles!

[...] Tanto dito que, partindo para uma figura gradualmente simplificada, despojara-me, ao termo, até a total desfigura. E a terrível conclusão: não haveria em mim uma existência central, pessoal, autônoma? Seria eu um… des-almado? Então, o que se me fingia de um suposto eu, não era mais que, sobre a persistência do animal, um pouco de herança, de soltos instintos, energia passional estranha, um entrecruzar-se de influências, e tudo o mais que na impermanência se indefine? Diziam-me isso os raios luminosos e a face vazia do espelho – com rigorosa infidelidade. E, seria assim, com todos? Seríamos não muito mais que as crianças – o espírito do viver não passando de ímpetos espasmódicos, relampejados entre miragens: a esperança e a memória.

[...] Mas, o senhor estará achando que desvario e desoriento-me, confundindo o físico, o híperfísico e o trans-físico, fora do menor equilíbrio de raciocínio ou alinhamento lógico – na conta agora caio. Estará pensando que, do que eu disse, nada se acerta, nada prova nada. Mesmo que tudo fosse verdade, não seria mais que reles obsessão auto-sugestiva, e o despropósito de pretender que psiquismo ou alma se retratassem em espelho… Dou-lhe razão.

[...] Pois foi que, mais tarde, anos, ao fim de uma ocasião de sofrimentos grandes, de novo me defrontei - não rosto a rosto. O espelho mostrou-me. Ouça. Por um certo tempo, nada enxerguei. Só então, só depois: o tênue começo de um quanto como uma luz, que se nublava, aos poucos tentando-se em débil cintilação, radiância. Seu mínimo ondear comovia-me, ou já estaria contido em minha emoção? Que luzinha, aquela, que de mim se emitia, para deter-se acolá, refletida, surpresa? Se quiser, infira o senhor mesmo.

[...] São coisas que se não devem entrever; pelo menos, além de um tanto. São outras coisas, conforme pude distinguir, muito mais tarde – por último – num espelho. Por aí, perdoe-me o detalhe, eu já amava – já aprendendo, isto seja, a conformidade e a alegria. E… Sim, vi, a mim mesmo, de novo, meu rosto, um rosto; não este, que o senhor razoavelmente me atribui. Mas o ainda-nem-rosto – quase delineado, apenas – mal emergindo, qual uma flor pelágica, de nascimento abissal… E era não mais que: rostinho de menino, de menos-que-menino, só. Só. Será que o senhor nunca compreenderá?

Devia ou não devia contar-lhe, por motivos de talvez. Do que digo, descubro, deduzo. Será, se? Apalpo o evidente? Tresbusco. Será este nosso desengonço e mundo o plano – interseção de planos – onde se completam de fazer as almas?

> Se sim, a "vida" consiste em experiência extrema e séria; sua técnica – ou pelo menos parte – exigindo – o consciente alijamento, o despojamento, de tudo o que obstrui o crescer da alma, o que a atulha e soterra? Depois, o *"salto mortale"*… – digo-o, do jeito, não porque os acrobatas italianos o aviventaram, mas por precisarem de toque e timbre novos as comuns expressões, amortecidas… E o julgamento-problema, podendo sobrevir com a simples pergunta: *"Você chegou a existir?"*

Sem o apoio do Simbólico, a imagem especular não se sustenta e irrompe o medo de no espelho aparecer outra coisa no lugar da imagem própria, de modo que o sujeito não se reconhece; vê-se como um estranho a si mesmo, odioso e assustador. O medo repousa também sobre a possibilidade do desaparecimento, marcando que o sujeito não existe mais, devido à ausência da mediação simbólica do Outro na relação imaginária do sujeito com o semelhante. Assim, aparece a cena em que, diante da imagem própria o sujeito nada vê refletido no espelho. O questionamento da personagem quanto à possibilidade de ser um desalmado por não reconhecer em si algo que garanta sua existência no Simbólico, remete-nos à errância psicótica e à busca do apoio na imagem especular do outro, sem a qual resta ao sujeito "a face vazia do espelho".

O Outro, ao não estar marcado pela falta, é capaz de saber a respeito do sujeito: "*o senhor estará achando que desvario"*. Do sujeito, aquilo que lhe seria privado e mais íntimo, seu pensamento, emerge como alucinação nos dizeres do outro, que é confundido com o Outro, de modo a colocar em cheque sua própria existência. O sujeito recebe, assim, sua própria mensagem diretamente do outro, sem a mediação do Outro no Simbólico. Daí a perplexidade do psicótico diante de sua própria imagem, do corpo despedaçado e disperso, na esquizofrenia, ou frente ao congelamento de uma imagem ideal na paranóia. Na neurose, há intermediação do Outro na relação do sujeito com a própria imagem, como vimos no esquema óptico. Ademais, há o reconhecimento do sujeito pelo Outro, o que garante sua existência no Simbólico.

Previamente ao reconhecimento do sujeito pelo Outro, é preciso que aquele que para o sujeito encarnou o lugar do Outro esteja localizado em A, ou seja, também submetido à lei da ordem Simbólica. Isso possibilitaria o reconhecimento do sujeito, ao receber do outro, sancionada pelo Outro, sua própria mensagem sob a forma invertida. Cabe aqui estabelecermos a distinção entre conhecimento e reconhecimento. Acerca do primeiro, Julien esclarece-nos que

> O conhecimento é essencialmente da ordem da visão; a bipolaridade vidente-visto é de ordem "paranóica". Ora, o Eu [*Moi*] humano se constitui por identificação

> graças à visão do objeto e conforme a mesma bipolaridade. O Eu tem, pois, uma estrutura paranóica, ou não é (2003, p. 13).

Uma aproximação pode ser estabelecida, portanto, entre o conhecimento e aquilo que é da ordem do especular, posto que ambos apóiam-se na visão e necessitam da intervenção Simbólica da palavra falada para sustentar-se. É essa intermediação da visão que marca a diferença entre o conhecimento e o saber ou a verdade. Essa bipolaridade a que se refere Julien (2003) é irredutível, ou seja, estará sempre em causa na estrutura paranóica do Eu. O autor aponta, ainda, para cinco traços distintivos do conhecimento paranóico, a saber: *visibilidade* (bipolaridade vidente-visto); *unidade e fixidez* (estagnação das formas, que garante a permanência, a identidade e a substancialidade do eu e dos objetos); *esquecimento de si* (o sujeito desconhece a si mesmo e encarrega esse conhecimento ao outro); *objeto do desejo* (objeto de rivalidade e concorrência); e, por fim, Julien aponta para a existência de um *duplo movimento* na estruturação do conhecimento paranóico.

O movimento primeiro seria a *inclusão*, com a captura da imagem do outro, em virtude da fascinação que esta provoca no sujeito no momento em que se encontra alienado a esta imagem. O movimento subseqüente seria a *exclusão recíproca*, condensada na proposição *"é você ou sou eu"*, necessária à separação. Seria, pois, esse segundo movimento que estaria ausente na psicose, posto que depende da incidência, na relação puramente imaginária da inclusão, de um significante primordial. O Nome-do-Pai promoveria, pois, a mediação Simbólica necessária à exclusão recíproca que permite que o sujeito se diferencie do outro. Ausente esse significante, o que predomina é a captura imaginária, que perpetua a alienação do sujeito à imagem do outro.

A própria estrutura do conhecimento é paranóica e elide a dimensão do engano. O conhecimento é, portanto, sempre paranóico e especular, baseado no que já se sabe: *"eu sei o que tu vais pensar"*. Eis o fundamento da interpretação delirante na paranóia: ao deparar-se com uma situação nova, esta é interpretada de acordo com o conhecimento prévio que o sujeito formulou a partir da fixação a um significante ideal. A fala do outro, ao não passar pelo Outro e ao não ser autenticada por este, é interpretada como uma mensagem direta, alusiva, de modo que não se sabe quem está falando. A mensagem invertida, em contrapartida, diz respeito ao reconhecimento do sujeito e do outro, devido ao desvio da mensagem pelo Outro.

Assim, no ato do sujeito de reconhecimento do outro, lhe retorna em sua própria mensagem, sob a forma invertida, um reconhecimento de um lugar para si próprio. Só se pode fazer reconhecer pelo outro, entretanto, se o Outro é considerado enquanto

intermediador da mensagem. Tanto para que haja reconhecimento, como para que se instaure para o sujeito a possibilidade de enganar o outro, fingir ou mentir, é preciso que ali a divisão subjetiva esteja implicada, de modo que ao outro permaneça uma incógnita, uma dúvida, acerca de o sujeito estar ou não mentindo. Essa dialética depende da operação de substituição introduzida pela metáfora paterna. Para tanto, é preciso a inscrição do significante Nome-do-Pai no Simbólico, a fim de que na relação dual com o semelhante seja acrescentado um lugar terceiro. Essa passagem do binário ao ternário, ao mesmo tempo em que "quebra" a onipotência do sujeito e do Outro, funciona como uma proteção, uma barreira, que impede que o sujeito se relacione diretamente com o outro.

Mas por que a relação entre engodo e verdade depende do reconhecimento do Outro? Porque é a partir do reconhecimento que o sujeito pode conferir ao Outro a condição do fiador da verdade. Trata-se da existência de algum ponto no discurso do Outro de algo que não engane e que garanta assim, não só a existência do sujeito no Simbólico, mas a sustentação da ordem Simbólica enquanto tal. Na psicose está ausente essa dimensão do Outro que não engana e o sujeito vê-se submetido a uma relação direta com um Outro não confiável, que tenta manipulá-lo. Como seria possível enganar esse Outro onipotente e onisciente que permanentemente vigia e acompanha o sujeito? Essa é a problemática central de Schreber em sua relação com Deus, que se configurava para ele de tal forma onipresente, que Schreber chegou a ter que se submeter a um sistema de "pensamento forçado", pois cada vez que suas atividades intelectuais eram interrompidas, Deus ameaçava retirar-se e deixá-lo à deriva.

Ainda que a linguagem comporte um mal-entendido fundamental, é necessário à ancoragem Simbólica que o sujeito possa supor a existência em algum ponto do discurso de algo que não engana. Na psicose não foi atribuído ao Outro o lugar de fiador da verdade. Rechaçado da ordem Simbólica, resta a presença estranha de um Outro errante, evanescente. Assim, correlativamente a esse Outro a que o sujeito vê-se submetido do ponto de vista do Imaginário e que é tido como capaz de subverter a ordem do pensamento, surge a dimensão da certeza na psicose, que acompanha as construções delirantes. Essa certeza aparece na fala do sujeito correlativamente à idéia de um Outro que engana.

Lacan (1955-56/ 2008, p. 86) refere que "para ele [a saber, o psicótico], o que há de mais certo em seu vivido, é esse jogo de engano que ele mantém, não com um outro que seria semelhante a ele, mas com esse ser primeiro, garante mesmo do Real". Na psicose está ausente a dimensão de um Outro que não engana. Trata-se, ao contrário, de um Outro percebido como querendo ludibriar o sujeito, persuadi-lo, prejudicá-lo. É diferente do que

ocorre na neurose, em que o sujeito situa o Outro como fiador da verdade. A esse respeito Fleig ressalta

> [...] a existência necessária de algum ponto fixo no discurso que não engane. Este ponto fixo, fundamental para que qualquer atividade discursiva possa ocorrer, corresponde à noção de verdade. [...] A relação entre engodo e verdade mostra a plasticidade da ordem simbólica, que encontra no Outro o fiador da verdade (2011, p. 21).

O discurso do Outro na psicose traz a marca do absoluto e diz do sujeito desde um lugar percebido como lhe sendo exterior. Se o discurso do Outro é o inconsciente, na psicose este fica a céu aberto; não fundado sob a barra do recalque, emerge no Real e o sujeito vê-se diante de um Outro onipresente e onisciente. Na psicose não ocorreu a extração do *objeto a* do campo do Outro. Não foi inscrita, pois, a falta no universo Simbólico, ou seja, a falta no universo do discurso, de modo que o *objeto a* se presentifica na relação especular do sujeito com o outro.

Na esquizofrenia, além da não inscrição da falta, não há a unificação da imagem corporal, que seria promovida pelo atravessamento do Estádio do Espelho, de modo que o que temos são imagens de um corpo despedaçado. Disso decorre a experiência comum na esquizofrenia da fragmentação do corpo. Na paranóia, em contrapartida, o que resulta da passagem pelo Estádio do Espelho é a fixação do sujeito à imagem do outro, de modo que a existência do sujeito depende da existência do outro; na luta de morte – *ou eu ou outro* – a morte do outro equivaleria paradoxalmente à morte (subjetiva) do próprio sujeito.

Ademais, na paranóia, o congelamento do sentido, pela retenção de um significante ideal, justifica a tendência à enfatuação do eu e à auto-referência, cuja manifestação extrema seria a da megalomania. A paranóia está vinculada, pois, à perpetuação da alienação do eu à imagem do outro, tal como ocorre na primeira fase do Estádio do Espelho, cujo desdobramento é a tendência a uma regressão ao narcisismo primário. Na esquizofrenia, a não unificação da imagem do eu no Estádio do Espelho conduziria o sujeito a experimentar o despedaçamento/ a fragmentação do corpo. A tendência seria, pois, uma regressão às pulsões auto-eróticas, que levaria o sujeito a tomar partes do corpo próprio como objetos pulsionais.

A referência ao espelho aparece também nas memórias de Schreber: sua certeza de estar sendo submetido a um processo de emasculação é acompanhada de sua visão no espelho, enquanto suporte imaginário da construção delirante.

> "A única coisa que poderia parecer disparatada aos olhos de outras pessoas é o fato [...] de que sou às vezes encontrado parado em frente do espelho ou em outro lugar,

> com a parte superior de meu corpo desnuda e usando adornos femininos variados [...]. Isto só ocorre, posso acrescentar, quando estou *sozinho*, e nunca, pelo menos na medida em que posso evitá-lo, na presença de outras pessoas" (FREUD, 1911, p. 31).

Schreber antecipa, assim, sua transformação em mulher exigida por Deus e, para isso, lança mão de sua própria imagem, no intuito de ver-se à semelhança do ideal divino. Abordar o espelho pela via da topologia, permite-nos elucidar a função que desempenha o apoio especular da imagem na psicose. Se colocarmos um objeto diante do espelho, poderemos observar uma correspondência biunívoca, ponto a ponto, nessa reflexão. Assim, temos que, quando alguém percebe sua imagem refletida no espelho, o que o sujeito não vê é o próprio espelho. Se, hipoteticamente, alguém pudesse ver o espelho em detrimento da imagem, isso provocaria estranheza e perplexidade. Magno aponta para a defrontação com o olhar enquanto algo que faria o sujeito lembrar da existência do espelho:

> [...] Quando me defronto com aquele olhar, topo de novo com o espelho: o espelho está deslocado, passou a cair agora sob a figura do outro lado, ou seja, no lugar do olhar que aquela figura endereça para mim. [...] no que se desloca, no que aquela figura também me olha com aquele olhar e devolvo esse olhar, também caio na posição de espelho. [...] o espelho mudou de lugar. Mas, no que muda de lugar, o olhar continua a perguntar, rebate cada uma das novas segundas posições para outra terceira, quarta, quinta e sexta posição, e faz um infinito tal que me propõe um desvanecimento que também angustia, porque é o real desabando para os dois lados. E infinitizo a coisa. (2007, p. 127).

Ora, na psicose, a relação imaginária especular não seria justamente uma tentativa de sustentação, de anteparo do sujeito, diante desse desabamento do Real que se infinitiza? Para que a psicose se desencadeie, ou seja, para que ocorra a crise acompanhada de uma desestabilização do sujeito é necessária, primeiramente, a incidência de um acontecimento como encontro com o Real, diante do qual o sujeito não sabe como responder. A sustentação imaginária, o apoio na imagem especular do semelhante, que fornecia um modelo que permitia ao sujeito fazer frente a determinadas situações, falha em fornecer a resposta exigida pelo acontecimento. Diante dessa elisão no imaginário, Julien (1999, p. 21) refere que só seria possível ao sujeito fazer frente ao acontecimento "passando do outro ao Outro, do apoio do especular ao apoio da fala, ou, ainda, das significações estabelecidas aos significantes puros, como fundadores de novas significações".

Tratar-se-ia de o sujeito valer-se da sustentação Simbólica e, para tanto, seria preciso a inscrição do significante da paternidade, a saber, o Nome-do-Pai. Como esse significante está foracluído, a metáfora paterna não se realiza, de modo que não há a substituição da significação desconhecida para o sujeito pela significação fálica, que ordenaria as demais

significações. Assim, a inscrição do Nome-do-Pai permitiria ao sujeito responder ao acontecimento tendo como apoio a lei do significante inconsciente. Na ausência desse significante, à elisão no imaginário soma-se a elisão no simbólico e então o sujeito se desorganiza e a psicose irrompe. Mas o que determinaria que um acontecimento tivesse esse efeito de injunção sobre o sujeito? Ocorre que um apelo é feito a esse significante de base, devido à defrontação do sujeito com o que Lacan (1973/ 1998) chamou *Um-Pai (Real)*. Não é possível precisar, entretanto, o que provocará esse efeito no sujeito, pois nesse ponto intervém a singularidade de sua experiência.

Retomemos, a fim de elucidar isso que Julien (1999, p.20) denominou "a co-incidência de duas elisões", a topologia do espelho. O espelho, em si mesmo, não tem imagem; o que forma imagem é aquilo que colocamos diante dele. E é por não ter imagem, que Magno (2003, p. 149) dirá que "no lugar do espelho é onde se inscreve o Nome-do-Pai". Podemos saber quem é a mãe que gerou a criança, o que torna a imagem da mãe cognoscível; o pai, no entanto, só tem existência como puro significante, de modo que não há imagem paterna; é a mãe que designa o pai e, ao reconhecê-lo, instaura a possibilidade operatória da função paterna. Lacan (1955-56/ 1998, p. 558) refere que "a imagem especular (da relação narcísica) é homóloga à relação simbólica Mãe-Criança". Sem a intervenção do significante Nome-do-Pai, o sujeito permanece alienado em uma relação dual com o Outro primordial, que se configura absoluto.

Outra propriedade topológica do espelho é que a imagem reflete o avesso daquilo que está posto defronte a ele. Assim, se considerarmos o reflexo de uma pessoa, teremos que o braço direito aparece refletido como coincidindo com o braço esquerdo da imagem. No modo como apreendemos a imagem, tornamos a virá-la do avesso, de maneira que não percebemos a inversão. É por isso que Magno (2003, p. 134) vai afirmar que "o espelho é uma banda de Moebius. O espelho, e não a imagem. Quando me espelho, caio do mesmo lado, revertido. Este é o fundamento de qualquer dialética". Temos, ainda, que a imagem especular é o que promove a sustentação Imaginária ao sujeito; o Real do espelho, em contrapartida, estaria atrelado à impossibilidade de atravessá-lo.

No âmbito do Simbólico, temos o significante. Mas o significante em si mesmo não significa nada: é aquilo que representa o sujeito para outro significante. O sujeito, enquanto representado no intervalo entre os significantes, é outro para si mesmo, posto que é inapreensível enquanto sentido. Por homologia, podemos situar o ato analítico como a colocação de um espelho defronte ao analisando. O analista estaria, assim, no lugar do espelho, tal como o *objeto a* que, sabemos, não é especularizável. Lacan (1953-54/ 1986), em

seu *Seminário 1: Os escritos técnicos de Freud*, apresenta-nos um modelo da ótica geométrica. Trata-se da representação de dois espelhos côncavos, um de frente para o outro e, ao centro, um espelho plano com faces para ambos lados, de modo a refletir a imagem real que cada um dos espelhos côncavos fornece à sua frente.

Assim, no processo analítico, a imagem real produzida pelo espelho côncavo à esquerda pode ser equiparada ao Ideal do Eu do analisando. Mas o sujeito tenta apreender seu ideal a partir de outros pontos quaisquer. É isso que movimenta o percurso de análise: a não coincidência entre o Ideal do Eu e o ponto onde o sujeito se vê. Magno, comentando esse esquema apresentado por Lacan (1953-54/ 1986), assim descreve a função do analista:

> O analista lhe dando rasteiras, driblando-o do lado de cá. Ou seja, ele (o analisando) apresenta um ponto à esquerda e o analista resiste em aceitar que seja a imagem verdadeira, dialetiza a imagem pintada. [...] Se ele aceitasse a imagem, ficava-se no mesmo ponto. Mas ele dribla outra vez e a imagem vai se acercando de uma constituição. Chega um momento em que, com muita rasteira que se dê, a imagem não se move mais, ou não se move substancialmente. Então, deve ser aquela" (2003, p. 137).

Ocorre que na paranóia o sujeito está fixado a uma imagem do outro, tomada como ideal. Assim, na cena analítica haveria uma coincidência entre o Ideal do Eu e o ponto onde o sujeito se vê; trata-se, entretanto, de uma imagem estática, a partir da qual o sujeito incessantemente referencia seu eu. Se o analista se pusesse a "driblar" essa imagem, a fim de que ela se movimentasse, de modo a lançá-la em uma dialética, o sujeito teria seu suporte imaginário abalado, o que nos indica que o trabalho analítico com a psicose deve ser distinto. Favorecer a queda dessa imagem ideal especular colocaria o sujeito diante da fragilidade da ancoragem Simbólica, de modo que o risco de desestabilização estaria iminente. É por isso que a função do analista em relação à psicose é conduzir-se como secretário do alienado, de modo que o sujeito possa fornecer o testemunho de sua ligação com esse Outro absoluto que interfere permanentemente em sua relação com os outros semelhantes.

7.3 O gozo na psicose: o registro do Real

Na psicose, o sujeito experimenta uma desregulação do gozo. Isso ocorre devido à elisão do significante fálico, que, como vimos, é correlata à foraclusão do Nome-do-Pai, de modo que o gozo permanece deslocalizado, ilimitado, prestes a invadir o sujeito. É o significante fálico que permite ao sujeito ordenar o gozo e fazer borda à sua irrupção no Real, através da incidência mesma do significante. O significante fálico é ímpar por excelência,

visto não haver o significante do outro sexo. Assim, a transformação da significação desconhecida para o sujeito em significação fálica como resultado da metáfora paterna é fundamental para inscrever a diferença sexual e para que o sujeito se localize na partilha dos sexos como homem ou mulher. Na psicose, em virtude da não operação da metáfora paterna, o sujeito permanece errante no que tange a algo que funcione como referência no plano da sexuação.

Diante desse impasse, resta ao sujeito valer-se de uma colagem imaginária ao outro, a fim de apreender atributos que imaginariamente designem a virilidade, sem que no entanto o sujeito consiga se posicionar no universo masculino, supondo a existência de ao menos um que não esteja submetido à castração, de modo a estabelecer o conjunto dos homens em relação a um universal. A castração é o que permite definir a posição viril, possibilitando que os homens se identifiquem com a vertente daqueles que dispõem do falo. Notadamente, o que está em jogo na psicose é o que Lacan (1973/ 1998, p. 466) denominou "empuxo-à-mulher", justamente pelo fato de a mulher ser "não-toda" em relação à norma fálica. Abre-se assim para o sujeito a possibilidade de experimentar um gozo para além do falo, que proporciona uma vivência de feminilização, que tão exemplarmente Schreber descreve-nos.

Nesse contexto, Lacan (1973/ 1998, p. 466) vai sustentar que "é pela irrupção de Um-pai como sem-razão que se precipita, aqui, o efeito sentido como de forçamento para o campo de um Outro a ser pensado como o mais estranho a qualquer sentido". Esse efeito de *non-sense* está vinculado à inexistência da exceção paterna na psicose, que lança o sujeito em direção a um gozo fora dos limites fálicos, de modo que o efeito de empuxo-à-mulher se especifica pelo primeiro quantificador do lado feminino das fórmulas da sexuação. Esse quantificador indica que não existe aquela que não esteja submetida à castração, o que revela a impossibilidade do estabelecimento de um conjunto referido a um universal que pudesse referenciar o que é ser mulher. Disso resulta a possibilidade de a mulher experimentar um Outro gozo, suplementar, que não se restringe ao gozo fálico. Trata-se, ainda, de um gozo fora do significante, aquele sobre o qual uma mulher não pode dizer sequer uma palavra a não ser que o experimenta.

Na psicose, é mantida a relação dual, em que o par mãe-criança se concilia em espelho em trono dessa ilusão comum de falicização recíproca, em que um é o falo que imaginariamente completa o outro, sem a intervenção de um terceiro que viria a romper com essa alienação interna, por localizar o falo alhures, função esta que sabemos pertencer ao pai. Ao dever ser o falo para o Outro, o psicótico se alinha ao lado da mulher, no lugar de objeto. Entretanto, se um paralelo entre o gozo psicótico e o gozo feminino pode ser traçado, há um

ponto fundamental em que diferem. Na psicose o gozo do Outro se impõe para o sujeito e o invade na forma de um imperativo ao qual o sujeito vê-se compelido a resignar-se. Freud sublinha que Schreber

> embora preferisse permanecer em sua própria honorável e masculina posição na vida, tinha o dever, baseado na Ordem das coisas, de transformar-se em mulher, ao qual não há possibilidade de fugir (1996, p.27). [...] ele (Schreber) originalmente acreditava que a transformação deveria ser efetuada com a finalidade de abusos sexuais e não para servir a altos desígnios (1911/ 1996, p. 29).

Dessa passagem é possível depreender que na psicose o sujeito fica, pois, como objeto de gozo, à mercê dos caprichos do Outro. Em contrapartida, o gozo Outro, gozo da mulher, se diferencia do gozo psicótico por ter relação com o $S(\not A)$ – significante da falta no Outro -, que não é outra coisa senão o significante fálico mesmo. Na psicose, trata-se antes de um gozo mortífero de um Outro absoluto, cuja incompletude não foi instaurada pela extração do *objeto a* e não houve a incidência de um significante que, ao se diferenciar dos demais, promovesse o ordenamento do Simbólico. Na ausência do significante Nome-do-Pai a ordenar os demais significantes, todos os outros têm o mesmo valor e só podem ser tomados sincronicamente.

A falta na ordem Simbólica é que permite a "movência" das significações (tal qual um "jogo de formar palavras", no qual o espaço em branco é que permite a mudança na ordem das letras). Além disso, é a marca da falta que permite a formação de um conjunto dos significantes, devido à propriedade mesma de todo conjunto: conter o vazio e ser contraditório em relação ao conjunto universal. Eidelsztein (2008, p. 68, tradução nossa) aponta que "a metáfora paterna tem a função de inscrever a castração como estrutural e como desde sempre". Isso porque promove a inscrição do significante fálico, que marca a falta na ordem Simbólica, como vimos.

Assim, na neurose, o gozo irrompe na repetição significante e está determinado, pois, pelo saber inconsciente, posto que aquilo que se repete está relacionado ao traço unário. À medida que o sujeito fala há, pois, uma produção de gozo e, ao mesmo tempo, uma perda, representada pelo *objeto a* (*mais-de-gozar*)[9]. Em relação ao funcionamento da linguagem na neurose, Lacan (1955-56/ 1998) aborda o Complexo de Édipo a partir da metáfora paterna, através da qual o significante do Nome-do-Pai barra o desejo da mãe, permitindo o advento da significação fálica para o sujeito. É essa significação que possibilita a localização do gozo e a inscrição do sujeito na partilha dos sexos. A esse respeito, Quinet (2006, p. 61) refere que

[9] Aqui cabe a observação de que primeiramente Lacan definiu o *objeto a* como objeto causa do desejo; é a partir do desenvolvimento do conceito de gozo que Lacan o define como *mais-de-gozar*, enquanto correlato da *mais valia* de Marx.

"[...] o processo de estabilização da psicose, ou em outros termos de significantização do gozo, se efetua a partir da retenção de um significante-mestre (S1) que retém o sujeito em um modo dado de gozo, possibilitando-lhe as tentativas de estabelecimento de laços sociais".

Em relação ao funcionamento da linguagem na psicose, como vimos, enquanto na esquizofrenia preponderam os distúrbios das associações de idéias, na paranóia predominam as interpretações delirantes. Isso é correlato ao fato de na paranóia o Outro adquirir consistência por ser receptador de gozo, ao passo que na esquizofrenia o Outro está fragmentado. A retenção do significante-mestre na paranóia faz com que o sujeito permaneça fixado em um modo dado de gozo que é imposto pelo Outro, diferentemente da esquizofrenia, em que observamos uma dispersão significante e, conseqüentemente, uma deslocalização do gozo. Mas de que forma poderíamos articular o discurso ao gozo? Temos que todo o discurso condensa um gozo, de modo que ao construir o matema dos quatro discursos, Lacan (1969-70/ 1992) apontou o saber (S2) como meio de gozo.

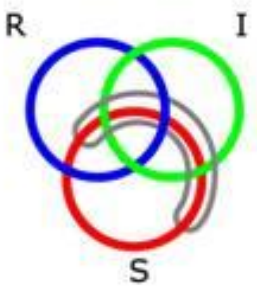
Não é desse gozo que resulta da engrenagem dos quatro discursos que se trata na psicose, uma vez que o psicótico está "fora-do-discurso". É porque provém de um Outro não marcado pela falta, que para ser engendrada necessitaria da inscrição do significante fálico e da correlata queda do *objeto a*, que o gozo adquire para o psicótico um caráter imperativo, diante do qual ao sujeito só resta resignar-se. Paradoxalmente, foi através do "empuxo-à-mulher" que Schreber pôde encontrar uma solução delirante para fazer frente ao gozo ilimitado do Outro: a concessão de sua transformação em mulher, projetada em um futuro assintótico, permitiu a estabilização de sua psicose, mediante uma restauração imaginária. Por hora, nosso intuito foi o de evidenciar a dispersão do gozo na esquizofrenia e a concentração do gozo no Outro na paranóia. Passemos agora a problematizar como os três registros se articulam na neurose, a fim de estabelecermos um contraponto em relação ao que ocorre na psicose.

7.4 Os três registros: Real, Simbólico e Imaginário na neurose e na psicose

Acerca do modo como se articulam os registros na neurose, Eidelsztein (1992, p. 43, tradução nossa) aponta que a relação entre Real-Simbólico-Imaginário é "interdependente, onde não há um sem o outro, mas não reversível, ou seja, onde as relações de cada um para com o outro não são as mesmas". No *Seminário 22: R.S.I.* Lacan (1974-75/ 2002) propõe o nó borromeano de quatro anéis (Fig. 4). Esse quarto nó corresponde ao Nome-do-Pai que, inscrito para o neurótico, mantém unidos o Real, o Simbólico e o Imaginário, ao mesmo

tempo em que permite sua diferenciação. Nessa distinção dos registros, o Imaginário consiste, o Simbólico insiste e o Real ex-siste. Temos que a ex-sistência do Real (enquanto o que está "fora" do Imaginário e do Simbólico) funciona de forma articulada em relação aos outros registros, devido à função do Nome-do-Pai. Eis porque Lacan (1974-75/ 2002) pôde falar de uma topologia do nó borromeano.

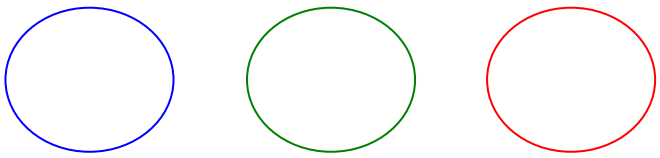
Figura 8 - Nó borromeu de 4 aros



Fonte: GUERRA, 2008, p. 3.

Na esquizofrenia o que ocorre é que os três registros ficam soltos (Fig. 5). Assim, se o Imaginário está desarticulado dos outros dois registros, podem ocorrer os fenômenos hipocondríacos e o disfuncionamento dos órgãos. A conseqüência de o Simbólico estar solto é a dispersão dos elos associativos e a experiência do *non-sense*. Por sua vez, o Real do gozo solto invade todo o psiquismo, o que promove a vivência de um gozo mortífero, que o sujeito não dispõe de meios para conter. Mais adiante, articularemos esses conceitos de forma topológica, especialmente a partir da análise do Esquema I e do Grafo do Desejo.

Figura 9 – Três registros soltos na esquizofrenia

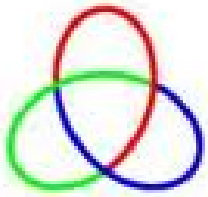


Fonte: Elaborado pelo autor.

Tanto na psicose paranóica quanto na esquizofrenia os registros Real, Simbólico e Imaginário não podem ser unidos através da amarração promovida pelo quarto nó, devido à

ausência da *Bejahung* e à não inscrição do significante Nome-do-Pai. Mas enquanto na esquizofrenia o que temos é um Outro ausente/ fragmentado, na paranóia há Um, devido à retenção de um significante, embora se trate de um Outro consistente, não marcado pela falta engendrada pela extração do *objeto a*. Assim, na psicose paranóica, os registros não se distinguem, mas estão em continuidade; constituem, pois, uma só e mesma consistência. Os três anéis em continuidade são representados por Lacan (1974-75/ 2002) através do nó de trevo (Fig. 6).

Figura 10 – Nó de trevo na paranóia



Fonte: GUERRA, 2008, p. 3.

No caso da paranóia, ainda que não haja distinção entre os três registros, há articulação topológica, posto que estão em continuidade. Essa representação dos registros através de um traço contínuo permite a Lacan (1974-75/ 2002) romper com a dicotomia dentro/ fora e introduzir uma leitura topológica do que se passa na psicose paranóica. Pretendemos, então, situar a questão do fora-do-discurso a partir da topologia, a fim de ampliar a compreensão de como a psicose pode ser pensada em relação ao discurso. Para tanto, passaremos agora a analisar as relações que podem ser estabelecidas a partir da construção por Lacan dos esquemas L e Z.

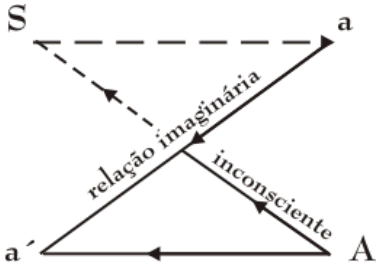
8 O FORA-DO-DISCURSO A PARTIR DA TOPOLOGIA

8.1 O fora-do-discurso e os Esquemas L e Z

> Não há fórmula, nem esquema, nem grafo para dar conta de como se enodam os elementos na psicose, o que não significa que não se possa fazer uma elaboração científica da posição do sujeito, ou seja, da relação que mantém com o Outro, e de suas alterações (EIDELSZTEIN, 2008, p. 119, tradução nossa).

Embora não haja fórmula, nem esquema e nem grafo que formalize o que ocorre no desenrolar do processo psicótico, certos elementos e relações do Esquema L e do Esquema Z se conservam na psicose, ainda que distorcidos. Os esquemas, por permitirem a apresentação simultânea e sincrônica da articulação entre seus elementos possibilitam várias leituras, substituindo de forma condensada a diacronia implicada em uma interpretação puramente discursiva. Trata-se, pois, de pensar o discurso a partir da representação esquemática espacial de funções e suas relações. O Esquema L apresenta-nos os quatro lugares que suportam a palavra falada. Vamos examiná-lo, a fim de interrogarmos o que já nesse esquema é possível elucidar acerca da questão da relação do sujeito com o Outro na psicose.

Esquema 1 - Esquema L:



Fonte: LACAN, 1956/ 1998, p. 58.

S → Sujeito, sua inefável[10] e estúpida[11] existência[12];

a → seus objetos;

a' → reflexo do eu (o que se reflete de sua forma em seus objetos);

A → Outro.

---

[10] Inefável: inexpressável em palavras; os significantes enquanto tais não significam nada, só são um conjunto co-variante e então nenhum deles pode (logicamente) significar ao sujeito, já que nem sequer podem significar a si mesmos, o que implica a impossibilidade de sustentar a identidade a nível simbólico (EIDELSZTEIN, 1992, p. 83, tradução nossa).

[11] Estúpida: [...] "marcado de estupor, paralisado de surpresa, boquiaberto" (*Dictionnaire Petit Robert*), que descreve o sujeito tal como se o deduz do fato de que não encontra o significante que o signifique (EIDELSZTEIN, 1992, p. 83, tradução nossa).

[12] Existência: Lacan o utiliza como *ex-sistir*, que assim separado *ex* significa fora, *sistir*, sustentar-se, ser de significante, mas fora de cada significante (EIDELSZTEIN, 1992, p. 83, tradução nossa).

Temos que o Esquema L articula duas diagonais, situando a relação simbólica na ligação entre S e A e a relação imaginária entre a e a'. A ligação entre imaginário e simbólico aparece sob a forma de dois eixos que se entrecruzam, compondo a relação entre a cena enunciada (da relação imaginária com o outro) e a outra cena, do inconsciente. O esquema apresenta os quatro lugares que suportam a palavra falada (S, a, a' e A). A combinatória de quatro lugares ou posições é característica das estruturas quaternárias adotadas por Lacan e, portanto, antecipam do ponto de vista estrutural outras construções lacanianas fundamentais ao nosso estudo (tais como a estrutura dos grafos e dos quatro discursos). Pensamos ser interessante, para tornar clara nossa exposição, analisar cada um dos eixos em separado, para depois desenvolver as implicações decorrentes do esquema completo.

A diagonal correspondente à relação imaginária, através da ligação do reflexo do eu (a') e de seus objetos (a) promove a dialética da relação especular, que permite ao sujeito antecipar a imagem do "eu" a partir da imagem do outro (não sem a sustentação Simbólica da palavra falada). O que é apreendido no estádio do espelho, portanto, é da ordem do corpo imaginário, enquanto corpo próprio. Na psicose ocorre que, no âmbito do Simbólico, falta um significante que, ao se diferenciar dos demais, permita que o próprio corpo do sujeito seja representado na hiância da articulação significante. O sujeito carece, pois, da ancoragem Simbólica que dê sustentação ao corpo imaginário.

Mas que operação permitiria que um significante se diferenciasse dos demais? Que significante seria esse? Trata-se do significante da falta do Outro, que o faz também marcado pela barra da castração, e o torna inconsistente. Apostamos que aquilo que permite essa diferenciação seja a operatividade mesma da lei Simbólica, que, como vimos, só é possível se o Outro estiver localizado em A, se estiver ele mesmo submetido à regência da lei da ordem Simbólica. Para tanto, é necessário que o significante Nome-do-Pai tenha sido inscrito, o que não ocorre na psicose. Assim, quando aquilo que foi foracluído do Simbólico retorna no Real (sob a forma de alucinação, por exemplo), o psicótico tenta responder ancorando-se no imaginário, o que implica o empenho de seu próprio corpo imaginário, que aparece ameaçado.

No Esquema L, a relação A → S, correspondente ao eixo da relação Simbólica inconsciente, conduz a uma relação com o Outro tido como heterogeneidade radical. Isso porque a mensagem chega diretamente ao sujeito, sem a mediação do eixo imaginário. Ademais, o traço que liga *a* e *a'* aparece distorcido, de modo a interferir na imagem especular do sujeito, constitutiva do narcisismo. Na psicose, o sujeito se valeria da relação imaginária com os outros para tentar incessantemente constituir um saber especular que pudesse dar

conta da sua forma de agir. O vetor Sa’ representa uma inter-relação do simbólico com o imaginário, e o vetor Aa, outra. Cabe observar que aquilo que é da ordem do Real não aparece no esquema. Por quê? Eidelsztein esclarece:

> O Real é caracterizado por Lacan como o que não fala, e o Real não fala porque volta sempre ao mesmo lugar, ou seja, não há nenhum tipo de alteridade em seu nível; a alteridade, o radicalmente outro, é simbólico. No esquema L o Real não se representa porque não fala e o esquema L é o esquema da palavra e da linguagem e, portanto, da alteridade, do outro (1992, p. 56, tradução nossa).

O esquema L formaliza como a função da fala é produzida a partir de um desvio pelo Outro, de modo que ao falar, o sujeito é falado no lugar do Outro (ainda que disso nada saiba). Entretanto, para que isso aconteça é preciso que o sujeito reconheça o Outro em seu interlocutor, ou seja, atribua uma posição simbólica ao outro. Isso em especial nos interessa, pois revela do laço social com o outro (semelhante) e denuncia o quanto esse interlocutor que está encarnando o Outro está ou não localizado em A. Vamos a um exemplo de como essa relação esquemática pode aparecer na fala. Quando a criança fala: “você é meu professor” ou até mesmo “você é meu avô”, atribui a si, correlativamente, o reconhecimento simbólico que outorga ao outro, de modo que sua condição de sujeito aparece enquanto aluno ou neto, respectivamente.

Sempre que falamos, nos dirigimos ao outro semelhante, mas recebemos do Outro nossa mensagem invertida, ou seja, somos falados no Outro. Na neurose temos que o sujeito recebe sua própria mensagem de forma invertida desde o Outro, o que, segundo Eidelsztein (1996, p. 156, tradução nossa), “produz a ilusão de que a mensagem é do emissor em direção ao Outro”. Já na psicose, não há o desvio da fala pelo Outro (inversão), de modo que o sujeito recebe sua própria mensagem de forma direta através do outro semelhante, cujo lugar coincide com o do Outro.

O esquema L, como demonstramos, figura a relação quaternária do sujeito com o outro, que implica que o sujeito (S) ao dirigir-se ao outro (a) fale a respeito de si próprio (a’) em terceira pessoa. Isso só é possível se a mensagem passar pelo Outro, de modo que retorne ao sujeito na forma de reconhecimento Simbólico. O desvio da mensagem pelo Outro promove o entrecruzamento dos eixos, de modo que o os eixos funcionam como barreira, filtro ou, mais propriamente, mediação, que impede que o eu se relacione diretamente com outro na condição de Outro absoluto. Isso porque no Esquema L nenhum vetor passa por debaixo do outro, mas se chocam por estarem no mesmo nível. Haveria, portanto, uma

mediação simbólica necessária que interviria no eixo Imaginário (entre a e a') e uma mediação imaginária (entre S e A), que incidiria sobre o eixo Simbólico.

Trata-se, pois, de um esquema de estrutura quadripartida, tetrádico (quatro elementos, quatro vértices, quatro lugares). Observemos que o vetor AS é contínuo até chocar-se com o vetor aa', quando passa a ser representado por uma linha pontilhada, que corresponde ao campo do inconsciente. O esquema L é, pois, marcado por uma descontinuidade, que faz com que a alteridade, o radicalmente Outro, esteja situado no eixo Simbólico. A possibilidade de reconhecimento Simbólico, obliterada na psicose, permitiria ao sujeito situar-se em relação à pergunta a respeito da contingência do ser: *quem sou eu?* Na psicose, o sujeito fica à deriva; sem a dimensão do reconhecimento, a resposta à pergunta não fica delimitada pelos significantes advindos desde o lugar A e ordenados pela referência ao Nome-do-Pai, mas a resposta pode ser qualquer coisa.

Não é difícil observar que, na psicose, o sujeito participa da trama social, por vezes de forma que impressiona pela sua adequação ao contexto social no qual está inserido (seja na universidade, em uma empresa ou em um estádio de futebol, para mencionar alguns exemplos). Ora, a psicanálise não se propõe a investigar se o sujeito está "adaptado" ou não às regras sociais, posto que lança luz sobre o inconsciente, que comanda o sujeito, ainda que disso nada saiba. Entretanto, para a nossa pesquisa, parece-nos importante investigar o que determina que um sujeito participe de determinado contexto social – o que, ressaltamos, não é o mesmo que dizer que ele estabelece um laço social com o outro, por intermédio do discurso -, bem como o que conduz ao desencadeamento da psicose.

Há, como vimos, um desvio pelo Outro inconsciente da fala dirigida ao outro, que intermedeia e permite a comunicação. Isso nos parece fundamental para pensarmos a possibilidade de estabelecimento de laço social. Na psicose, o que temos é a relação entre um sujeito e um Outro absoluto (e não suposto), encarnado no lugar do outro (a → seus objetos, semelhantes). Esquematicamente, no intuito de formalização do processo psicótico, o esquema L poderia ser pensado como "achatado" horizontalmente. A implicação dessa modificação espacial da posição dos elementos é para nós elucidativa: a fala do sujeito dirigida ao outro não promoveria o reconhecimento simbólico, como nos exemplos mencionados, mas por estar referenciada a um Outro absoluto, este poderia anular o sujeito ou enganá-lo.

Esquema 2: Achatamento do Esquema L

S a' < ———————— > a A

Fonte: Elaborado pelo autor.

Para finalizar nossa abordagem do Esquema L no que ele tem de elucidativo, a nosso ver, acerca das relações do sujeito com o Outro na psicose, parece-nos interessante retomar um ponto abordado por Philippe Julien, em seu livro intitulado *"As psicoses: um estudo sobre a paranóia comum"*. O autor defende que

> [...] para que uma psicose venha a responder, é preciso inicialmente a co-incidência de duas 'quedas', o encontro fortuito de duas elisões, uma no imaginário, outra no simbólico: justaposição de dois furos (JULIEN, 1999, p. 20).

Buscaremos articular, agora, o desencadeamento da psicose a partir do que sucede na relação entre os elementos do Esquema L. Para responder às exigências que a vida cotidiana impõe, na psicose o sujeito se ancora aos modelos fornecidos pelo reflexo de suas relações especulares com os outros (a'). Isso funciona, salvo se um dia o sujeito se vê diante de um acontecimento que para ele aparece como inédito, de modo que o modelo de conduta especularmente fornecido pelo outro, não se mostra suficiente para fazer frente à situação. O caráter inédito é devido a não inclusão do acontecimento em uma série associativa, ordenada pela inscrição de um significante primordial, a saber, o Nome-do-Pai. Evidentemente, não podemos precisar qual acontecimento funcionará como injunção para o sujeito, posto que estamos referindo-nos ao sujeito em sua singularidade, comandado pelo inconsciente. Assim, a relação em espelho não é mais suficiente e abre-se um abismo, o do Outro absoluto.

A primeira elisão corresponde, portanto, a uma falha no imaginário que dava sustentação e referência na pré-psicose[13]. Uma psicose se desencadeia quando essa falha vem coincidir com uma segunda. Da dissolução imaginária, resta ao sujeito fazer o apelo a um significante que promova uma sustentação Simbólica. Para que isso fosse possível seria necessário que em A, lugar do tesouro dos significantes, estivesse inscrito um significante que funcionasse como ordenador do Simbólico, a saber, o significante Nome-do-Pai. Pela inscrição da lei, a diferenciação de um significante em relação aos demais abriria a

[13] Utilizamos aqui o termo pré-psicótico para indicar o sujeito fora de crise, ainda que não nos pareça a terminologia mais apropriada do ponto de vista estrutural.

possibilidade de engendrar uma nova significação que permitisse ao sujeito fazer frente ao acontecimento, sem que isso implicasse o seu aniquilamento diante de um Outro absoluto.

No fenômeno da alucinação verbal, para exemplificar o que sucede na psicose, acontece de o sujeito escutar a fala do outro semelhante (a) como coincidindo com a fala que vem do Outro (A) e que, portanto, diz do sujeito (S). Dessa forma, o sujeito (S) é colocado na posição de objeto ameaçado pelo outro (a). Temos que não há a inscrição do Outro Simbólico, que funcionaria como elemento terceiro mediador da fala, mas o sujeito é falado por um Outro Imaginário, que irrompe promovendo uma confusão entre o reflexo do eu no semelhante (a') e o próprio sujeito (S). Nessa situação não se realizaria o desvio pelo Outro que permitiria que o "eu" falasse para outro de S (sujeito) em terceira pessoa, tal como ocorre com o discurso na neurose.

Para ilustrar, escolhemos uma poesia de Carlos Drummond de Andrade (1997), que nos permite pensar o que seria o efeito, na relação com o outro, do achatamento do Esquema L na psicose:

REJEIÇÃO

Não sei o que tem meu primo
que não me olha de frente.
Se passo por sua porta,
é como se não me visse:
parece que está na Espanha
e eu, velhamente, em Minas.
Até me virando a cara,
a cara é de zombaria.
Se ele pensa que é mais forte
e que pode me bater,
diga logo, vamos ver
que a tapa se resolve.
A gente briga no beco,
longe dos pais e dos tios,
mas briga de decidir
essa implicância calada.
Qual dos dois, mais importante:
ramo dele, ou meu ramo?
pai mais rico, quem tem?
Qual o mais inteligente,
eu ou ele, lá na escola?
Namorada mais jeitosa,
é a minha ou é a dele?
Tudo isso liquidaremos
a pescoção, calçapé,
um dia desses, na certa.
Sem motivo, sem aviso,
meu primo declara guerra,
essa guerrinha escondida,
de mim, mais ninguém, sabida.
Pode pois uma família

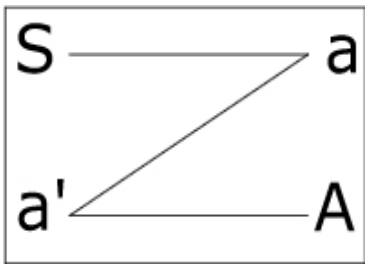
ser assim tão complicada
que nós dois nos detestamos
por sermos do mesmo sangue?
Nossas paredes internas
são forradas de aversão?
Será que o que eu penso dele
ele é que pensa de mim
e me olha atravessado
porque vê na minha cara
o vinco de zombaria
e um sentimento de força,
vontade de bater nele?
Meu Deus, serei o meu primo,
e a mesma coisa sentimos
como se a sentisse o outro?

O poeta parece jogar com as idéias delirantes do narrador, que fala-nos em primeira pessoa. Ao final do poema fica explicita até mesmo para o narrador a confusão entre o pensamento próprio e o do outro, seu primo, que decorre da coincidência do lugar que ocupa o Outro e o semelhante: *"[...] serei o meu primo e a mesma coisa sentimos como se a sentisse o outro?"*. Sabemos que o discurso do sujeito é o discurso do Outro. Na psicose, o Outro é absoluto, não marcado pela barra (que o tornaria suposto saber), e por isso aparece encarnado no outro, semelhante, o que permite que o delírio sobrevenha. Há outra passagem da poesia que gostaríamos de destacar: *"Qual dos dois mais importante, ramo dele ou meu ramo? [...]"*. Esse trecho evidencia que a "eleição" daquele que será identificado como perseguidor não é aleatória, mas recai sobre alguém que foi, num momento anterior, objeto de admiração e devoção, encarnando o ideal para o sujeito.

Como essa confusão entre eu e outro na psicose apareceria representada no Esquema L? Supostamente, é como se o houvesse ocorrido um achatamento horizontal no esquema de forma que haveria uma perda da distância que demarca o intervalo entre S e a' e entre a e A. A conseqüência da primeira aproximação seria uma perturbação na diferenciação entre o sujeito e a imagem que projeta de si em seus objetos. Já a perda da distância entre a e A implicaria uma confusão entre outro e Outro; se o semelhante é a encarnação do Outro (e o inconsciente é o discurso do Outro), aquilo que lhe é mais íntimo, o sujeito percebe como provindo do outro. É plausível levantarmos a hipótese de que a alucinação seria formada dessa maneira.

Examinemos agora o Esquema Z, a fim de estabelecermos as conseqüências para o sujeito dessa combinatória quaternária.

Esquema 3 – Esquema Z:



Fonte: LACAN, 1955-56/ 1998, p. 555.

No Esquema Z, temos entre S e *a*, a relação que o sujeito mantém com seus objetos, com outros sujeitos, poderíamos supor, presentes em seu ambiente (*Umwelt*). Entretanto, é ao nível de *a'* que o sujeito vai vislumbrar sua imagem especular – o traço que liga *a* e *a'* compõe, nas palavras de Lacan (1955-56/ 1998, p. 557), "o véu da miragem narcísica". Tal como podemos observar que ocorre no estádio do espelho, na relação simbólica Mãe-Criança, a imagem especular fornece ao sujeito a unificação do esquema corporal. Já a ligação entre a' e A instaura o questionamento do sujeito sobre a sua existência.[14] Tal questionamento, de acordo com Lacan, tem estrutura combinatória, na medida em que o sujeito a princípio está excluído do sistema, só sendo-lhe impressa significação à medida que os significantes são articulados.

Eidelsztein (1992) aponta que o Esquema Z retifica em aspectos fundamentais a proposta do Esquema L. No Esquema Z o que se desenrola no lugar A é articulado em forma de discurso, do que se pode depreender que o inconsciente é o discurso do Outro. Ocorre que o sujeito se localiza nos intervalos dos elementos do discurso do Outro. Assim, nos traços que unem os quatro pontos do esquema está traçado o sujeito, de modo que não mais encontramos o lado do sujeito e o lado do Outro como figura o Esquema L. O sujeito se situa, pois, nos intervalos entre os significantes, por isso poderá ser definido como o que um significante representa para outro significante. Ademais, o A não mais coincide com o Outro, mas refere-se ao lugar do tesouro dos significantes desde onde pode colocar-se para sujeito a questão de sua existência (dessubjetivação de A).

> Se no Outro não há elementos que, como tais, possam reconhecer, dar identidade simbólica ao sujeito, então se converte no lugar desde onde o sujeito pode receber

[14] Lembremos que A é o lugar do tesouro dos significantes e da ordem Simbólica, não devendo ser empregado indistintamente como correlato do Outro, posto que este último pode ou não estar situado em A.

> sua pergunta, que é juntamente o contrário. Isso se postula em condicional, não é necessário que a todo sujeito seja feita a pergunta, é contingente (EIDELSZTEIN, 1992, p. 84, tradução nossa).

Enquanto tesouro dos significantes, A seria o lugar de onde poderia ser formulada ao sujeito a questão sobre sua existência: *"Que sou eu aí?"*. Lacan (1955-56/ 1998, p. 555) refere que "[...] o estado do sujeito S (neurose ou psicose) depende do que se desenrola no Outro A. O que nele se desenrola articula-se como um discurso (o inconsciente é o discurso do Outro)". O Outro A já não é um sujeito, mas sim um lugar necessário para conceber a pergunta. Essa se refere ao sexo e à contingência do ser, ambas conjugando seu mistério e enlaçando os símbolos da procriação e da morte. Lacan (1955-56/ 1998, p. 556) acrescenta que "[...] é sob a forma de elementos do discurso particular que essa questão no Outro se articula". O sujeito, então, seria parte integrante desse discurso do Outro. Isso se configura fundamental à nossa pesquisa, posto que a questão que se coloca ao sujeito poderia ser assim enunciada: *"O que sou eu no discurso do Outro?"*.

Em relação ao Esquema Z, podemos observar que o recorrido em Z se conserva na psicose, mas o que não há é o desvio da mensagem pelo Outro, de modo a submetê-la às leis da ordem Simbólica, antes de seu retorno para o sujeito (S). Na psicose, então, o sujeito receberia sua própria mensagem diretamente do outro semelhante, como coincidindo com o Outro, e não de forma invertida pelo desvio que o intervalo do esquema possibilita relativamente à neurose. Assim, se cada sujeito faz a pergunta sobre o ser e o sexo com o símbolo paterno, com o significante do Nome-do-Pai, haveria possibilidade de tal pergunta na psicose se o que temos é a foraclusão desse elemento?

> Estamos certos de que os neuróticos se puseram uma questão. Os psicóticos, não é tão certo. A resposta lhes veio talvez antes da questão – é uma hipótese. Ou então a questão se pôs sozinha – não é impensável [...] Trata-se de conceber, não de imaginar, o que se passa para um sujeito quando a questão lhe vem dali onde não há significante, quando é o buraco, a falta que se faz sentir como tal (LACAN, 1955-56/ 2008, p. 236 e 237).

O aspecto espacial do Esquema Z poderia ser modificado sem implicar alterações topológicas, desde que seja mantida a estrutura combinatória e sintática, que leva em consideração o lugar dos termos significantes. Poderíamos reescrevê-lo, portanto, da seguinte forma:

Esquema 4 – Esquema Z reescrito

S_____a_____a'_____A

Fonte: Elaborado pelo autor.

Essa forma de escritura é interessante, na medida em que explicita que os termos Simbólicos compreendem, ordenam e determinam os termos Imaginários. “Ainda que o imaginário seja datado por Lacan nos primeiros meses de vida e a função da palavra seja evidentemente posterior, desde a perspectiva estrutural, o simbólico, enquanto registro, tem uma posição de antecedente lógico a respeito do imaginário” (EIDELSZTEIN, 1992, p. 73, tradução nossa). O sujeito se situa, pois, entre os elementos que compõem o Esquema Z; seu ser de intervalo configura a modalidade particular de responder à pergunta pelo desejo do Outro. Examinemos, agora, como se estrutura o campo da realidade na neurose para, a partir daí, avançarmos em nossa elaboração acerca da relação da psicose com o discurso. Para tanto, analisaremos o esquema R, referente à sustentação do campo da realidade na neurose. A construção do Esquema I deu-se posteriormente e foi realizada a partir da proposição de uma deformação no Esquema R, resultante dos elementos ausentes na psicose, a saber, o Nome-do-Pai e o significante fálico.

8.2 O fora-do-discurso e os esquemas R e I

> Não há nenhuma realidade pré-discursiva. Cada realidade se funda e se define por um discurso (LACAN, 1972-73/ 1985, p. 45).

Para compreendermos como se estrutura o campo da realidade na psicose, consideramos relevante partir da análise dos esquemas que Lacan propõe no intuito de situar, primeiramente, a composição da realidade para a neurose. Isso será relevante, na medida em que, veremos como, a psicose pode ser pensada a partir de uma distorção do esquema que perfila o campo da realidade. Em seguida, procuraremos interrogar como o discurso pode ser pensado a partir de tais alterações. No complexo edípico, temos primeiramente o ternário imaginário composto pela mãe, a criança e o falo (Fig. 11). A articulação significante que instaura a possibilidade de o sujeito vislumbrar-se em sua existência, Lacan a desenvolve em sua topologia de quaternário (Fig. 12), a partir da intervenção da função paterna no Édipo.

Introduz, assim, os elementos que, superpostos ao Esquema Z, o conduziriam à construção do Esquema R. Temos, assim, M, P, I e φ, articulados da seguinte forma:

Figura 11 – Triângulo Imaginário

Figura 12 – Estrutura quaternária, a partir da intervenção do Nome-do-Pai

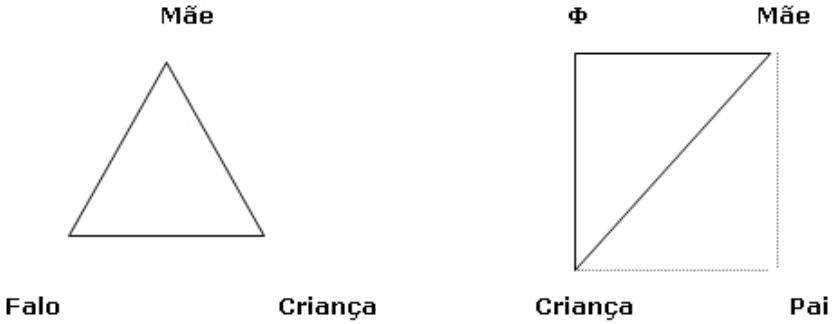
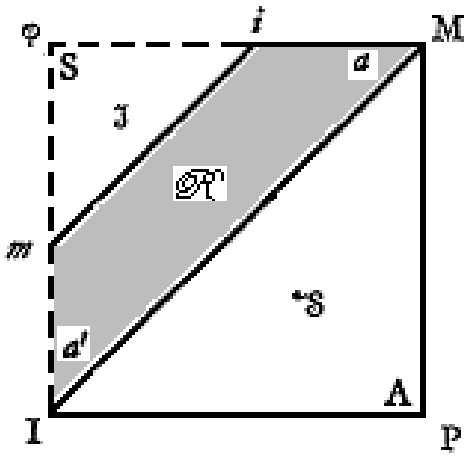


Fig. 7 Fig. 8

Fonte: LACAN, 1957-58/ 1999, p. 165.

Além da superposição desses quatro elementos constitutivos do sujeito ao esquema Z, temos o acréscimo de dois outros termos que introduzem a dialética imaginária especular ao campo da realidade: *m* e *i*. A seguir, apresentamos a formalização completa do esquema R.

Esquema 5 – Esquema R



Fonte: LACAN, 1955-56/ 1998 p. 559.

I (circulado) → Registro do Imaginário;
R (circulado) → Campo da Realidade (encobre o registro do Real);
S (circulado) → Ordem Simbólica;
M → significante do objeto primordial;
P → Nome-do-Pai (sua posição em A);
I → Ideal do eu;
φ → Significante do falo;
S → Sujeito;
A → lugar do Outro;

a → "figuras do outro imaginário nas relações de agressão erótica em que se realizam" (LACAN, 1956, p. 559) a'→ "figuras do outro com as quais o eu se identifica, desde sua *Urbild* especular, até a identificação paterna do Ideal do Ego" (LACAN, 1956, p. 559)	→ dupla vertente do objeto imaginário

i → imagem especular; m → eu (*moi*)	→ 2 termos imaginários da relação narcísica

O Esquema R foi produzido por Lacan simultaneamente ao Grafo do Desejo, embora visando responder a questões distintas. Ainda que ambos tenham uma estrutura quadripartida, enquanto o Esquema R é uma superfície, o Grafo do Desejo, por sua vez, necessita de três dimensões em sua construção. O Esquema R permite-nos teorizar acerca da função paterna na articulação do Simbólico, do Imaginário e do Real; é relativo, pois, ao que ocorre na neurose. Dado que é o significante do Nome-do-Pai que está foracluído na psicose, é relevante à nossa investigação articularmos as conseqüências da inscrição dessa função para o sujeito. A função paterna conjuga sexualidade e morte. De que forma? Na medida em que permite ao sujeito interrogar-se acerca da contingência do ser, que inclui a morte, e a propósito de sua posição sexuada: *o que é ser homem ou mulher?*.

A metáfora paterna depende da operatividade do significante Nome-do-Pai e da inscrição do significante fálico (Φ) no Simbólico. Tal significante tem a propriedade de ser diferente de todos os demais, instaurando uma dissimetria na rede significante e inscrevendo uma falta estrutural no Outro. É o que permite ao sujeito ascender ao desejo, mais além de toda demanda, pois o desejo do sujeito implica o desejo do Outro. E o fato de ser o significante fálico que inscreve a falta no Outro – S(Ⱥ) - é que vai fazer do desejo, desejo sexual. No esquema R, aparece o símbolo do falo imaginário (φ) no canto superior direito; no interior do mesmo vértice, temos o sujeito (S). Eidelsztein (1992, p. 104, tradução nossa)

esclarece-nos que "o que está escrito no esquema não é o significante fálico, mas a significação fálica, que é o produto da operatória da metáfora paterna".

Já o significante fálico (Φ), enquanto significante do desejo do Outro, para que seja inscrito é preciso que o pai enquanto função intervenha, introduzindo a dimensão da falta no campo do Outro primordial. A partir dessa inscrição, a significação fálica (φ) pode ser produzida para o sujeito. Importante ressaltar a função do Ideal do Eu no esquema R, pois a partir dos desdobramentos da função do ideal simbólico, poderemos articular a relação entre necessidade-demanda-desejo, a fim de mais adiante estabelecermos um contraponto com o Grafo do Desejo. Antes da operação da metáfora paterna, quem encarna o lugar do Outro para o sujeito (M) mostra-se onipotente por deter o poder de responder ou não ao grito/ chamado da criança. Dessa forma, permite a transformação da necessidade (biológica) em demanda (significante).

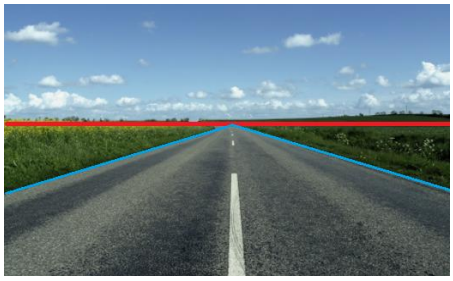
O modo como esse Outro onipotente responde ao chamado da criança, inscreve marcas distintivas significantes (insígnias) que, segundo Eidelsztein (1992, p. 107, tradução nossa), "operaram como nomes do sujeito que, por não ser o produzido pelo Nome-do-Pai, não situarão ao sujeito no sistema legalizante de parentesco". Esses "traços distintivos" compõem o campo da realidade para o sujeito, posto que o Ideal do Eu é uma constelação dessas insígnias que marcam a onipotência do Outro. No Esquema R, o que acabamos de expor corresponde ao segmento MI, que inscreve, correlativamente aos traços unários, uma relação de amor, posto que "toda demanda é demanda de amor". Toda demanda remeterá sempre à onipotência do Outro, que, como dissemos, introduz a dimensão do significante ao que antes, em um momento mítico, era necessidade fisiológica. Nesse sentido, Eidelsztein (1992, p. 107, tradução nossa) aponta que "toda demanda é um ato de amor ao Outro onipotente e todo desejo, por ser desejo do desejo do Outro, atacará esse Outro, castrando-o". O outro segmento, IP, é o ideal paterno que, como vimos, depende da operação da metáfora.

Para analisarmos a estrutura do Esquema R, partiremos do exame de cada um dos triângulos em separado, juntamente com o quadrângulo que designa a realidade (R), para, em seguida, decantar do esquema em sua integralidade como se articulam RSI para a neurose. O triângulo do Simbólico, cujos vértices são MIP, é traçado com linha cheia e designa o sitio do inconsciente. O campo da realidade, designado R, simultaneamente superpõe-se ao campo do Imaginário e apóia-se no triângulo do Simbólico. Que o "R" faça referência à realidade e não ao Real, deve-se ao fato de que a realidade encobre o Real, que somente pode ser entrevisto no esquema. O triângulo do Imaginário, cujo traçado é pontilhado e os vértices são *Sim*,

indica a posição do sujeito sob a significação fálica e apóia-se sobre o quadrângulo da realidade (MimI).

Podemos estabelecer relação de homologia não entre o triângulo do Simbólico e o do Imaginário, mas entre os dois ternários: um constituído pelos elementos simbólicos MIP e, o outro, pelos elementos imaginários φaa'. Ainda que os ternários sejam homólogos, os termos simbólicos dominam e regram os termos imaginários. Outra propriedade do Esquema R diz respeito a uma especificidade de sua construção topológica, a saber, o fato de que o quadrângulo que delimita o campo da realidade tem estrutura de uma banda de *Moebius*. Essa característica faz com que o campo da realidade na neurose assemelhe-se a um plano projetivo, superfície na qual aquilo que é projetado parece ter três dimensões, mas tem apenas duas. Isso ocorre devido a existência dos chamados pontos impróprios, que são pontos infinitamente distantes, os quais Lacan designa "ponto fora de linha".

Figura 13 – Plano projetivo



Fonte: SEVERIANO, 2001, p. 1.

Na imagem, observamos que as duas retas, que correspondem às linhas que demarcam as laterais da estrada, têm o mesmo ponto impróprio ao infinito e isso ocorre pelo fato de serem paralelas entre si. Toda reta que atinge um ponto impróprio converte-se em uma linha fechada. É o que ocorre, supostamente, com as duas linhas paralelas que delimitam o campo da realidade no Esquema R, uma apoiada sobre o triângulo do Imaginário e, a outra, sobre o triângulo do Simbólico. É em função disso que podemos postular a estrutura do campo da realidade como uma banda de *Moebius*. Essa última não é especularizável, pois o espelho produz sempre uma inversão no sentido da orientação da torção, o que, por transformação contínua, jamais poderia ocorrer com uma banda de *Moebius*.

Figura 14 – Banda de *Moebius*

Fonte: WIKIPÉDIA, 2006.

Como havíamos referido, também o *objeto a* carece de imagem especular. Mas onde poderíamos situar o *objeto a* no Esquema R? Se o *objeto a* é Real e, como vimos, a realidade encobre o Real, então este deve estar velado sob o campo da realidade. Em nota de rodapé de *"Uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose"*, Lacan refere:

> [...] é como representante da representação na fantasia, isto é, como sujeito originariamente recalcado, que o $, S barrado do desejo, suporta aqui o campo da realidade, e este só se sustenta pela extração do *objeto a*, que, no entanto, lhe fornece seu enquadre (1955-56/ 1998, p. 560).

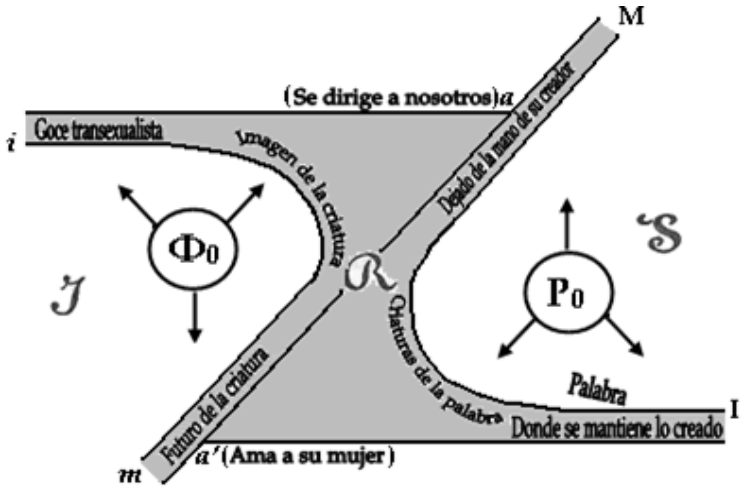
Para a sustentação do campo da realidade, delimitado pelo quadrilátero MimI, é necessário, ainda, que o significante fálico (Φ) tenha sido inscrito, pela operação do Nome-do-Pai, como significante que servirá de referência aos demais significantes, quando do encadeamento. A significação fálica (φ), portanto, só é evocada pela metáfora paterna. Se a foraclusão do Nome-do-Pai é o mecanismo que estaria na origem da estrutura psicótica, podemos inferir que o campo da realidade não se sustentaria da mesma forma. Por dedução, então, temos que a extração é atinente ao campo da neurose e da perversão, ao passo que na psicose não há a extração do *objeto a.* Operaria, pois, na psicose, uma função do inconsciente distinta do recalque, que Lacan define como

> [...] foraclusão do significante. No ponto em que [...] é chamado o Nome-do-Pai, pode pois responder no Outro um puro e simples furo, o qual, pela carência do efeito metafórico, provocará um furo correspondente no lugar da significação fálica (1955-56/ 1998, p. 555).

Esse buraco no lugar da significação fálica, portanto, no Imaginário, implicará no que Lacan (1955-56/ 1998, p. 574) chama a "regressão tópica ao estádio do espelho", ou seja, a redução do imaginário à dialética especular. Buscando esquematizar a estrutura do sujeito ao

cabo de uma crise psicótica, na qual, como vimos, o sujeito carece de uma ancoragem Simbólica da qual possa valer-se para fazer frente a uma situação de injunção, Lacan constrói o seguinte esquema, baseado no processo psicótico de Schreber:

Esquema 6 – Esquema I



Fonte: LACAN, 1955-56/ 1998, p. 578.

i → gozo narcisista de sua imagem
m → eu delirante;
M → Outro divino;
I → Ideal do Eu (que tomou o lugar do Outro).

A estrutura do Esquema I é composta por três assíntotas e duas hipérboles. Segundo Eidelsztein (1992, p. 120, tradução nossa), "assíntota em geometria equivale a uma linha reta a qual se aproxima, mas nunca chega a ela, um ramo infinito de uma curva". Já hipérbole designa excesso e é representada por uma linha curva tendente ao infinito. Importante observar, ainda, que no Esquema I os quatro cantos estão abertos, o que indica que nada existe que faça limite à onipotência do Outro. Enquanto no Esquema R tínhamos a torção da banda de *Moebius*, no Esquema I trata-se de uma distorção que, de acordo com Eidelsztein (1992, p. 123, tradução nossa), "significa desequilíbrio entre vários fatores que entram assim em tensão; este desequilíbrio não deve ser entendido, como diz Lacan, como a desordem posterior a um terremoto, mas sim seguindo as leis da estrutura".

As letras transpostas do Esquema R aparecem então distorcidas, representando as condições em que a realidade é restabelecida para o sujeito. Observa-se um descompasso entre os campos do Imaginário e do Simbólico. O buraco no Imaginário está atrelado à elisão

do Falo Simbólico (Φ^o), ao passo que o buraco no Simbólico é devido à foraclusão do Nome-do-Pai (P^o) na psicose. Se considerarmos que Φ inscreve a falta de um significante no Outro, observamos no esquema que essa falta não é marcada, devido à elisão do falo, de modo que "se o que falta na realidade não se marca, a realidade se infinitiza (funciona como pura perda)" (EIDELSZTEIN, 2008, p. 183, tradução nossa). A ausência de A do esquema, por sua vez, implica que não há relação entre o Outro e a Ordem Simbólica (A), de modo que na psicose a certeza auto-referencial aparece em oposição à pergunta pela inefável e estúpida existência atinente ao campo da neurose.

Observamos que o S (sujeito) não aparece no esquema, posto que sua existência depende do que se desenrola no campo do Outro. Há, pois, a desaparição do sujeito sob a significação fálica (φ), que Lacan denomina "morte do sujeito", e sua substituição pela imagem narcisista (i). M é o único termo que não muda de lugar, indicando a ausência dos efeitos do complexo de castração. O Ideal do Eu (I) é deslocado para o lugar onde, no Esquema R, tínhamos a posição do Nome-do-Pai (P) na ordem simbólica (A). Observamos, ainda, o giro das funções descritas no Esquema R no sentido contrário ao dos ponteiros de um relógio. Eidelsztein (1992, p. 123, tradução nossa) refere que "ao ter esse giro caráter centrífugo deixa por fora do esquema da realidade os objetos *a'a*".

No Esquema I, o trajeto Saa'A é mantido, embora distorcido, o que simboliza que "a relação com o outro como semelhante é perfeitamente compatível com a relação fora-do-eixo com o grande Outro" (LACAN, 1955-56/ 1998, p. 580). Essa menção de Lacan parece-nos fundamental, pois alude ao laço social na psicose. O sujeito pode, pois, adequar-se a algumas regras e exigências da sociedade, sendo capaz de inserir-se no mercado de trabalho e na universidade, por exemplo, tal como ocorreu a Schreber. Essa constatação permite-nos indagar se, diante daquilo a que convoca alguns dos quatro discursos estabelecidos por Lacan, o sujeito psicótico não poderia responder com mais facilidade. Mas estaria Lacan, ao aludir ao "fora-do-discurso da psicose" fazendo referência aos quatro discursos? Retomaremos essa interrogação no capítulo que destinamos a problematizar os quatro discursos.

8.3 O fora-do-discurso e o Grafo do Desejo

A fim de investigar outras perspectivas de entendimento do fora-do-discurso da psicose valendo-nos de uma abordagem topológica, buscaremos elucidar como o discurso pode ser pensado a partir do Grafo do Desejo. O Grafo do Desejo é um tipo particular de

escritura homóloga à estrutura do sujeito, o que o torna privilegiado para elaborarmos o que se passa na psicose em relação ao discurso. Consideramos que a escolha da topologia para fundamentar nossas construções teóricas permite que nos aproximemos cada vez mais da estrutura do sujeito tal como concebido pela psicanálise. Nos grafos, superfícies, distâncias, formas e medidas não são levadas em consideração, posto que não alteram sua estrutura. O Grafo do Desejo é constituído por duas cadeias: uma inferior, simbolizada pelo vetor s(A)→A, correspondente ao enunciado, e outra superior, que diz respeito ao sujeito da enunciação (inconsciente), cujo vetor pode ser escrito $S(\not A) \rightarrow \$ <> D$.

Inicialmente, cabe retomar a definição de Eidelsztein (1992, p.131, tradução nossa) de cadeia: "uma série de arestas em que cada uma incide no vértice precedente e no seguinte e ademais todos os vértices são distintos". Essa conceituação corresponde à noção de cadeia significante. Importante destacar, ainda, que os vértices do Grafo do Desejo são correlatos à estrutura quadripartida que funda o sujeito do inconsciente sob a barra do recalque na neurose. No que tange às propriedades de composição estrutural do Grafo do Desejo, temos que não é um grafo plano, posto que requer três dimensões em sua construção. Entretanto, é um grafo orientado, pois há indicação da direção de suas arestas, e conexo, pois é possível unir quaisquer de seus vértices mediante um caminho contínuo.

Segundo Eidelsztein (1992, p. 140, tradução nossa), o Grafo do Desejo serve para "apresentar onde se situa o desejo em relação a um sujeito definido através de sua articulação pelo significante". O desejo é situado por Lacan (1960/ 1998) no espaço demarcado entre as duas cadeias significantes, o que nos permite postular que o lugar do sujeito do desejo é no intervalo entre os andares do grafo. O que mantém a distância entre as cadeias é a existência de um buraco entre elas, onde se localiza o *objeto a*.

Figura 15 – Buraco entre as cadeias do enunciado e da enunciação

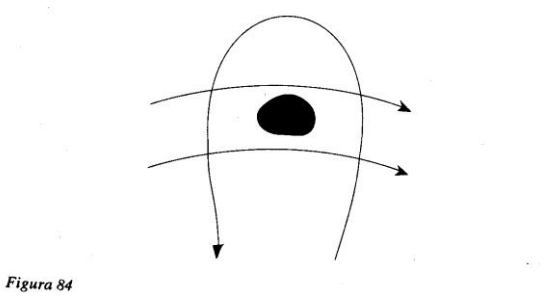


Figura 84

Fonte: EIDELSZTEIN, 1992, p. 140.

Observamos que é diferente conceber o sujeito em sua afânise no intervalo entre os significantes de uma cadeia, tal como elaboramos em relação ao esquema Z, de pensá-lo no intervalo entre duas (ou mais) cadeias significantes. Ora, a estrutura do inconsciente aproxima-se mais a uma série de cadeias articuladas entre si do que a uma única cadeia significante. A esse respeito, Eidelsztein alerta-nos da necessidade de

> criticar a noção de inconsciente entendido como uma cadeia significante, já que, se essa fosse sua estrutura, como poderíamos entender então a metáfora? A metáfora é a substituição de um significante (o substituído) por outro (o substituinte) que vem no lugar que o anterior tinha na cadeia significante. Mas, de onde viria o substituinte? Não há outra resposta lógica que, de outra cadeia significante (1992, p. 145, tradução nossa).

Essa é a estrutura do Grafo do Desejo, pois só é possível postularmos a existência de um buraco se o considerarmos bordeado por mais de uma cadeia; em uma única cadeia significante o que teríamos seria o corte, a interrupção, mas nunca um buraco. Na psicose, o sujeito é capaz de operar com a metáfora no uso que faz da linguagem, de modo que podemos supor que a estrutura do inconsciente esteja constituída da mesma maneira, embora não sob a barra do recalque, nem referenciada à metáfora paterna. O discurso alinha-se sob as várias cadeias que compõem a trama inconsciente. No campo da lingüística, o conceito de discurso implica dois componentes: o enunciado, que é referente ao conteúdo da história relatada, e a enunciação, que concerne ao posicionamento daquele que fala, desde onde o sujeito se situa ao propor o ato enunciativo.

Enunciado e enunciação estabelecem, pois, uma relação de pressuposição recíproca: não existe enunciado sem enunciação e vice-versa. Para analisar o que se passa no nível do discurso desde a perspectiva psicanalítica é preciso, pois, examinar as relações e as articulações entre enunciado e enunciação para ali situar o sujeito. Lacan (1960/ 1998, p. 813) refere que "o inconsciente, a partir de Freud, é uma cadeia de significantes que em algum lugar (numa outra cena, escreve ele) se repete e insiste, para interferir nos cortes que lhe oferece o discurso efetivo e na cogitação a que ele dá forma". Mais adiante aborda a dimensão sincrônica e diacrônica do discurso, a primeira relativa à substituição metafórica e a segunda, à combinação metonímica.

A questão que estamos desenvolvendo nesse ponto talvez possa ser assim enunciada: onde situar o discurso no Grafo do Desejo? Como vimos, temos que o sujeito e o desejo estão localizados no intervalo entre as cadeias do grafo. O sujeito aparece dividido na discordância do enunciado e da enunciação. O inconsciente é articulado na cadeia superior e interfere nos

cortes do discurso. Se o corte estivesse atrelado somente à função do ponto de basta, então bastaria a célula elementar (grafo 1) para que pudesse operar. Assim, situaríamos o discurso efetivo na cadeia inferior. Mas, haveria discurso sem essa interferência da cadeia inconsciente? No nível do enunciado, Lacan alerta-nos para a observância da função do *shifter*[15] que opera, marcando a influência do inconsciente na fala, ainda que disto o sujeito nada saiba.

Para avançarmos em nossa análise do discurso no Grafo do Desejo, consideramos importante examinar as relações entre *necessidade-demanda-desejo*, pois a passagem por cada um desses estados aparece representada no grafo. O campo da *necessidade* esteve em causa na psicose, pois a necessidade é anterior à constituição do sujeito e aparece desde um momento inicial, quando o sujeito é mítico. Sendo assim, as necessidades inicialmente experimentadas também podem ser consideradas míticas, pois, como sustenta Eidelsztein (2007, p. 75, tradução nossa), "no sujeito falante não persiste nenhuma necessidade". O autor acrescenta que a relação *necessidade-demanda* é marcada pela incondicionalidade, pois a necessidade não limita de forma alguma a demanda, que por sua vez é constituída por elementos significantes.

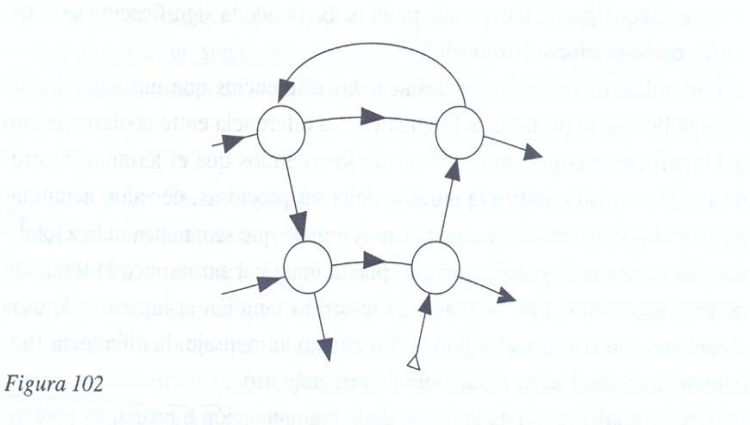
É o desejo, entretanto, que determina a demanda, constituindo, portanto, condição absoluta em relação a ela e operando seus efeitos por retroação: "do objeto particular da espécie (necessidade), enquanto que irremediavelmente perdido por causa da demanda, há um retorno: o objeto a, causa do desejo, particular para cada sujeito" (EIDELZSTEIN, 2007, p. 76, tradução nossa). Podemos postular o *objeto a* como aquilo que resta para sempre perdido e se instaura pela via da repetição, que jamais restituirá a experiência primeira de encontro com *A Coisa* (*Das Ding* freudiana). Partiria da demanda a condição para que o laço social pudesse ser estabelecido? Sabemos que é a partir do momento de sua instauração (da demanda) que os efeitos de linguagem se produzem e o posicionamento no discurso depende do acesso à linguagem.

Com vistas a traçar um caminho que conduza a esclarecimentos à questão, iremos primeiramente analisar a função que Lacan atribui aos quatro pontos de entrecruzamento correlativamente à localização desses conceitos psicanalíticos no grafo. Merece destaque a relação de homologia que podemos estabelecer entre os pontos das linhas superior e inferior, posicionados do mesmo lado do grafo.

---

[15] *Shifter:* "o que designa o sujeito da enunciação no enunciado, mas não o significa" (LACAN, 1960/ 1998, p. 814).

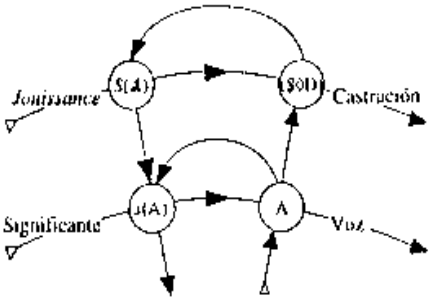
Figura 16: Pontos de entrecruzamento do Grafo do Desejo



Fonte: EIDELSZTEIN, 1992, p. 155.

A relação entre *necessidade-demanda-desejo* aparece no grafo estruturada como uma *banda de Moebius*[16], que é equiparável ao oito interior. A estrutura fundamental do Grafo do Desejo remete-nos, pois, à figura topológica do oito interior, pela marca comum da continuidade. O oito interior, como vimos a respeito das voltas do toro (do sujeito e do Outro) permite articular demanda e desejo. O mesmo ocorre no grafo, a partir da colocação em continuidade de ambas cadeias. Essa propriedade do grafo permite-nos observar que o sujeito dividido (pela operação de castração) pode ser situado como resultado da articulação dos quatro termos referentes aos quatro vértices do grafo. Assim, ainda que representados em pontos diametralmente opostos, temos que a voz está em continuidade com o gozo e o mesmo ocorre na relação da castração com o significante. Assim poderíamos representar a estrutura decorrente da conexão das arestas pendentes do grafo:

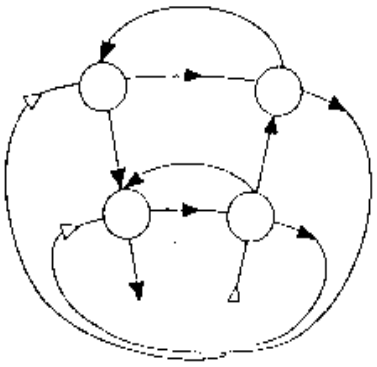
Figura 17 – Arestas do Grafo do Desejo



Fonte: EIDELSZTEIN, 2007, p. 16.

[16] A banda de *Moebius* é uma superfície com somente uma face e uma borda que, devido à semi-torção operada em toda a sua extensão, permite que a continuidade seja sua propriedade fundamental, de modo que não haja dentro ou fora, avesso ou direito, superior ou inferior. Demonstra a relação significante-significado.

Figura 18 – Caminhos das arestas do Grafo do Desejo



Fonte: EIDELSZTEIN, 2007, p. 32.

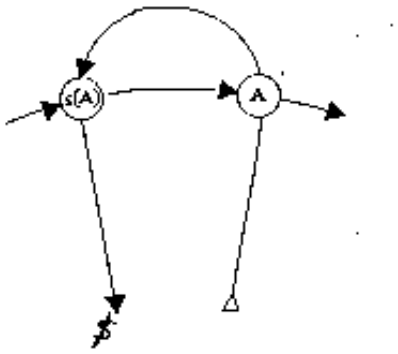
Disso resulta a proposição de que na neurose a estrutura é quadripartida, ao passo que na psicose teríamos uma estrutura dual, de modo que observamos a relação do significante com aquilo que é da ordem do pulsional (a voz) e, paralelamente, uma desregulação do gozo, devido à não inscrição do significante fálico, bem como a ausência do que Lacan propôs como castração Simbólica. No campo da neurose, a conexão entre a voz e o gozo indica a função do superego, pois, como esclarece Eidelsztein (1992, p. 166, tradução nossa), "suas propriedades [a saber, do superego] de mandar gozar e proibir o gozo ficam implicadas, ao unir o lugar do A e do S(Ⱥ)".

O autor propõe ainda que "a ausência de intervalo na psicose coincide com a ausência do intervalo entre a cadeia superior e a cadeia inferior do Grafo do Desejo" (EIDELSZTEIN, 2008, p. 337, tradução nossa). Ao não operar o intervalo entre ambas cadeias, o sujeito psicótico careceria da função da "outra cena" a que alude o segundo andar do grafo e que corresponderia à passagem da demanda ao desejo. Haveria, pois, holófrase, ou seja, perda da distância entre os andares do Grafo do Desejo na psicose ou o segundo andar do grafo não operaria? Para responder a essa questão, é preciso inicialmente interrogar como na psicose o sujeito se posiciona em relação a uma cadeia significante que é do Outro, pois é o Outro que fornece as palavras ao sujeito.

No primeiro andar do Grafo do Desejo o sujeito está mortificado, alienado a um Outro absoluto, não marcado pela castração. Para que haja a possibilidade de separação e de o sujeito localizar-se entre os andares do grafo, é preciso que o segundo andar esteja operando. Sem separar-se, o sujeito não pode encontrar na diacronia do discurso a falha do Outro. Fica alienado à dupla de significantes S1-S2 tomados sincronicamente, ao mesmo tempo, sem

intervalo no qual o sujeito do desejo possa advir. Na psicose, a pergunta *"o que o Outro quer de mim?"* aparece já conjugada com uma resposta que incita o sujeito como um imperativo; a possibilidade da formulação dessa interrogação é atinente às relações entre os elementos do segundo andar do grafo. Haveria então distorção na articulação entre os andares do grafo na psicose? Vamos iniciar considerando as relações possíveis de serem traçadas no primeiro andar, que Lacan (1955-56/ 1998, p. 819) chamou de Grafo 1, e pode ser representado da seguinte forma:

Figura 19 – Grafo 1



Fonte: EIDELSZTEIN, 2007, p. 68.

Como vimos, A designa ao lugar do código; do outro lado, temos s(A) – significado do Outro – onde a significação se constitui por retroação como produto acabado. A linha orientada que vai de s(A) a A, sabemos, é a cadeia significante; a linha curva orientada que a cruza até que reste, abaixo, o sujeito dividido ($), estaria atrelada à passagem da necessidade pelos desfiladeiros do significante, constituindo-se, então, enquanto demanda. O circuito que vai de s(A) a A e vice-versa permanece preso à demanda, de modo que o sujeito não consegue ascender ao desejo. Assim, o que se repetiria indefinidamente seria o circuito que vai de s(A) a A para, em seguida, retornar de A para s(A), a menos que outra função se associe ao disposto no Grafo 1.

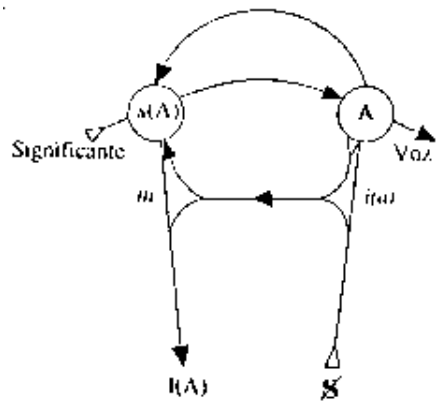
Em um de nossos artigos de referência, *Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano*, Lacan (1960/ 1998, p. 820) designa o Grafo 1 por "célula elementar do grafo", que fornece a base para a construção do grafo completo. Temos que o segundo ponto de entrecruzamento da cadeia significante (A), por ser o último termo, ao mesmo tempo em que determina os anteriores por retroação, é antecipado e determinado por estes na articulação significante. Por homologia, podemos aproximar os pontos de entrecruzamento da

cadeia da célula elementar ao par ordenado S1→S2. Ocorre que na psicose não há hiância entre os significantes, na qual o sujeito possa advir em sua divisão subjetiva (devido à queda do *objeto a*), de modo que a dupla de significantes permanece presa ao círculo infernal da demanda. O sujeito fica, assim, alienado ao par S1→S2 tomado sincronicamente. Ainda que na paranóia haja a retenção do S1, tomado como ideal, conduzindo a um congelamento das significações em um ponto de referência comum, não há a extração do *objeto a*, que descompletaria o Outro e abriria para o sujeito uma via em direção ao desejo.

> Para Lacan, o sujeito advém marcado por um efeito letal devido a que nasce da dupla significante – o que designa de forma inédita mediante "alienação" – e o único que salva ou resgata deste efeito letal é o encontro com o desejo do Outro – o que designa separação -, mas não do Outro, mas da mortificação causada pela dupla significante sincronicamente considerada (EIDELSZTEIN, 2008, p. 234, tradução nossa).

Assim, a sincronia do par S1→S2 supõe a alienação do sujeito, que permanece mortificado, na condição de objeto à mercê dos caprichos do Outro. Trata-se, pois, de um Outro completo, dado que a falha é instaurada no intervalo entre os significantes. Nessa condição de submissão aos ditames de um Outro absoluto, resta ao sujeito recorrer à identificação a um ideal alienante, posto que é do Outro. É o que ocorre na paranóia; o sujeito fica, portanto, aprisionado ao Ideal do Eu – I(A). O processo identificatório aparece representado em um segundo momento da construção do grafo completo, que Lacan chamou de Grafo 2.

Figura 20 - Grafo 2



Fonte: LACAN, 1960/ 1998, p. 822.

No Grafo 2, podemos observar o percurso $ → i(a) → m → I(A). A disjunção entre $ e I(A) impede o fechamento do circuito, de modo que o oito interior não se forma. Tal percurso condensa dois tipos de alienação: a alienação Simbólica, decorrente da retenção de um significante, e a alienação Imaginária, relativa à fixação a uma imagem. O Ideal do Eu – I(A) – concerne à elevação de um significante do Outro à condição de insígnia. Se o sujeito estiver diante de um Outro tomado como absoluto e onipotente, tal como ocorre na psicose, então o ideal funcionará como um imperativo. Assim ocorre a alienação Simbólica. Para explicar como acontece a alienação Imaginária, tomaremos como exemplo a alucinação do duplo, na esquizofrenia, a qual é relativa à imagem do outro semelhante – i(a) – que o sujeito captura e se fixa, tomando-a como se fosse a imagem de si mesmo.

Constituem saídas possíveis para o sujeito na psicose, portanto, a petrificação da identificação a um significante do Outro tomado como Ideal do Eu ou a fixação a uma imagem do outro, semelhante, que o sujeito captura. Essas considerações remetem-nos à proposta de Soler (2007, p. 63) de que "a inscrição num discurso pressupõe a operação de separação. [...] O fora-do-discurso da psicose pode combinar com sua instalação no campo da alienação". Como vimos, o sujeito somente poderá separa-se do Outro ao descompletá-lo, mediante a extração do *objeto a*, de modo que os elementos que compõem o segundo andar do Grafo do Desejo possam operar. A extração do *objeto a* do campo do Outro depende da intervenção do significante Nome-do-Pai, que barra o desejo da mãe, tal como explicitamos ao aludir à metáfora paterna.

Outro percurso pode ser traçado no Grafo 2: trata-se do deslocamento infinito da significação pelo circuito s(A) → A → i(a) → m → s(A) →... Esse é um circuito fechado que se infinitiza, posto que não opera aí o ponto de basta, que permitiria engendrar a significação por retroação. Para deter essa metonímia sem fim, como referimos, só resta a identificação a um significante elevado à condição de ideal. Observamos que esse circuito é percorrido no Grafo 2, no qual ainda não aparece a cadeia superior. Assim, no primeiro andar do grafo, Lacan localiza o *"círculo infernal da demanda"*, no qual o eu (*moi*) fica tomado à deriva das significações do Outro, s(A), de modo que uma significação remete a outra, indefinidamente. Na paranóia, para que se produza o significado do Outro, s(A), toda significação fará referência ao significante retido, que é interpretado como sendo do Outro.

A ruptura do círculo infernal da demanda ocorre, pois, quando o sujeito subtrai-se a ele, descompletando-o. Eidelsztein (1992, p.151, tradução nossa) vai dizer que "é o desejo inconsciente o que permite ao sujeito sair do círculo infernal da demanda". O desejo não entra em cadeia significante alguma; não é, pois, articulável, e situa-se no *mais além* de cada cadeia

significante particular. Eidelsztein (1992, p. 152, tradução nossa) vai justificar a grafia do desejo com "d" minúsculo por ser "o que não pode passar ao Simbólico, dado que é o mais além que este produz [...]. É o resto ineliminável da passagem da necessidade pelos desfiladeiros do significante". Já a demanda seria grafada com "D" maiúsculo devido à sua condição simbólica.

No contexto do *Seminário 5: As formações do inconsciente*, Lacan (1957-58/ 1999) menciona algo que nos parece esclarecedor por desdobrar um aspecto da experiência esquizofrênica relativo a impasses na significação. Trata-se da instabilidade na qual se vê tomado o sujeito quando recebe do Outro uma dupla mensagem. Isso ocorre quando o sujeito vê-se confrontado com duas significações simultâneas, o que o coloca em um impasse. Na dupla mensagem, a significação apresenta-se holofraseada com outra, sem hierarquia alguma, de modo que ambas significações são tomadas sincronicamente. Isso porque é o significante que cria a significação e, na psicose, não há um significante que se diferencie dos demais e funcione como ordenador do Simbólico. O sujeito vê-se então sem saber como agir, diante de um Outro que lhe endereça uma exigência dúbia.

No Grafo do Desejo, essa dupla mensagem que condensa significações coincide com a demanda do Outro, cuja satisfação ou frustração, não importa, ambas inviabilizam que o sujeito assuma o desejo. Isso porque a satisfação da demanda subtrai o objeto do desejo e, caso o sujeito frustre a demanda do Outro, ainda assim estará orientando sua ação em relação a ela. Quanto ao desejo, este se produz no para-além e no para-aquém da demanda, mas nunca coincide com ela. Assim, o desejo para-além da demanda é relativo ao que aparece no segundo andar do grafo à esquerda sob a fórmula do fantasma ($<>a), que permite ao sujeito sustentar seu desejo evanescente. O desejo irrompe também no para-aquém da demanda na medida em que instaura a falta-a-ser no sujeito. Em *"A direção do tratamento e os princípios do seu poder"*, Lacan esclarece-nos a propósito da estrutura do desejo:

> O desejo é aquilo que se manifesta no intervalo cavado pela demanda aquém dela mesma, na medida em que o sujeito, articulando a cadeia significante, traz à luz a falta-a-ser com o apelo de receber seu complemento do Outro, se o Outro, lugar da fala, é também o lugar dessa falta. O que é assim dado ao Outro preencher, e que é propriamente o que ele não tem, pois também nele o ser falta, é aquilo a que se chama amor, mas são também o ódio e a ignorância. É também isso, paixões do ser, o que toda demanda evoca para além da necessidade que nela se articula, e é disso mesmo que o sujeito fica tão mais propriamente privado quanto mais a necessidade articulada na demanda é satisfeita (1958/ 1998, p. 633).

Isso interessa à nossa pesquisa, pois serve não apenas à consideração da impossibilidade de o psicótico ter acesso ao desejo, seja no para-além (o fantasma não se

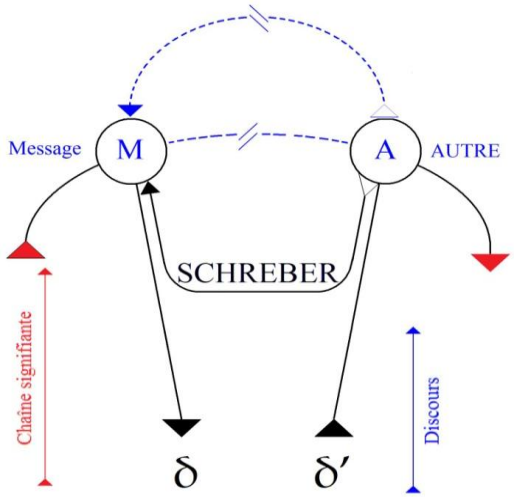
constitui), seja no para-aquém da demanda (a falta-a-ser implicaria a falta de um significante no Outro). Serve, ainda, para situar a psicose em relação ao discurso, pois o atravessamento do lugar do Outro (A) pelo discurso é condição para o desejo. No grafo, o fora-do-discurso da psicose implicaria a impossibilidade de ascender ao desejo, de articular as relações entre os elementos que figuram no segundo andar. Lacan (1958/ 1998, p. 634) deixa isso claro ao afirmar que "o desejo efetivamente está no sujeito pela condição, que lhe é imposta pela existência do discurso, de que ele faça sua necessidade passar pelos desfilamentos do significante".

Toda a satisfação da demanda mantém o sujeito na dependência do Outro, preso, pois, no vaivém giratório que vai da mensagem (M) para o código (A) e vice-versa. É preciso que a mensagem do sujeito seja autenticada pelo Outro, promovendo o reconhecimento, para que as relações do segundo andar do grafo entrem em jogo. A foraclusão do Nome-do-Pai implica a ausência daquilo que se articula propriamente da lei no nível do significante. Em conseqüência da não operatividade desse significante que permitiria a ordenação da cadeia, caso seja feito um apelo ao sujeito a referir-se ao Nome-do-Pai, a ligação entre mensagem (M) e código (A) fica destruída e configura-se impossível. Em seu *Seminário 5: As formações do inconsciente*, Lacan considera que

> [...] se esse oco ou esse vazio aparece [a saber, entre mensagem e código], é por ter sido evocado ao menos uma vez o Nome-do-Pai [...] como aquele que é capaz de ratificar a mensagem, e que é a garantia de que a lei como tal se apresente como autônoma. É esse o ponto de báscula, de virada, que precipita o sujeito na psicose" (1957-58/ 1999, p. 160).

Para exemplificar os circuitos possíveis ao sujeito psicótico no Grafo do Desejo, tomaremos o exemplo de Schreber. Na tentativa de restituir a ligação entre mensagem (M) e código (A), Schreber se torna dependente das vozes que o interpelam sob a forma de alucinação. Os significantes da língua fundamental são emitidos no nível do Outro enquanto elementos originais do código que, articulados, produzem uma significação total, que fundamenta a certeza do sujeito. Os significantes, quando tomados isoladamente, colocam em evidência a dimensão enigmática da significação. "O Outro só faz emissões aqui para além do código, sem nenhuma possibilidade de que possa integrar nelas o que possa provir do lugar onde o sujeito articula sua mensagem" (LACAN, 1957-58/ 1999, p. 161). A mensagem não é autenticada pelo Outro, o que promoveria o reconhecimento do sujeito e garantiria sua existência no Simbólico.

Figura 21 – Conseqüências da foraclusão do Nome-do-Pai no Grafo do Desejo



Fonte: LACAN, 1957-58/ 1999, p. 160.

Observemos, ainda, no grafo reproduzido acima, que o discurso cruza a cadeia significante precisamente no lugar do código (A). Se, como vimos, o discurso é condição do desejo, esse atravessamento da cadeia significante implica a transformação do desejo devido a seu encontro com o Outro do código. Nesse ponto, o desejo chega como significado. É a partir do cruzamento da cadeia significante pelo discurso que "se produz a refração do desejo pelo significante" (LACAN, 1957-58/ 1999, p. 154). A possibilidade de desejar é instaurada, pois, por essa passagem que conduz ao segundo andar do grafo, onde o Outro aparece marcado pela barra. E na psicose? Ocorre que no momento do atravessamento do lugar do Outro (A), o discurso se rompe (//) e o desejo não se produz em sua dialética.

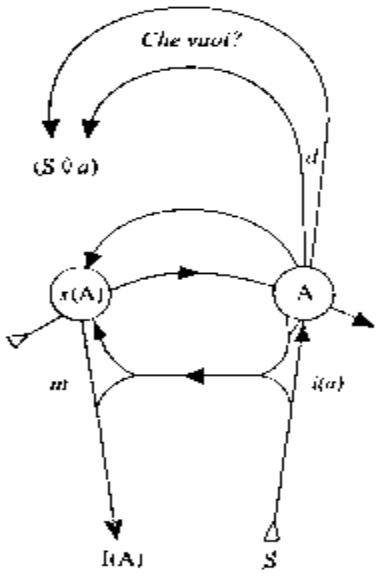
Convém nesse ponto estabelecermos um contraponto em relação ao que se passa no campo da neurose. Para tanto, é preciso pensar como operando o grafo completo, de modo que a cadeia superior determina as significações produzidas na cadeia inferior. Assim, interferindo no significado do Outro s(A), temos *S(Ⱥ)*, o significante da falta do Outro, que permite que um significante represente o sujeito para outro significante. Essa sobredeterminação de *S(Ⱥ)* faz com que s(A) tenha o estatuto de significação fálica, promovendo a inscrição do significante fálico (Φ) no Simbólico. À falta desse significante todos os outros não representam nada. É o que ocorre na psicose, o que nos permite deduzir que o segundo andar do Grafo do Desejo não opera.

É o significante da falta do Outro - *S(Ⱥ)* - que marca sua incompletude, correlata à fundação do sujeito do inconsciente sob a barra do recalque, o que permite sustentar a

inexistência de um Outro do Outro, dada a impossibilidade de obturar a falta. O significante fálico (Φ), que Lacan também designa como significante do gozo, não se inscreve na psicose. Só que a lei funda-se para o ser falante correlativamente à proibição do gozo, que a relação ao significante fálico promove, e é por isso que se fala em uma desregulação do gozo na psicose que, sem estar limitado, é vivenciado como mortífero. Em relação ao falo imaginário (φ), este é negativizado (-φ) quando articulado à castração, no grafo localizada no andar superior, mais especificamente na aresta que sai da fórmula da pulsão ($ <> D).

Seria através do desejo, pela extração do *objeto a* do campo do Outro, que o sujeito chegaria ao andar superior do grafo, tal como aparece representado no Grafo 3. Eidelsztein (1992, p. 141, tradução nossa) refere que "a razão que obriga a passagem do grafo 2 para o grafo 3 é o desejo do desejo do Outro que coloca a interrogação: o que queres de mim?". Essa passagem requer a saída do circuito s(A) → A → i(a) → m, bem como a inclusão do intervalo que o acréscimo do segundo andar do grafo implica.

Figura 22 - Grafo 3



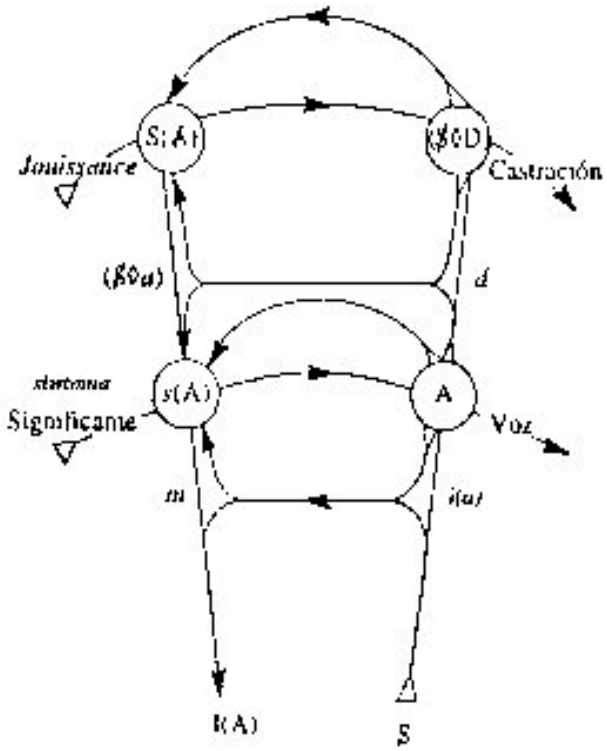
Fonte: LACAN, 1960/ 1998, p. 829.

No Grafo 3, então, temos o fantasma ($<>a), que corresponde à posição do sujeito em relação à causa de seu desejo. O fantasma, ao mesmo tempo em que encobre a castração do Outro, protegendo o sujeito de se deparar com ela, impede o reconhecimento do desejo. O desejo é sempre do Outro, de modo que o sujeito nunca saberá o que deseja, mas apenas que "deseja". A pergunta *"Che vuoi?"*, que aparece no andar superior do Grafo 3, traduzida por

"Que queres?", corresponderia à interpelação do sujeito pelo Outro, indagando sobre o indizível de seu desejo. Ao sujeito, por não dispor da resposta, restaria devolver a pergunta – *"O que você (o Outro) quer de mim?"* -, oferecendo-se como objeto do desejo do Outro. Assim, temos que o desejo do sujeito resta determinado pela demanda do Outro. A figura topológica dos dois toros entrelaçados explicita a relação da demanda do sujeito com o desejo do Outro e vice-versa.

No grafo completo, o último andar faz com que se feche o circuito que permite que o Grafo do Desejo tenha estrutura de oito interior. Para ascender ao desejo, mais além da demanda, foi preciso a inscrição do $S(\not{A})$ – significante da falta no Outro. A barra alude à impossibilidade de que o Outro seja completo e, portanto, não deseje. A cadeia inconsciente interferirá no engendramento da significação a partir do fechamento da mensagem, por retroação, devido à função do ponto de basta. Temos que, no andar superior, a cadeia se fecha sobre um significante que designa a falta no Outro, ao passo que na cadeia inferior o Outro não está barrado, o que o torna completo, absoluto, onipotente. A partir dessas considerações, passaremos agora à análise do Grafo do Desejo em sua totalidade.

Figura 23 – Grafo do Desejo completo



Fonte: LACAN, 1960/ 1998, p. 831.

No segundo andar, em posição homóloga ao lugar do código (A), Lacan inclui a fórmula da pulsão: $ <> D. Primeiramente, é importante lembrar que o que diferencia a pulsão da função orgânica a que está relacionada (oral, anal, escópica ou invocante) é o mesmo que faz com que o objeto com que joga o pulsional esteja marcado pela parcialidade, a saber, a interferência do artifício gramatical da linguagem. A esse respeito, Eidelsztein (1992, p. 158, tradução nossa) refere que "se não são os significantes, mas a gramática o que a pulsão toma de A, então inscreve o que da linguagem é mudo, que constitui assim o silêncio pulsional". Na relação particular que o sujeito estabelece com a demanda do Outro aparece implicado o circuito pulsional, que se funda em uma dialética entre a passividade e a atividade do sujeito frente à função orgânica em que se apóia a pulsão. É nesse circuito que o sujeito se desvanece, ascendendo à condição de desejante.

O objeto da pulsão traz a marca da parcialidade, devido ao corte que imprime na estrutura mesma daquilo que é da ordem do pulsional, o que impede a total satisfação e a conseqüente desaparição da pulsão. Um traço comum aos objetos pulsionais é que estes não têm imagem especular, não estando implicada, pois, a dimensão da alteridade. No grafo, *i(a)* corresponde à imagem especular de *m* (eu – *moi*), mas trata-se mais propriamente de uma imagem que funciona como recobrimento daquilo que não tem imagem especular. O desejo, por não ser articulável por intermédio do significante, cumpre função homóloga em relação ao fantasma. Como sabemos, o desejo, balizado pelo *objeto a* (que no grafo situa-se no buraco entre os andares), é metonímico, posto que o objeto causa do desejo estará sempre em outro lugar. O fantasma intervém para o sujeito de modo a orientar o desejo, fornecendo uma direção ao deslizamento metonímico significante em direção ao *objeto a*, que tende ao infinito. A propósito do fantasma, Lacan, em seu *Seminário 8: A transferência*, afirma que

> [...] é na própria medida em que algo se apresenta como revalorizando o tipo de deslizamento infinito, o elemento dissolutivo trazido ao sujeito, por si mesma, pela fragmentação significante, que ele assume valor de objeto privilegiado, que estanca esse deslizamento infinito. Um objeto pode assumir também, com relação ao sujeito, esse valor essencial que constitui a fantasia fundamental (LACAN, 1960-61/ 1992, p. 172).

Assim, o fantasma fornece ao sujeito subterfúgio para lidar com a falta estrutural do Outro e, correlativamente, com a sua própria falta. Está claro que não podemos falar em fantasma na psicose, devido à não extração do *objeto a*. Ora, a falta estrutural seria a castração mesma. Como observamos, há uma disjunção na parte inferior do Grafo do Desejo, representada pela ausência de ligação entre $ e I(A). Eidelsztein (1992, p. 164, tradução

nossa) esclarece que "o Ideal simbólico já não é 'do Eu' como em Freud, mas é do Outro, e como tal, tem que ser tomado como anulação da castração que S(Ⱥ) inscreve; anulação indicada pelo fato de que passamos de (Ⱥ) a (A), anulação da castração simbólica por meio de um elemento simbólico". É o que ocorre na paranóia, mediante a retenção de um significante tomado como ideal, que mantém o sujeito submetido ao Outro, devido à alienação Simbólica.

O objeto causa do desejo situa-se, portanto, no intervalo entre as cadeias do enunciado e da enunciação, que aparecem em continuidade, através da lógica do oito interior, que une os dois andares do grafo. Já o discurso depende da conjunção do enunciado e da enunciação. Posicionar-se no discurso implicaria a interferência da cadeia inconsciente na cadeia inferior, de modo a produzir cortes que, embora designem o sujeito, não o significam. É por isso que, na neurose, não há um significante que por si só represente o sujeito enquanto tal, mas é preciso o encadeamento para que o sujeito apareça na hiância. Assim, somente é possível inferir um posicionamento discursivo quando o segundo andar do Grafo do Desejo está operando.

É no intervalo entre os significantes que o sujeito surge como desejante, a partir da extração do *objeto a* do campo do Outro. Na psicose, em oposição ao intervalo, há a holófrase. Não podemos supor, pois, a intervenção do segundo andar do grafo, posto que os elementos da cadeia superior não operam na psicose: não há inscrição do significante da falta do Outro, nem sujeito dividido pela operação da castração, tampouco desejo, posto que este depende da extração do *objeto a*. Se o segundo andar do grafo não opera na psicose, então o sujeito permanece preso ao círculo infernal da demanda, tal como mostramos no Grafo 2. Como saída desse circuito que tende à repetição infinita, restaria ao sujeito a identificação ao Ideal Simbólico do Outro - I(A) - ao qual todos os demais significantes passam a fazer referência, ou a fixação a uma imagem – i (a) – a qual o sujeito permanece alienado.

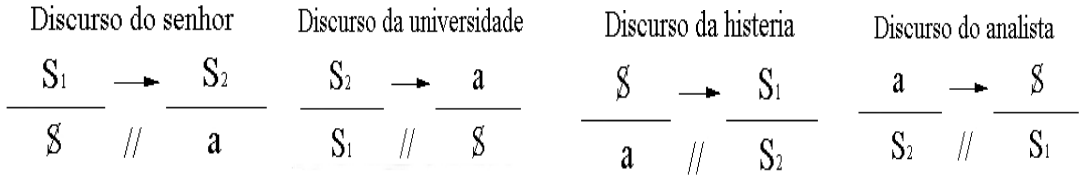
A partir da análise do Grafo do Desejo pudemos depreender que incluir o desejo na relação com o outro implica a articulação entre os elementos do segundo andar do grafo. Se o grafo completo se constituiu enquanto estrutura, é sinal de que o sujeito está sendo produzido em sua divisão subjetiva. Embora alienado entre os significantes, a falha do Outro permite a separação, de modo que o sujeito pode posicionar-se enquanto agente de um discurso. Uma relação pode ser assim estabelecida entre os quatro discursos e o Grafo do Desejo, o qual uma vez operando de forma completa evidencia uma estrutura quadripartida, tal como é a estrutura da neurose. Nesse sentido, os quatro discursos seriam especificações do grafo completo. Nossa aposta é de que problematizar a suposta objeção feita por Lacan ao termo "discurso"

para a psicose, permita-nos ampliar as possibilidades de leitura do texto lacaniano, abrindo novas perspectivas para o ensino e para a clínica da psicanálise.

8.4 O fora-do-discurso e os quatro discursos

Neste capítulo buscaremos elucidar a referência de Lacan (1973/ 2003, p. 492) em *"O aturdito"* ao "fora-do-discurso da psicose", no intuito de investigar se Lacan, ao enunciar essa proposição, estaria referindo-se ao fato de que o psicótico não participa dos quatro discursos e, portanto, não estabelece laço social. A escuta da psicose permite-nos supor que, embora de forma distinta da neurose de transferência, uma relação é proposta ao outro. Há, pois, uma participação da trama social, na medida em que há fala e compartilhamento da linguagem, ainda que não estejamos certos de tratar-se propriamente daquilo que Lacan designou por "laço social". Lacan propôs inicialmente quatro discursos, que caracterizariam modalidades de laço social, a saber: o discurso do mestre, o discurso da histérica, o discurso do universitário e o discurso do analista.

Figura 24 – Os quatro discursos

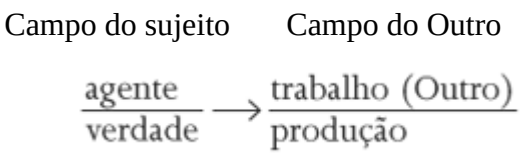


Fonte: LACAN, 1969-70/ 1992, p. 40.

No contexto do *Seminário 3: As psicoses*, Lacan caracterizava a estrutura enquanto "irredutível a outra coisa que não ela mesma" (1955-56/ 2008, p. 30). No que tange à estrutura da linguagem, homóloga a do inconsciente, esta foi referida como sendo formada por cadeias significantes. Já o que fornecia a estrutura do discurso era a relação entre o significante e a significação. No final do *Seminário 16: De um Outro ao outro*, Lacan (1968-69/ 2008) designa a estrutura do discurso como determinante do posicionamento do sujeito em sua relação com o outro, resultando em um laço social particular. A teoria dos discursos foi elaborada por Lacan a partir posição que ocupam quatro termos, organizados de forma a compor um matema, a saber, $ (sujeito barrado), S1 (significante-mestre), S2 (saber) e *a*

(*objeto a*). A esquemática propõe a rotação circular dos quatro elementos, de forma a assumir função diversa dependendo do lugar em que estejam situados. Tal seria a figuração dessas funções:

Figura 25: Lugares e funções no matema dos discursos



Fonte: LACAN, 1969-70, 1992, p. 179.

Considerando que a ordem dos elementos que compõem a engrenagem dos quatro discursos não pode ser alterada, ou seja, com o giro das posições a vizinhança entre os termos não se modifica, temos que: 1) os quatro discursos constituem uma topologia, uma vez que têm as propriedades que determinam que uma estrutura seja considerada topológica (vizinhança, limite, continuidade); 2) o movimento que permite a troca de discurso é o giro dos elementos. Assim, com um giro de um quarto de volta não teria como a engrenagem sair do discurso do mestre e chegar ao discurso do analista, por exemplo, sem passar por algum dos outros discursos.

Não estamos aqui sustentando que o sujeito não possa estar posicionado no discurso do universitário, por exemplo, e, em função de o semblante de saber que esse discurso sustenta não ser legitimado pelo outro, o sujeito passar a determinar-se desde o discurso da histérica. Entretanto, do ponto de vista da estrutura lógica de composição do matema dos quatro discursos, se o sujeito estava no discurso da histérica não há como ir para o discurso do universitário, com um giro levógiro ou dextrógiro, sem passar primeiramente pelo discurso do mestre ou pelo discurso do analista. Supomos que a direção da cura, ao menos na clínica das neuroses, aponte em direção ao discurso do analista. Ademais, reiteramos, é situando-se desde o discurso da histérica que o sujeito pode entrar em um processo de análise. É a partir desse discurso que o sujeito aparece dividido entre os significantes, dirigindo-se ao analista que é investido como Sujeito Suposto Saber acerca da verdade de seu desejo (*objeto a*).

Iniciaremos por considerar as conseqüências de a esquematização incluir necessariamente o sujeito dividido para que opere seus efeitos. O sujeito dividido é resultado

da operação de castração, introduzida pela interdição que representa a incidência da função paterna no Complexo de Édipo. A conseqüência dessa operação é a fundação do inconsciente sob a barra do recalque, que faz com que o sujeito reste dividido entre os significantes (entre saber e verdade, elucidará mais tarde Lacan). É sabido, entretanto, que na psicose a operação em causa é a foraclusão do significante Nome-do-Pai, que decorre de uma falha da intercessão da função paterna no Édipo. A barra do recalque, assim, não se funda, o que conduz Lacan a postular *"o inconsciente a céu aberto da psicose"*, que traz conseqüências tais como a perpetuação da alienação do sujeito ao Outro.

O discurso do mestre formaliza a própria constituição do sujeito dividido, que aparece na posição da verdade e no intervalo entre os significantes, não sem a produção de um resto, o *objeto a*. A posição de mestria situa no lugar do agente o significante-mestre (S1) que em relação ao outro assume uma atitude de tudo saber. Dito em outras palavras, o que sustenta o mestre na posição de senhor, é que o escravo trabalhe por um saber que é suposto que o Outro o detenha. Lacan (1969-70/ 1992, p. 32) afirma que: "o escravo sabe muitas coisas, mas o que sabe muito mais ainda é o que o senhor quer, mesmo que este não o saiba, o que é o caso mais comum, pois sem isto ele não seria um senhor". Sem a intervenção do escravo, o mestre não sustentaria sua posição.

No discurso do mestre, o saber está no lugar do outro, ou seja, no lugar daquele que deverá renunciar ao gozo. O significante-mestre (S1) ao ser remetido em direção aos meios de gozo, que são aquilo que se chama o saber (S2), determina a castração. É isso que o mestre precisa manter recalcado para poder gozar da *mais-valia, mais-de-gozar*, produto do trabalho escravo. Afirma Melman:

> O laço social se organiza, assim, em torno de uma mentira, já que a verdade da divisão entre S1 e S2, de sua inconciliabilidade, é esse sujeito barrado, corte de onde se articula o desejo e que escapa a todo o controle [...]. A verdade do discurso do mestre é assim essa ex-sistência cuja singularidade não consegue se satisfazer do semblante que ela revela e ao final atribui sua dor; que ela se dê o direito à palavra é suficiente para revelar o semblante do Mestre [...]. O laço social revela-se construído sobre uma negação da castração, a totalidade do Um, ou até seu totalitarismo, devendo se realizar graças ao trabalho do Outro (1985, p. 104).

O desejo que aparece no discurso do mestre é de fato ser um e indiviso. Esse ideal configura-se impossível, na medida em que a condição mesma de aparição do sujeito é a existência da articulação entre dois significantes para, na hiância, restar dividido. A verdade escondida do mestre é a sua divisão subjetiva. O resultado da atuação do mestre na tentativa de elidir a castração é a produção (incessante) do *objeto a*, para sempre perdido. O mestre é incapaz de assumir a relação do sujeito dividido com o *objeto a* (remete-nos à fórmula do

fantasma), posto que há disjunção entre os elementos sob a barra, de modo que nunca será capaz de assumir a causa de seu desejo, enquanto permanecer sob o prisma desse discurso.

O saber assume posição de agente no discurso do universitário. O laço social resulta do desejo de alcançar o *objeto a* através do conhecimento. Fica escandido no lugar da verdade o S1, o que denuncia a impossibilidade de o conhecimento funcionar como uma unidade acumulada e ordenada (como aparece nos livros didáticos), pelo fato mesmo de este significante norteador permanecer recalcado. No lugar do outro, o *objeto a* não é passível de ser apreendido por intermédio da cadeia significante, posto que se situa em seu exterior. Verheaghe (1995, p. 93), aludindo ao discurso do universitário, afirma que "o produto deste discurso é uma sempre crescente divisão do sujeito: quanto mais conhecimento se usa para alcançar o objeto, mais se torna dividido entre os significantes, e o mais distante se afasta de casa, isto é, da verdadeira causa do desejo". O que garantiria a objetividade do discurso do universitário seria a ausência de ligação entre o sujeito barrado e o S1, que determinaria a implicação subjetiva na produção científica.

O discurso da histérica, ao situar o sujeito dividido no lugar de agente, vai incitar o mestre à produção do saber. É preciso que o sujeito assuma o discurso histérico para entrar em análise e isso se deve ao fato de que o saber que ela interroga diz respeito ao seu gozo, *objeto a* (elidido no lugar da verdade) e à sua condição de sujeito que (não sabe o quê) deseja. Saber a verdade do seu gozo aparece como impossível ao sujeito, uma vez que o gozo não está incluído em um saber, pois ele aparece como perda. O que fica claro no posicionamento discursivo próprio à histeria é que a linguagem – que o mestre lança mão para produzir um saber – não é suficiente para circunscrever o gozo. O saber que produz esse discurso mantém recalcado (na posição da verdade) o *a*, o *mais-de-gozar*. O discurso histérico resulta, portanto, em alienação para o sujeito histérico e em castração para o mestre.

No discurso do psicanalista, o saber inconsciente está em posição de verdade. O psicanalista, ao fazer semblante do *objeto a*, é suposto saber esse S2, nunca passível de ser completamente enunciado e silenciado no curso da análise para instaurar a escuta, de modo que o outro (analisando), ao lançar-se na fala, é confrontado com sua divisão subjetiva que lhe é fundante. É quando algo da estrutura sintomática do sujeito não funciona, não anda bem, quando há dificuldade em sustentar-se enquanto sujeito para além da posição de objeto (em relação ao Outro), que um pedido de análise pode ser formulado. O discurso analítico, portanto, permite a aparição do sujeito, ao (re) situá-lo em relação ao significante-mestre que o determina (S1 no lugar da produção).

O analista, ao sustentar a insuficiência do universo do discurso, coloca em causa a castração do Outro, a falha do mestre. O mestre é castrado, porque vai precisar de um saber (S2) que o represente e esse saber não é unívoco. Em certa medida, a função do psicanalista é fazer o saber funcionar como se fosse uma verdade. Esta só permite um semi-dizer e, portanto, a intervenção do analista na direção da verdade tem que escapar ao sentido, remeter ao significante exterior ao universo do discurso, ao significante da falta do Outro. O analista espera que o saber, no fim de análise, opere *como se fosse* verdade, a fim de que o sujeito possa conduzir-se sob a égide do desejo.

Partindo dessas considerações, passaremos à análise da pertinência de entender o "fora-do-discurso da psicose" como relacionado aos quatro discursos. Essa é a leitura que nos propõe Quinet (2006, p. 9), quando afirma que "eles (os sujeitos psicóticos) estão fora-do-discurso e, portanto, fora do laço social por estrutura". O autor fundamenta seu entendimento situando uma partição no ensino de Lacan em dois campos, a saber, o campo da linguagem e o campo do gozo. O primeiro estaria atrelado ao conceito de inconsciente (posto que constitui sua estrutura), bem como às leis da fala e da linguagem (metáfora e metonímia). Quinet (2006) sustenta que Lacan, ao teorizar a respeito do campo da linguagem, emprega o termo "discurso" como equivalente à fala, ou seja, enquanto conjunção do enunciado e da enunciação.

Já o discurso entendido como laço social faria parte do campo do gozo, articulado aos conceitos de angústia e pulsão. Quinet (2006, p. 27) aponta que "o campo do gozo é estruturado por meio dos aparelhos de tratamento de gozo nos laços sociais: os discursos. São eles que constituem a realidade". Assim, se o psicótico está fora do discurso, a conseqüência disso é estar fora do laço social, o que implica uma distorção em relação ao campo da realidade, conforme demonstramos quando da elaboração acerca do Esquema I. Ainda que estabeleça a distinção entre os campos, Quinet (2006, p. 24) alerta-nos de que "o campo do gozo com a teoria dos discursos e a nova concepção de *sinthoma* não exclui o campo da linguagem com suas leis e a referência ao Nome-do-Pai".

Quinet (2006), no entanto, relativiza a impossibilidade de o psicótico inserir-se nos discursos. Sustenta que na esquizofrenia não há possibilidade de participação dos discursos, enquanto laços sociais, posto que a dispersão significante faz com que todos assumam o mesmo valor na economia subjetiva, de modo que o sujeito não dispõe de referências no plano Simbólico. Na paranóia, em contrapartida, o sujeito poderia circular por alguns dos discursos (discurso do mestre e discurso do universitário), de modo a estabelecer laço com o outro.

> O paranóico faz um laço social muito rígido devido à identificação imediata com um significante ideal, ao qual ele se encontra retido devido a mecanismo da retenção (p. 54). A *verhaltung* da paranóia permite ao sujeito, uma vez representado pelo significante, entrar nos laços sociais de uma maneira bem particular (p. 100). A paranóia, instituída como discurso, é uma modalidade de laço social muito forte, o que nos mostra que o paranóico entra nos discursos – o que não quer dizer que possa circular por todos os discursos como o neurótico (QUINET, 2006, p. 115).

A impossibilidade de o paranóico posicionar-se desde o discurso da histérica deve-se ao fato mesmo de que o sujeito não está dividido pela operação de castração, de modo que não teria como fazer semblante de $. Devido à não extração do *objeto a* do campo do Outro, assumir o discurso do analista também não seria viável ao paranóico. Na leitura de Quinet (2006), devido à retenção do significante-mestre, o paranóico poderia inserir-se no laço social tanto desde o discurso do mestre (S1 no lugar do agente), quanto desde o discurso do universitário. Comandado pelo S1 retido (no lugar da verdade), o sujeito vai construir um saber sobre o mundo (ainda que delirante) desde o qual se posicionará como agente do discurso universitário que se dirige ao outro enquanto objeto.

Eidelsztein (2008, p. 119, tradução nossa), em contrapartida, defende que "o fora-do-discurso não implica uma pura desordem, já que resta ao menos uma relação possível com seus outros semelhantes e com os Outros simbólicos, mas sim a impossibilidade, em certas circunstâncias, de localizar-se no discurso, no laço social da palavra". Dado que a possibilidade de laço social está atrelada ao trânsito pelos quatro discursos formalizados por Lacan, mais uma vez observamos que um contraponto foi estabelecido entre o termo "discurso" e os quatro discursos. Para Eidelsztein, portanto, devido ao desaparecimento de certas funções e elementos que operam nas estruturas que pressupõem a extração do *objeto a*, temos que não é possível ao psicótico localizar-se a partir de um dos quatro discursos.

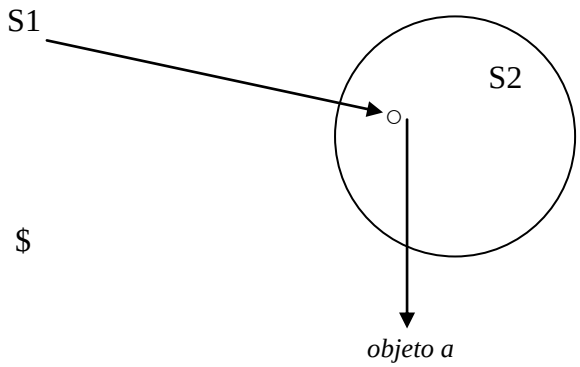
Sartori (2002), em sua leitura da psicanálise, defende a possibilidade de entrada do psicótico no discurso do mestre, desde que ele produza uma significação delirante, diferente da significação fálica, a partir de um significante que vem em suplência ao Nome-do-Pai. Sustenta, ainda, que o sujeito psicótico pode fazer laço social por meio do discurso universitário, ao assumir um saber como inquestionável, devido à elevação do S1 à condição de ideal. Sartori (2002, p. 240) faz uma restrição no que tange à possibilidade de o psicótico posicionar-se desde o discurso da histérica, ao referir que em relação a esse discurso "ao psicótico resta apenas uma identificação imaginária que tende a fracassar, pois o que a histérica quer é um mestre e, no caso da psicose, esse mestre acaba reinando e o sujeito, submetendo-se a ele".

Não obstante essa inviabilidade de inclusão no discurso da histérica, Sartori (2002) argumenta em defesa da possibilidade de o psicótico participar dos outros três discursos, de forma a estabelecer laço social com o outro. Nesse sentido, refere que "o discurso do analista é a via mais provável de o psicótico fazer laço social. [...] o sujeito psicótico é aquele que se insere no discurso – quando se insere – na posição de *objeto a*" (SARTORI, 2002, p. 241). Até agora vimos que, enquanto Quinet (2006) afirma a possibilidade de o psicótico posicionar-se desde os discursos do universitário e do mestre, Sartori (2002) sustenta uma terceira via pela qual o psicótico pode fazer laço com o semelhante e que diz respeito à assunção do discurso do analista. Antes de apresentarmos a nossa leitura da proposição lacaniana do "fora-do-discurso da psicose", nos propusemos a pesquisar como a questão vem sendo entendida, a fim de evidenciar controvérsias e aproximações entre autores que se debruçaram sobre o assunto.

A psicanalista Colette Soler (2007, p. 63) aborda a questão do fora-do-discurso da psicose valendo-se do exemplo de Schreber, a partir do qual indica-nos a sua interpretação de Lacan: "[...] podemos utilizar as letras S1, S2, $ e a com respeito ao psicótico, embora ele esteja fora do discurso. A utilização delas, portanto, será transformada". De que forma? Mais adiante, esclarece: "Assim poderíamos escrever o fora-do-discurso Schreberiano: o significante não representa o sujeito e não há barreira para o gozo" (SOLER, 2007, p. 65). Vemos que, ainda que a autora proponha interpretação diversa, sugerindo uma transformação da relação entre os elementos que compõe os discursos, associa a expressão "fora-do-discurso" aos quatro discursos formalizados por Lacan.

Observamos controvérsias na interpretação dos autores: enquanto Quinet (2006) defende a possibilidade de o paranóico entrar nos discursos (uma vez que a retenção de um significante permite que o sujeito seja representado para outro significante), Soler (2007) afirma que o paranóico (Schreber) está fora do discurso, posto que o significante não representa o sujeito. Temos que é a intervenção do significante-mestre (S1) no campo do saber - lugar do código, do Outro absoluto - que faz furo no Outro e disso resulta a queda do *objeto a* e o sujeito dividido.

Figura 26: Intervenção do S1 no campo do saber e extração do *objeto a.*



Fonte: Elaborada pelo autor.

Se, na paranóia, há a retenção de S1, podemos pensar que esse significante retido faça furo no campo do saber? Se assim fosse, haveria extração do *objeto a*. Mas como pensar em sujeito dividido na paranóia? A certeza delirante não divide o sujeito, posto que o mantém alienado ao desejo do Outro. A divisão subjetiva depende da castração Simbólica, que está ligada à operatividade da lei na regulação da Ordem Simbólica. Para tanto, é preciso a intervenção do significante Nome-do-Pai na metáfora paterna, no desfecho do complexo de Édipo. Mas se não há sujeito dividido na paranóia, então não há extração do *objeto a*. Para resolvermos essa aparente contradição, tomaremos um trecho de *"Ouverture de la section clinique"*, no qual Miller dialoga com Lacan:

> JACQUES-ALAIN MILLER – A clínica das neuroses e a clínica das psicoses necessitam das mesmas categorias, dos mesmos signos? Você acha que uma clínica pode ter seu ponto inicial a partir de uma frase como «o significante representa o sujeito para outro significante », com o que decorre do *objeto a* ? $, *a*, S1, S2, esses termos são apropriados à clínica do psicótico?
>
> J. LACAN – A paranóia, ou melhor, a psicose, é para Freud absolutamente fundamental. A psicose é aquilo diante do que um analista não deve recuar em caso algum.
>
> JACQUES-ALAIN MILLER – Na paranóia, o significante representa o sujeito para outro significante?
>
> J. LACAN – Na paranóia, o significante representa o sujeito para outro significante.
>
> JACQUES-ALAIN MILLER – E é possível situar aí «*fading*», *objeto a*?
>
> J. LACAN – Exatamente.
>
> JACQUES-ALAIN MILLER – Isso deveria ser mostrado.
>
> J. LACAN – Deveria seguramente ser mostrado, é verdade, mas não o farei essa noite.

> SOLANGE FALADÉ – O que se deve pensar sobre o fim de uma análise no caso de um paranóico, se esse fim é a identificação ao *sinthoma*?
>
> J. LACAN - Certamente não apenas o paranóico se identifica ao *sinthoma*, mas também o analista. A psicanálise é uma prática delirante, mas é o que há de melhor atualmente para que se tenha paciência com essa situação que é a de ser homem. Em todo caso, é o que Freud encontrou de melhor, e ele confirmou que o psicanalista não deve jamais hesitar em delirar (LACAN, 1977, p. 12, tradução nossa).

Tentaremos agora circunscrever como entendemos essas colocações de Lacan. Como vimos, o significante que representa o sujeito para outro significante na paranóia (S1 retido) se holofraseia com S2. Assim, não faz furo no saber, não descompleta o campo do Outro. Em decorrência disso, o significante mestre se presentifica na paranóia, o que não ocorre na neurose, em que temos S1 recalcado, inconsciente. A conseqüência disso é que na neurose não há um único significante que designe o ser do sujeito, pois qualquer um pode representá-lo, ao articular-se ao S1 recalcado. Na paranóia, é o S1 retido que representa o sujeito, constituindo o centro do sistema delirante e configurando-se como o significante ao qual todos os demais fazem referência.

Essa configuração significante está na base da auto-referência na paranóia, em virtude da qual o sujeito acredita que os outros o observam, o perseguem, falam a seu respeito, etc. Nessa direção, Quinet (2006, p. 102) aponta que "acreditar-se o único advém da identificação imediata, sem dialética, com o significante unário". Dessas considerações podemos depreender que o significante representa o sujeito para outro significante na paranóia, mas não se trata de um sujeito dividido, mas de um sujeito identificado a um significante ideal. Na esquizofrenia, como vimos, em oposição ao mecanismo da retenção, o que temos é a dispersão significante, de modo que o sujeito não se faz representar no intervalo da articulação.

Lacan (1973/ 2003, p. 475), em *"O aturdito"* alude ao dito esquizofrênico como "apanhado sem a ajuda de nenhum discurso estabelecido". Na esquizofrenia, o saber (S2), ao não estar referenciado a um S1, posto que o significante-mestre é pulverizado, deixa o sujeito à mercê da errância, devido a que todos os significantes têm o mesmo valor. Essa não ordenação do saber decorre da ausência da inscrição de um par ordenado (S1→S2), para que na hiância entre os significantes o sujeito restasse dividido, do que decorreria a perda do *objeto a*. Assim, se um dia os pequenos outros especulares (a → a') falham em fornecer a resposta exigida por dado acontecimento, o sujeito depara-se com uma insuficiência do saber. A cada vez, diante de uma situação inesperada, falta o saber.

A condição para que o sujeito pudesse prescindir do apoio especular diante de um acontecimento desconhecido seria que os significantes que cumprem a função de garantir a existência do sujeito houvessem sido inscritos no campo do Outro (em particular o significante da paternidade, o Nome-do-Pai), o que não ocorre na psicose. Essa operação de inscrição permitiria ao sujeito sustentar-se tendo por único apoio a lei do significante inconsciente. A fala na psicose denuncia a impossibilidade de o sujeito referir-se ao Outro, valendo-se da mediação da metáfora paterna, a fim de situar seu posicionamento no Simbólico. O que aparece abalado na estrutura, portanto, é um ponto de ancoragem, desde o qual o sujeito pudesse se orientar na ordem Simbólica.

Após essa breve consideração que objetivou investigar se na psicose um significante representa o sujeito para outro significante, visto que tal formulação está na origem do discurso do mestre, retomaremos a interrogação acerca da participação do psicótico no laço social, a partir de um dos quatro discursos. Se considerarmos, concordando com Lacan, que o discurso é o que permite o laço social, uma vez que este é fundado na linguagem, seria apropriado supor que o "fora-do-discurso da psicose" implica um "fora do laço social"? Ou Lacan estaria justamente aludindo a uma participação singular no laço social, não comparável ao que podemos observar na neurose?

Na lógica dos quatro discursos, Lacan (1971/ 2009), em seu *Seminário 18: De um discurso que não fosse semblante*, dirá que o semblante está atrelado ao lugar do agente, pois é relativo ao posicionamento do sujeito gramatical (do enunciado) em determinada relação com o outro. Nessa situação, o laço social estaria estabelecido, visto que haveria um pacto entre um sujeito que está em posição de quem demanda e outro, na condição daquele que é demandado. Sob essa perspectiva, o fora-do-discurso da psicose estaria atrelado à impossibilidade de sustentar o lugar de agente do discurso. No esquema L, esse lugar corresponderia ao que Lacan designou como o sujeito, em sua inefável e estúpida existência.

Na psicose, o sujeito pode ocupar a posição de agente da fala, na medida em que dirige palavras ao Outro ou dirige-se ao outro semelhante. A impossibilidade é de posicionar-se enquanto sujeito do discurso desde esse lugar de agente, devido à insustentabilidade do que Lacan designou como semblante. O semblante refere-se à conjunção do Simbólico e do Imaginário, que permite ao sujeito entrar no jogo social através de um dos quatro discursos. Na psicose falta o ponto de ancoragem no Simbólico, a saber, a inscrição do Nome-do-Pai, que funcionaria como ordenador do posicionamento do sujeito no Simbólico, para além das suplências Imaginárias.

Desde essa perspectiva, contrapomo-nos a Quinet (2006), uma vez que não partilhamos da proposição de que o paranóico possa inserir-se em alguns dos quatro discursos, a saber, no discurso do mestre e no discurso do universitário. Embora na paranóia o S1 esteja retido, posicionar-se desde o discurso do mestre acarreta a produção de *objeto a*. Se o par de significantes S1→S2 se holofraseia na psicose, então não há extração, queda, produção de *objeto a*, tampouco sujeito dividido pela operação de castração, $. Daí a impossibilidade de o psicótico inserir-se no discurso universitário: trata-se de um discurso que tem como produto a própria divisão subjetiva, resultado da operação de castração. Essas proposições refutam também a hipótese de Sartori (2002) de o psicótico participar do discurso do analista: se o *objeto a* não é extraído do campo do Outro, como poderia o sujeito assumir sua condição no lugar de agente?

Admitimos que o psicótico possa ficar na condição de objeto, à mercê dos caprichos de um Outro que se configura absoluto, o que não é o mesmo que dizer que ele possa assumir o lugar de *objeto a*, causa do desejo. Em relação à leitura proposta por Soler (2007), não estamos de acordo que possamos utilizar as letras $ e *a* com respeito ao psicótico. Ao nosso ver, não se trata de uma relação transformada entre os elementos que compõem os quatro discursos, mas sim de uma impossibilidade de posicionar-se a partir dos discursos. Isso se sustenta justamente por não haver sujeito marcado pela operação de castração, tampouco extração do *objeto a*, que viria a descompletar o sujeito e o Outro, funcionando como uma abertura para o desejo.

A fim de problematizar o estatuto do discurso na psicose, retomaremos agora a consideração que Lacan faz em *O aturdito*, posto que há divergência na forma como fora interpretada posteriormente por psicanalistas, trazendo reflexos ao ensino e à clínica da psicose. Afirma Lacan:

> O dizer da análise, na medida em que é eficaz, realiza o apofântico[17] [grifo nosso], que, por sua simples ex-sistência, distingue-se da proposição. Assim é que coloca em seu lugar a função proposicional, posto que, como penso haver mostrado, ela nos dá o único apoio que supre o ab-senso da relação sexual. Esse dizer renomeia-se aí pelo embaraço que deixam transparecer campos tão dispersos quanto o

[17] Lacan (1973/ 2003) está se referindo ao conceito de Logos como apofântico utilizado por Heidegger, em *"Ser e Tempo"*, onde o filósofo alemão diferenciava o discurso da proposição: "O discurso deixa e faz ver a partir daquilo sobre o que discorre. O discurso (apophansis) autêntico é aquele que retira o que diz daquilo sobre que discorre de tal maneira que, em seu discurso, a comunicação discursiva revele, e assim, torne acessível aos outros aquilo sobre que discorre. Essa é a estrutura do logos como apophansis" (1927/1988, p. 63).

> oráculo[18] e o fora-do-discurso da psicose [grifos nossos], através do empréstimo que lhes faz o termo "interpretação" (1973/ 2003, p. 491).

Vemos que Lacan (1973/ 1998) estabelece um paralelo entre o "oráculo" e o "fora-do-discurso da psicose", valendo-se da interpretação. Tanto os dizeres do oráculo quanto a interpretação delirante trazem consigo a marca da certeza e da predição. O contraponto ao caráter absoluto dessas proposições estaria no dizer da análise, que ao realizar o apafântico, permite uma abertura para o inconsciente. O apofântico, no processo analítico, seria realizado quando algo da verdade do sujeito vem à tona; o semi-dizer da verdade permite a abertura de outras possibilidades de sentido, rompendo com a univocidade da interpretação. Ao neurótico, a equivocidade pode ser uma via para o inconsciente, favorecendo o processo analítico. Na psicose, tal ocorrência comporta um risco que não podemos negligenciar: ao abalar a certeza de uma interpretação delirante, o sujeito pode desorganizar-se, de modo a favorecer o desencadeamento da psicose.

Eidelsztein (1992, p. 13, tradução nossa), em seu livro intitulado *"Modelos, esquemas y grafos em la ensenanza de Lacan"*, comenta que "o que se quer representar (a noção de sujeito do inconsciente tal como se apresenta na experiência analítica) deve estar presente no que se elege para representá-lo". Nessa passagem, Eidelsztein (1992) não se refere diretamente ao apofântico, mas ao que poderíamos chamar de divisa metodológica em Lacan. Dessa forma, introduz a necessidade do uso da topologia, a fim de satisfazer a exigência metodológica de equivalência entre a estrutura do sujeito e a estrutura daquilo que utilizamos para representá-lo. Trata-se, pois, de lançar mão de formalizações capazes de mostrarem-se homólogas, do ponto de vista estrutural, àquilo que pretendemos demonstrar. A partir de tais princípios metodológicos, teceremos algumas considerações a propósito da estrutura do inconsciente.

Na psicose, a foraclusão de um significante primordial provoca alterações no funcionamento de toda a cadeia significante. Se o inconsciente é o discurso do Outro, de início já podemos propor que esse discurso é articulado como uma linguagem, cujo funcionamento na psicose aparece alterado se comparado à neurose. De que forma? Se o inconsciente é estruturado como uma linguagem, então é constituído por cadeias significantes. Em *Radiofonia* (1970/ 2003), Lacan retoma as operações que permitem o dinamismo da cadeia significante: a metáfora e a metonímia. No campo da lingüística,

[18] Oráculo: resposta de uma divindade a quem a consultava, divindade que respondia a consultas; sentença inspirada e infalível; pessoa cujas opiniões ou conselhos são acatados e inspiram absoluta confiança; palavras ou decisões que emanam de pessoa de grande saber e autoridade (FERNANDES, 1993).

Jakobson designa a metáfora enquanto substituição de um significante por outro, ao passo que a metonímia refere-se à seqüência de significantes em contigüidade, que permite o deslizamento da cadeia.

Assim, pensar o inconsciente como constituído por uma rede de cadeias significantes, permite-nos situar a operação da metáfora enquanto substituição vertical de um significante de uma cadeia por um significante de outra (eixo paradigmático). A substituição configura uma relação em ausência, posto que o significante que decorreu da operação metafórica supõe o apagamento do anterior, que foi substituído. Partindo desses princípios da lingüística, Lacan (1970/ 2003, p. 417), em *Radiofonia*, afirma estar a metáfora "operando a serviço do recalcamento". Mais adiante, esclarece que na operação metafórica

> [...] o significante ressurge como um crec no significado da cadeia superior à barra, e que, se decaiu dela, é por pertencer a uma outra cadeia significante, que não deve de modo algum cruzar com a primeira, posto que, ao fazer com ela discurso, este se modifica, em sua estrutura (LACAN, 1970/ 2003, p. 417).

Temos que o discurso, a partir da operação metafórica, é modificado no que tange à estrutura. Enquanto a metáfora funciona pelo sentido, a metonímia funciona "pelo gozo, em que o sujeito se produz como corte" (LACAN, 1970/ 2003, p. 418). Lacan (1970/ 2003) refere-se ao gozo do Outro enquanto gozo do corpo, na medida em que este se torna o lugar do Outro. No que diz respeito ao corte que permite o advento do sujeito, este remete-nos ao ponto de basta, que engendra o sentido na cadeia e para o sujeito por retroação. Além disso, faz a amarragem que impede a desarticulação, o descarrilhamento da cadeia significante. Com o propósito de elucidar a função do ponto de basta, retomaremos brevemente algumas considerações que Lacan (1955-56/ 2008) apresenta-nos ao final do *Seminário 3: As psicoses*.

Nesse Seminário, Lacan (1955-56/ 2008, p. 311) refere que ponto de basta é "o ponto de convergência que permite situar retroativa e prospectivamente tudo o que se passa nesse discurso". Mas de que forma o ponto de basta remete à incidência do significante Nome-do-Pai? É a operatividade da função paterna que permite a amarração do significante com o significado. Assim, a não intervenção do pai na relação dual da mãe com a criança faz com que o ponto de basta não opere sua função. Disso decorre que "[...] na experiência psicótica, o significante e o significado se apresentam de uma forma completamente dividida. [...] o sujeito despersonaliza seu discurso" (LACAN, 1955-56/ 2008, p. 312).

Em *"O aturdito"*, Lacan (1973/ 2003) retoma suas considerações acerca do discurso a partir da relação entre o dizer e o dito. Se tomarmos o discurso como estrutura, que, portanto,

não é equivalente à fala, poderemos articular de que forma aparece implicado nessa relação. Para elucidá-la Lacan (1973/ 2003, p. 448) parte da frase: "Que se diga fica esquecido por trás do que se diz em o que se ouve". É, pois, o dito que fica esquecido por trás do dizer, de modo que não há um sem o outro. Lacan (1973/ 2003, p. 451) deixa isso claro ao afirmar que "o dito não vai sem o dizer". Enquanto o dito se coloca como verdade, do qual só é possível um semi-dizer, o dizer adquire seu sentido do lugar em que giram os quatro discursos. Por essa ótica, o discurso é situado na ordem do dizer. A estrutura do discurso determina a possibilidade de que haja um dizer que faça referência ao dito. É nesse artigo que Lacan (1973/ 2003, p. 475) especifica o dito esquizofrênico enquanto "apanhado sem a ajuda de nenhum discurso estabelecido".

Dissemos que é através do giro dos discursos que o dizer assume seu sentido. Em relação à psicose, Lacan (1973/ 2003, p. 466) refere que "é pela irrupção de Um-pai como sem razão que se precipita o efeito sentido como de forçamento para o campo de um Outro a ser pensado como o mais estranho a qualquer sentido". O fora-do-discurso da psicose é correlato, pois, a um dizer esvaziado de sentido. Na neurose, "eles [a saber, os discursos] o circunscrevem [a saber, o dizer] como real, isto é, pelo impossível, o que se anuncia como: não há relação sexual" (LACAN, 1973/ 2003, p. 454). O psicótico faz a relação sexual existir. Ocorre que na psicose há a elisão do significante fálico, que introduziria a falta no campo do Outro, e permitiria ao sujeito orientar-se na partilha dos sexos.

Na psicose, há universo do discurso, há uma totalidade, há o saber sem falta, o que faz com que o Outro saiba a respeito do sujeito. Se um significante falta (tal como ocorre na neurose e na perversão), então não há universo do discurso, o que permite ao sujeito o trânsito por entre os discursos estabelecidos. Nesse sentido, Lacan (1973/ 2003, p. 489) refere que "um discurso, seja ele qual for, funda-se ao excluir o que a linguagem introduz de impossível, ou seja, a relação sexual". Como vimos, em *"De uma questão preliminar..."*, Lacan (1955-56/ 1998) aborda o discurso na psicose a partir do que ocorre no funcionamento da linguagem. Já em *"O aturdito"* (1973/ 2003), o fora-do-discurso da psicose aparece referido aos discursos enquanto modalidades de laço social. A respeito das modificações quanto à designação do termo "discurso" na obra de Lacan, Soler propõe:

> Quando o que Lacan designa como estrutura já não é unicamente a estrutura da linguagem, mas a estrutura do discurso, que inclui um elemento heterogêneo ao significante, será que a foraclusão continua a ser a chave essencial para a abordagem da psicose? Essa é a questão da retroação da definição da psicose como fora-do-discurso à tese da foraclusão (2007, p. 12).

A autora aponta para um elemento heterogêneo ao significante que, supomos, seja da ordem do Real, e que intervém na estrutura do discurso. Possivelmente trate-se de uma referência ao gozo como o que aparelha os quatro discursos. Assim, somos levados a supor que esse elemento heterogêneo ao significante faça alusão ao *objeto a*, *mais-de-gozar*, necessário à construção do matema dos quatro discursos. É o significante da falta no Outro (significante fálico) que barra o gozo e faz com que o Outro se torne inconsistente. Como na psicose não há a operação do significante Nome-do-Pai na metáfora paterna, que viria a limitar o gozo do Outro e promover o advento da significação fálica, o sujeito vê-se diante de um Outro absoluto. A referida retroação da definição da psicose como fora-do-discurso à tese da foraclusão está em consonância com nossa proposição de que o que está em causa na teorização lacaniana é uma mudança de perspectiva que introduz novos elementos para pensar a psicose que não se contradizem, mas se superpõe. A seguir, nos proporemos a desenvolver as especificidades do trabalho analítico com a psicose.

9 O TRATAMENTO ANALÍTICO DA PSICOSE

Em sua *Conferência XXXIV: Explicações, aplicações e orientações* Freud (1933/ 1996, p. 151) refere "a radical inacessibilidade das psicoses ao tratamento analítico, tendo em vista a estreita relação delas com as neuroses, que deveria limitar nossas pretensões com referência às últimas". A passagem indica-nos não só que há pontos de semelhança entre neurose e psicose, mas também que esses constituem aspectos refratários à análise. Mais adiante, Freud reitera que

> o campo de aplicação da terapia analítica se situa nas neuroses de transferência – fobias, histerias, neuroses obsessivas – e, além disso, anormalidades de caráter que se desenvolveram em lugar dessas doenças. Tudo o que difere destas, as condições narcísicas e psicóticas, é inevitável em grau maior ou menor. Seria inteiramente legítimo acautelar-nos dos insucessos, excluindo cuidadosamente esses casos. Tal precaução levaria a uma grande melhora nas estatísticas da análise. Todavia, aqui há uma armadilha. Nossos diagnósticos são feitos após os eventos" (1933/ 1996, p. 152).

Sendo inevitável, a psicanálise não seria aplicável ao campo das psicoses. Lacan (1955-56/ 1998), entretanto, no artigo intitulado *"De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose"*, reafirma a possibilidade de um trabalho analítico com a psicose, fornecendo-nos elementos que, ao serem desdobrados teoricamente, permitiram-nos abrir caminhos para pensar a clínica. Se a clínica psicanalítica, para operar seus efeitos, visa ao sujeito da enunciação, inconsciente, o qual coincide com o discurso do Outro, é preciso interrogar que Outro está implicado na psicose, a fim de lançar luz sobre as peculiaridades do discurso.

Buscaremos agora, a partir das articulações que realizamos em torno da menção de Lacan (1973/ 2003, p. 492) do "fora-do-discurso da psicose", interrogar os desdobramentos dessas proposições para o tratamento analítico. Reiteramos que considerar o fora-do-discurso como implicando em uma distorção nos esquemas (L, Z e R), como relativo à supressão do segundo andar do Grafo do Desejo ou como fora dos quatro discursos não é sem implicações para o tratamento. Cabe aqui a ressalva de que tais interpretações das peculiaridades do discurso na psicose não são mutuamente excludentes; trata-se, antes, de uma leitura do percurso teórico e metodológico de Lacan que nos permitiu analisar como a noção de discurso foi sendo construída e modificada, a partir da topologia, até que a objeção ao termo "discurso" para a psicose fosse enunciada por Lacan em 1973.

Iniciaremos problematizando a transferência na psicose. Será que para haver laço transferencial é preciso o estabelecimento do laço social pela via dos discursos? Em seguida, enfocaremos a construção ficcional do delírio no tratamento analítico da psicose, por considerarmos fazer referência ao encontro da psicose com o social. Abordaremos, ainda, de que forma, por intermédio da escrita e do testemunho, uma suplência pode vir a ser construída pelo sujeito para aquilo que foi rechaçado do Simbólico. Por fim, com o propósito de lançar luz sobre a direção da cura da psicose, estabeleceremos um contraponto entre a clínica das neuroses, balizada pelo trânsito de um discurso a outro, e a posição do analista na clínica das psicoses. Assim, nosso intuito é ampliar a compreensão da relação entre as formalizações lacanianas e os conceitos da psicanálise, a fim de enunciar contribuições que a topologia pode trazer à prática analítica.

9.1 A psicose e o amor de transferência

Como vimos, na psicose há participação da trama social, na medida em que o sujeito fala e compartilha da linguagem comum. Entretanto, no encontro com o outro podemos pensar que haja laço transferencial na psicose? Sabemos que esses sujeitos são capazes de estabelecer relações intensas com o outro, tal como é possível observar em casos descritos na literatura psicanalítica, tal como a Aimée de Lacan. Entretanto, se a transferência pode ser colocada em cena na psicose, suspeitamos que esta não seja equiparável a que se desdobra na neurose. Pensar a psicose em relação ao discurso, tal como estamos investigando, implica considerar como o sujeito se posiciona na relação que propõe ao outro. Resta-nos interrogar se na psicose poderíamos pensar em um "laço transferencial".

Não há consenso na literatura psicanalítica sobre esse ponto. Mas não seria por intermédio da transferência que o analista poderia articular a hipótese acerca da estrutura do sujeito? Se concordarmos com a afirmação de Soler (2007, p. 124) de que "a transferência é uma relação simbólica que inclui o sujeito suposto saber" e considerarmos que na psicose o saber não é suposto ao outro, mas o que há é a certeza de que o outro sabe, então seria possível supor que o sujeito psicótico não estabelece laço transferencial. Soler (2007, p. 124) afirma que "apesar de estarem [a saber, os psicóticos] fora tanto da transferência quanto do discurso, esses sujeitos não deixam de estabelecer uma eventual relação de confiança com alguns de seus semelhantes".

Tal observação remete-nos à pertinente preocupação freudiana acerca da aplicabilidade da psicanálise à psicose. Freud (1912/ 1996, p. 118), em *"A dinâmica da*

transferência", admite a possibilidade de que a transferência esteja em jogo na psicose, ao afirmar que "[...] onde a capacidade de transferência tornou-se essencialmente limitada a uma transferência negativa, como é o caso dos paranóicos, deixa de haver qualquer possibilidade de influência ou cura". Se a psicose é resultado de uma perturbação nas relações que o Eu mantém com o mundo externo, idéia apresentada por Freud (1923/ 1996) em *"Neurose e psicose"*, essa perturbação tem certamente conseqüências no estabelecimento do laço transferencial.

A erotomania[19] é postulada por alguns autores como modalidade da transferência na psicose e tem como ponto de partida o sentimento de amor. A erotomania se desencadearia a partir de um postulado fundamental que se refere, invariavelmente, ao amor do objeto pelo sujeito. Os delírios interpretativos seriam, então, decorrentes de uma inversão da lógica: *"não sou eu que o amo, é ele que me ama"*. Dessa inversão derivariam as idéias paranóicas de que o objeto destinatário do amor erotômano é perseguidor, podendo culminar em um sentimento generalizado de desconfiança.

> No que se refere à transferência, repetidamente discutida, tudo indica que ela exista na psicose. Mas, diferentemente das neuroses, onde estas desenvolvem uma neurose de transferência, na psicose se desenvolve uma psicose passional. A este processo denominaremos erotomania de transferência, sendo a erotomania a modalidade de amor de transferência própria da psicose (BROCA, 1985 apud MEZÊNCIO, 2004, p. 1).

Na situação analítica, ao lançar-se na fala, o sujeito vai aludir à construção de seu delírio. O analista assume uma posição que Lacan chamou de "secretário do alienado"; trata-se de uma disponibilidade por parte do analista de escutar o testemunho de sujeito de sua relação sem mediação com o Outro. As interpretações delirantes que o sujeito constrói freqüentemente trazem à tona uma dimensão de certeza, que é parte de uma rede de pensamentos articulada de forma lógica e coerente. O risco a que o analista está confrontado é de não perceber ou demorar a formular a hipótese, por intermédio da transferência, de estar diante de uma psicose. A identificação, "compreensão" ou alienação do analista em relação à construção delirante, pode conduzir a uma reinstauração, na transferência, da conhecida "loucura a dois".

---

[19] A erotomania foi primeiramente descrita em um estudo publicado pelo psiquiatra francês Gaëtan Gatian Clérambault (1872-1934/ 1921) intitulado *"Les Psychoses Passionelles"*. Lacan (1946/ 1998, p. 169), em seu artigo intitulado *"Formulações sobre a causalidade psíquica"*, refere que Clérambault foi seu único mestre na observação dos doentes.

Além disso, insistir na imaginarização da cena analítica pode levar ao desencadeamento da psicose por instigar elementos constitutivos do delírio, que podem conduzir à dissolução imaginária e colocar em cheque a fragilidade da ancoragem Simbólica. Miller (1996, p. 156) alerta para a especificidade do objeto na erotomania de transferência, ao afirmar que "quem se oferece como suporte da epistemofania torna-se um objeto erotomaníaco". Assim, o objeto de investimento amoroso é situado em uma posição de encarnação do saber, o que pode conduzir à interpretação delirante de que aquilo a propósito do quê o outro – objeto de amor – sabe diz respeito ao próprio sujeito. Para exemplificar, lembremos que Aimée encontrava ameaças publicadas nos jornais, reconhecia fatos de sua vida descritos nos romances de um autor famoso, de modo a formular um delírio de perseguição que a situava no centro da trama.

Ao abordarmos a transferência na psicose estamos aludindo a um modo singular de relação fundada no amor. Na erotomania, o psicótico situa-se enquanto amado, colocando-se em posição passiva no delírio. A relação de amor que enlaça, entretanto, por não estar balizada pela castração, faz com que o amor total que o sujeito supõe dirigido a ele se torne alienante; a falta no Outro aparece obliterada para o sujeito, há idealização do objeto, que passa a ocupar posição central em sua vida. É assim que o amor erotomaníaco promove uma captura imaginária do sujeito. No contexto da análise, a relação transferencial que o psicótico coloca em cena é orientada, portanto, preponderantemente pelo Imaginário.

Lacan (1955-56/ 2008, p. 296) refere que "para o psicótico uma relação amorosa é possível abolindo-se como sujeito, enquanto ela admite uma heterogeneidade radical do Outro. Mas esse amor é também um amor morto". É um amor morto, pois está sustentado na morte (subjetiva) do sujeito diante de um Outro absoluto, em relação ao qual assume posição de objeto de gozo. A distorção dos elementos que compõem o campo de realidade na psicose, apresentada no Esquema I, mostra esta desregulação do gozo, devido à elisão do significante fálico (Φ), que viria a limitar e circunscrever o gozo do Outro. É essa condição de objeto de gozo, à mercê dos caprichos do Outro, que o psicótico remonta na relação com o outro, ao estabelecer uma transferência maciça.

O desencadeamento da psicose se dá justamente quando o sujeito já não sabe mais o que o Outro quer dele, o que surge acompanhado de uma perplexidade e é descrito como um momento de intensa angústia. A não operatividade do Pai Imaginário do segundo tempo do Édipo, que viria a denunciar a castração da mãe, faz com que na psicose reatualize-se a relação dual especular no estabelecimento do laço transferencial com o outro. Isso fica claro na proposição da ocorrência de um achatamento horizontal no Esquema L na psicose, cuja

principal conseqüência seria uma ausência de intervalo entre o sujeito e o Outro. Isso porque o pequeno outro, ao qual o Outro fica sobreposto, é a própria imagem especular do sujeito.

A transferência possibilita a reatualização da posição que o sujeito ocupou quando se defrontou com impasses em sua estruturação em um momento no qual não dispunha de referências simbólicas que permitissem superá-los. É no primeiro tempo do Édipo que aparece uma identificação especular da criança àquilo que supõe ser o objeto que satisfaria a demanda da mãe. Essa "colagem imaginária" mantém a criança na posição de objeto de gozo da mãe. Aparentemente, a única saída possível para uma relação de amor totalizante, para sair da posição de objeto de gozo do Outro, seria a própria morte. Talvez essa relação de entrega aos ditames do Outro faça referência à transferência mortífera na psicose.

A transferência é maciça na psicose devido a não operatividade da metáfora paterna, que ao mesmo tempo em que tem função ordenadora, introduz a dimensão da dúvida, ao situar o sujeito em relação a um Outro também marcado pela falta. A erotomania, enquanto modalidade de transferência na psicose, traz em sua manifestação, nas palavras de Lacan:

> O lado preponderante, esmagador, proliferante, dos fenômenos de auditivação verbal, a formidável captação do sujeito no mundo da fala, que não é apenas co-presente em sua existência, que não constitui apenas o que falei da última vez um acompanhamento falado dos atos, mas uma perpétua intimação, solicitação, e mesmo ultimato, manifestando-se nesse plano (1955-56/ 2008, p. 363).

É a propósito desse ser que fala ao sujeito desde um lugar Outro que o analisando vai trazer seu testemunho na situação analítica. Cabe aqui uma ressalva que é relativa à atitude diante do saber, dado que Lacan propôs a figura do Sujeito Suposto Saber como ordenadora da transferência. Na psicose, o sujeito dirige-se a um Outro totalizado, não marcado pela falta, e a conseqüência disso na transferência é uma relação com um outro a quem o saber não é suposto, mas é tomado como fato. Se atentarmos para o modo de operatividade de um delírio já estruturado, veremo-nos diante da dimensão de certeza que atravessa a fala na psicose. Eis um impasse no manejo da transferência na clínica da psicose: qualquer afirmação que contrarie ou até mesmo questione a construção delirante poderá ser tomada como indução ao engano, pois o delírio aparece ao lado da certeza.

A análise com psicóticos inclui o testemunho do modo como o sujeito coloca em cena o amor, que é concernente à busca de uma explicação para a relação sem mediação com o Outro que o sujeito experimenta. Posicionar-se em relação ao desejo, entretanto, constitui uma impossibilidade na psicose, posto que implica relações entre os elementos localizados por

Lacan no segundo andar do Grafo do Desejo. Se na psicose há supressão do segundo andar do grafo, então o sujeito não ascende ao desejo, mas permanece preso ao circuito da demanda.

> O Outro é um lugar e seu discurso é o inconsciente. [...] Ao articular a fala, o lugar do Outro aparece e é transferido àquele a quem eu a endereço, pois ela é também minha demanda. Assim a fala institui o Outro do amor, que é o Outro da transferência, lugar que o analista é chamado a ocupar" (QUINET, 2001, p. 2).

Ao analista, cabe suportar ser o destinatário da construção delirante do sujeito; assim, abre a possibilidade de acolher a busca do psicótico por significantes que possam funcionar como suplência a não inscrição do significante Nome-do-Pai no registro do Simbólico. Tais significantes teriam a função de permitir uma reordenação do mundo e uma contenção para o gozo invasivo e desregulado. O psicótico, ao constatar que seu delírio não é compartilhado socialmente, clama por legitimação e a busca por intermédio do testemunho que profere. O analista, para sustentar um lugar que sirva de palco à colocação em cena da transferência, não pode furtar-se de um co-delírio advertido, diríamos, que ao mesmo tempo não recuse as produções do inconsciente que lhe são endereçadas e, por ser advertido, não interpele a fragilidade do Simbólico.

9.2 A construção ficcional do delírio

Sabemos que a verdade do sujeito, em psicanálise, é da ordem do ficcional ou, em outras palavras, o que dela podemos enunciar tem estrutura de ficção. Isso porque, na neurose, devido à ação do recalcamento, do inconsciente só temos notícias através da "abertura" permitida por aquilo que Freud designou por formações do inconsciente. É por isso que a verdade aparece sob a barra na formalização lacaniana dos quatro discursos. No matema dos discursos a barra cumpre a função de ser o sinal que estabelece a resistência à significação, remetendo, pois, à operação do recalcamento. Se a verdade permite apenas um semi-dizer, então aquilo que o sujeito supõe ser idêntico a si mesmo não passa de uma construção ficcional. O discurso analítico aponta para a possibilidade de que o saber possa funcionar "como se" fosse verdade. Isso porque o psicanalista considera a impotência do saber em abarcar a verdade do sujeito; a impossibilidade, pois, da existência de um Outro absoluto. Eis porque o neurótico vê-se constantemente confrontado pela dúvida.

> A ficção da identidade pessoal se torna inconveniente quando esquece sua condição ficcional e se apresenta como a verdade absoluta do sujeito. Se acho que consigo

> responder à pergunta "quem sou eu?", então acho que consigo saber quem é o outro [...] O próximo passo é tomá-lo como bode expiatório de quaisquer crimes ou desastres, eliminando-o ou ao menos reificando-o para me reafirmar por oposição (BERNARDO, 2010, p. 26).

Poderíamos pensar que o *sinthoma* neurótico, ao valer-se do significante Nome-do-Pai para a sustentação da união entre os três registros, assume estrutura de ficção. Para dizer a respeito de seu ser (*quem sou eu?*) o sujeito teria que sair de si para poder ver-se, o que configura uma impossibilidade. A saída possível para o neurótico dizer de si, que poderia ser atrelada à constituição da realidade, seria a construção de uma ficção (a realidade é sempre ficcional). Para que essa construção de si possa acontecer, o sujeito precisa do outro, vale dizer, precisa do laço social da palavra para criar a "verdade" ficcional de seu ser. Na psicose o *sinthoma*, para cumprir com sua função de amarragem entre os registros, teria a tarefa adicional de funcionar como suplência ao Nome-do-Pai, que não foi inscrito. Na psicose, a noção de identidade ficaria, nas palavras de Lacan,

> [...] reduzida ao confronto com seu duplo psíquico que, além disso, deixa patente a regressão do sujeito, não genética, mas tópica[20], ao estádio do espelho, na medida em que a relação com o outro especular reduz-se aí a seu gume mortal (1955-56/ 1998, p. 574).

Isso porque se a lei Simbólica não opera, a falta-a-ser da mãe – que permitiria a aparição do desejo da criança – não se constitui. No desencadeamento da psicose ocorre o que Lacan descreve como dissolução imaginária, que abre uma hiância na consistência do campo do Imaginário, que servia de sustentação ao sujeito. O modelo fornecido pelo outro semelhante não é mais suficiente para fazer frente à situação. Soma-se a isso o vão apelo feito no Simbólico à referência ao Nome-do-Pai. A crise ocorre supostamente quando o sujeito depara-se com uma circunstância, a qual não sabe como responder, que funciona como uma injunção, ocasionando a desarticulação dos registros (Real, Simbólico e Imaginário). A conseqüência seria uma regressão tópica ao estádio do espelho, que implica um assujeitamento aos ditames do Outro, numa relação dual alienante.

Essas considerações permitiram-nos levantar algumas questões, que consideramos relevantes para pensar a clínica das psicoses: a ficção traria consigo a possibilidade de circunscrever aquilo que é da ordem do inenarrável e que se localiza na exterioridade do discurso? Supondo que o inenarrável faça referência à verdade do sujeito, como pensar a

[20] No artigo *"De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose"*, Lacan (1955-56/ 1998, p. 549) retoma a distinção apresentada por Freud a propósito da regressão tópica (na estrutura), genética (no desenvolvimento) e temporal (na história).

verdade na psicose, posto que esta não pode ser situada sob a barra do recalque? Aquilo que é da ordem do inconsciente e que compõe a realidade para o sujeito seria transposto, pois, à construção ficcional do delírio. Por que ficcional? Em se tratando de realidade, como vimos, esta sempre será uma ficção. Tal é assim que uma mesma situação experenciada por dois sujeitos simultaneamente não suscitará neles os mesmos efeitos psíquicos, tampouco será relatada, interpretada e vivenciada de forma análoga.

Não seria isso, entretanto, que nos permitiria distinguir neurose e psicose. Freud (1924/ 1996, p. 205) em *"A perda da realidade na neurose e na psicose"*, aponta que uma das características que possibilitaria tal diferenciação seria o fato de "em uma neurose o ego, em sua dependência da realidade, suprimir um fragmento do id (da vida instintual), ao passo que, em uma psicose esse mesmo ego, a serviço do id, se afasta de um fragmento da realidade". A construção delirante pode ser pensada, pois, como vindo a compor esse fragmento. Partindo dessas considerações, gostaríamos de colocar em relevo uma hipótese a que essa investigação parece ter-nos conduzido e que diz respeito à imbricação existente entre a ficção e o laço social.

A ficção, a exemplo da escrita de um livro que apresenta uma história inventada, traz consigo a possibilidade de criar um referente compartilhável. Assim, a ficção constituiria, pois, alternativa para lidar com o inominável, com aquilo que é da ordem do Real. Entretanto, um aparente paradoxo se nos apresenta quanto à eficácia do dispositivo ficcional na construção do delírio na psicose. Bernardo (2010, p. 15) menciona que "temos acesso ao real apenas através da mediação dos discursos; todo discurso elabora ficções aproximativas à realidade, portanto, todo discurso funda-se pela ficção; logo, todo discurso é ficcional".

O fato de Lacan (1973/ 2003) situar a psicose como "fora-do-discurso" e de Bernardo (2010) ter-nos alertado acerca do caráter ficcional de todo discurso, não impede que o psicótico lance mão da ficção para elaborar a trama de seu delírio, ainda que não se valendo de nenhum discurso estabelecido. Se o discurso é ficcional, nem tudo que é ficção necessariamente está incluído nos quatro discursos formalizados por Lacan. É preciso, entretanto, justificar essa proposição; o faremos a partir da articulação de postulados dos próprios autores em questão. Lacan (1932/ 1976, p. 267) refere que "o que encontramos na gênese do delírio é, pois, uma deficiência do princípio de contradição, tomado em seu sentido mais geral". Em razão dessa deficiência, o sujeito vê-se diante da certeza inabalável do delírio.

Se as ficções são "construções mentais que preenchem os buracos da realidade" (BERNARDO, 2010, p. 23), então os delírios podem ser postulados como ficcionais.

Bernardo (2010) aponta, ainda, a contradição como característica inerente à ficção. Sob essa perspectiva talvez possamos situar o ficcional em causa no delírio como apontando em direção ao "caminho da cura", tal como propôs Freud, uma vez que abriria brechas para que a contradição viesse a interrogar a certeza da construção delirante. Certamente, construir uma realidade ficcional não é o que marca a diferença entre neurose e psicose, mas vimos que na psicose essa construção aparece no delírio.

Buscamos nesse subcapítulo investigar o ficcional da construção delirante e em que medida a ficção pode servir de anteparo ao sujeito psicótico frente à angústia que o encontro com o Real suscita, devido à fragilidade da ancoragem Simbólica. A seguir, faremos referência a alguns fragmentos do caso Aimée, com vistas a buscar em sua construção delirante pistas que conduzam a esclarecimentos atinentes às nossas indagações teóricas. Retomaremos considerações da tese de Lacan (1932/ 1976), intitulada *"Da psicose paranóica em suas relações com a personalidade"*, buscando estabelecer uma distinção entre passagem ao ato e do *acting-out*.

9.3 *Acting-out* e passagem ao ato na psicose

Lacan (1932/ 1976) apresenta o caso Aimée como se tratando de uma paranóia de autopunição; afirma que os mecanismos psíquicos de autopunição têm uma gênese social e constituem correlatos subjetivos do sentimento de culpa. Desempenhou papel proeminente na gênese do delírio de Aimée a relação com sua irmã mais velha, diante de quem se sentia inferior e, de certa forma, mais "culpável". Lacan (1932/ 1976) sustenta que todo o delírio de Aimée pode ser entendido como uma transposição de um ódio, cujo objeto direto ela se recusa a reconhecer. A figura que assumiu função de principal perseguidora para Aimée foi sua amiga íntima, a qual supostamente fornecia informações privilegiadas a seus inimigos. A infância de Aimée foi marcada por uma relação intensa com a mãe e a irmã, o que permitiu a Lacan (1932/ 1976) estabelecer um paralelo entre a estruturação da psicose e a situação familiar infantil.

Aimée sempre aspirou a ser escritora, tendo produzido diversos escritos, porém nunca conseguiu publicá-los. Através da escrita, Aimée, a semelhança de outros casos de psicose, volta as costas a seu círculo social mais próximo (em relação ao qual se vê fracassada) para dirigir-se a uma coletividade ampla que supostamente poderia compensá-la de seu fracasso. A questão do laço social não é, pois, secundária à direção da cura na psicose. Costa (2008, p. 16) postula que "a escrita [do caso clínico] se orienta pelo que resta de irresolução".

Arriscaríamos acrescentar que também a escrita psicótica, que propicia ao sujeito a construção de uma ficção, traz consigo traços do conflito inconsciente experimentado pelo sujeito, com vistas a compor com o que resta de irresolução.

A autora propõe, ainda, que a escrita é uma "tentativa de transposição dos efeitos de uma transferência, naquilo que de real ela toca" (COSTA, 2008, p. 23). Pensamos que também esse ponto tem sua aplicabilidade no âmbito das psicoses, a exemplo de Aimée, que tinha na escrita uma via de elaboração. A propósito da possibilidade de lançar mão da ficção diante do inenarrável, Costa (2008) propõe que a necessidade de escrever está relacionada ao que não cessa de não se escrever, tomando o impossível enquanto operador que demanda inscrição. Ora, o que não foi inscrito na psicose é o Nome-do-Pai, que resta foracluído. Costa (2008, p. 25) acrescenta: "É a necessidade de inscrição do que teria sido um acontecimento é o que nos leva a precisar produzir a escrita, um leitor".

Não temos dúvidas de que as idéias delirantes intervenham no processo de escrita, o qual, por visar à publicação (tal como Aimée almejava), coloca em causa a incidência daquilo que é da ordem do social na problemática psicótica. A partir da frustração de nunca ter seus trabalhos aceitos para publicação é, também, que se seguem as idéias delirantes de perseguição de Aimée, bem como a erotomania, a qual será direcionada ao príncipe de Gales. Para Aimée, o que se apresentava no cerne do delírio era atinente a uma obsessão passional, marcada pela ambivalência das concepções delirantes. A propósito do conteúdo do delírio na paranóia, Freud (1911/ 1996) considera que pode deduzir-se das diferentes denegações que se opõem à confissão libidinosa inconsciente.

Partiremos, pois, da análise da inversão que ocorre na erotomania de transferência para, a seguir, articularmos ao ficcional da construção delirante. Lacan (1932/ 1976) define o delírio de Aimée como uma autêntica erotomania homossexual. Isso porque na consolidação da erotomania para o sujeito, o pensamento que surge primeiramente como imperativo pode ser descrito por: *Eu amo a ele* (o objeto de amor homossexual). Esse postulado inicial, por não ser aceitável para o sujeito, é modificado através da denegação.

> A primeira denegação possível, *Eu não o amo: o odeio*, projetada secundariamente em *Ele me odeia*, dá o tema da perseguição. [...] A segunda denegação possível: *Eu não o amo: é ela* (o objeto de sexo oposto) *a quem amo*, projetada secundariamente em *Ela me ama*, dá o tema erotomaníaco[21]" (LACAN, 1932/ 1976, p. 237).

[21] Lacan (1932/ 1976) está retomando o que fora apresentado por Freud (1911/ 1996), em *"Sobre o mecanismo da paranóia"*, quando situou a fantasia de desejo homossexual na base da paranóia. No artigo, Freud (1911/ 1996) formula pormenorizadamente as contradições possíveis da proposição "eu o amo". Refere que "os delírios de ciúme contradizem o sujeito, os delírios de perseguição contradizem o predicado, e a erotomania contradiz o objeto" (FREUD, 1911/ 1996, p. 72). A título de curiosidade, posto que não constitui o propósito principal de

Nessa última hipótese, é como se a iniciativa amorosa partisse do objeto e não mais do sujeito que produziu o delírio. Nessas inversões aparece implicado exemplarmente o ficcional da construção delirante. Lacan (1932/ 1976, p. 247), a propósito de Aimée, refere que "o delírio significa tanto o conflito afetivo inconsciente que o engendra como a atitude de autopunição que nele adota o sujeito". Aponta, ademais, que o conflito gerador é quase sempre decorrente de uma situação familiar experenciada na infância pelo sujeito, de modo que a manutenção da psicose dependeria da permanência do conflito gerador (em causa na construção do delírio). O acontecimento que determinou sua internação no Hospital Sainte-Anne ocorreu em uma noite na qual Aimée foi ao teatro, onde uma artista famosa, que também era identificada como perseguidora, se apresentaria. Acabou por atacá-la com uma navalha; foi presa por um período e logo internada.

Antes desse episódio, Aimée já havia apresentando outras internações a pedido de seus familiares. Os delírios de perseguição de Aimée também aparecem associados a uma idéia recorrente: *"querem matar meu filho"*. Lacan (1932/ 1976, p. 240), em nota de rodapé da mencionada tese, interpreta que "a satisfação autopunitiva, presente na base da cura, estaria determinada em parte pela 'realização' da perda definitiva do filho". Após o ato contra a atriz, Aimée experimenta alívio afetivo e a queda brusca do delírio. Isso possibilitou uma compreensão, *a posteriori*, daquilo que contribuiu para a remissão da convicção delirante de Aimée: o fato de na consumação desse ato ela haver agredido a si mesma, de modo a apaziguar o sentimento de culpa por intermédio da autopunição.

Não podemos, entretanto, falar de ato indiscriminadamente, sem estabelecermos distinções fundamentais. No *acting-out* o sujeito está em transferência com aquele a quem endereça o ato, de modo que a ação é passível de interpretação e pressupõe um direcionamento ao outro. A *passagem ao ato*, em contrapartida, não tem endereçamento. Diante da impossibilidade de simbolização de um acontecimento, o sujeito agiria a fim de inscrever uma marca no Real. Quinet (2006, p. 42) aponta que na psicose o ato pode apresentar duas vertentes: ataque ao outro, numa "tentativa de barrar o Outro do gozo que o persegue, prejudica ou que lhe quer mal ou até mesmo bem (erotomania)", ou tentativa de cura, enquanto tentativa de inserção social, entendida como inclusão em algum dos discursos.

Calazans e Bastos (2010, p. 248) apresentam-nos interpretação diversa sobre o que seria um ato na psicose, ao considerarem "tanto os atos quanto os sintomas como formas de

---

nossa investigação, Freud (1911/ 1996, p. 72) sublinha uma terceira denegação possível: "Eu não o amo: é ela quem o ama", a qual daria o tema do delírio de ciúmes. Menciona, ainda, uma quarta denegação: "Eu não o amo. Eu não amo a ninguém. Eu não amo mais que a mim" (FREUD, 1911/ 1996, p. 72), a qual explicaria a gênese dos delírios de grandeza.

resposta à angústia e de solucionar a crueza de deparar-se com o objeto sem um véu ou sem a sustentação de um discurso". O objeto aparece, assim, no Real sem a mediação Simbólica do discurso. Em relação à angústia suscitada, no *Seminário 10: A angústia*, Lacan (1962-63/ 2005) a descreve como provocada pela falta da falta. Isso se deve à presentificação do *objeto a*, de modo a cessar o deslocamento metonímico que permitiria a emergência do desejo. Na psicose não há a extração do *objeto a* do campo do Outro, decorrente da operação de separação, através da qual algo cai, marcando a incompletude do Outro e a divisão do sujeito. Guerra (2010) aborda a passagem ao ato como uma tentativa do sujeito de se desvencilhar de sua condição de objeto de gozo do Outro. "É como se realizasse pelo ato (Real) o efeito de separação que o simbólico operaria pela linguagem" (GUERRA, 2010, p. 45).

Enquanto pela via do *acting-out* o sujeito busca subir à cena do objeto, a passagem ao ato corresponde a uma saída de cena em que paradoxalmente o sujeito se deixa cair no lugar do objeto. Tomaremos da literatura analítica, no intuito de interrogar o ato enquanto resposta à angústia, o crime das irmãs Papin, tal como nos foi apresentado por Lacan (1933/ 1976) no artigo *"Motivos do crime paranóico: o crime das irmãs Papin"*. Em relação ao ocorrido com as irmãs Christine e Léa Papin, exímias empregadas domésticas que assassinaram a patroa e sua filha com crueldade, Lacan (1933/ 1976, p. 343) refere que o ato decorreu da construção de um "delírio a dois": "Seu mecanismo [a saber, do delírio a dois] depende da sugestão contingente exercida por um sujeito delirante ativo e um sujeito débil passivo".

Lacan (1933/ 1976, p. 346) refere, ainda, que na noite em que cometeram o crime "as irmãs mesclam a imagem de suas patroas como refletindo o seu próprio mal. É a sua própria miséria o que elas detestam em essa outra dupla". Esse curto-circuito entre sujeito e objeto caracteriza a passagem ao ato, que não pressupõe endereçamento. Se essa ação criminosa constitui uma passagem ao ato, poderíamos postulá-la como uma tentativa de fazer frente a um Outro absoluto, a quem o sujeito vê-se submetido e em relação ao qual permanece alienado. Embora a passagem ao ato possa ter por conseqüência a estabilização do sujeito, ainda que momentânea, não podemos supor que funcione como suplência que permita a amarração dos registros, posto que embora opere no Real como uma resposta frente à angústia que a falta da falta no Outro suscita, carece de sustentação Simbólica.

Calazans e Bastos (2010, p. 250) consideram que "a passagem ao ato não situa a quadripartição que permite uma estrutura e um discurso". De fato, se o sujeito está em curto-circuito com o objeto, não temos o sujeito barrado e o *objeto a* como aquilo que se desprende dele e cai. Na psicose, temos que considerar ainda que o par significante S1→S2 é tomado sincronicamente. É por isso que a passagem ao ato, embora possa apaziguar a angústia, não

permite ao sujeito inserir-se na engrenagem dos discursos. Para tanto, seria necessário que no intervalo entre os significantes S1→S2, instaurado pela extração do *objeto a* do campo do Outro, emergisse o sujeito marcado pela falta. O ato criminoso das irmãs Papin aponta, portanto, não para uma tentativa de estabelecimento de laço social, mas para a ruptura da relação com o outro.

9.4 A função da escrita e do testemunho na construção de uma suplência

Na clínica das psicoses, a posição de secretário ocupada pelo analista permite que o sujeito enderece a ele sua interpretação a propósito de suas relações com os outros semelhantes e com o Outro Simbólico. O analista não responderá desde esse lugar do Outro que o sujeito o situa por intermédio da transferência, já que a tendência do sujeito é se misturar com o Outro (tal como vimos em nossa análise do esquema L). Também não recusará ser o destinatário das elaborações do analisando, mas se oferecerá como suporte à transferência maciça. Na psicose, o sujeito vai trazer seu testemunho dessa relação direta com o Outro, sem mediação Simbólica. É por isso que Lacan afirma que

> [...] o psicótico é um mártir do inconsciente, dando ao termo mártir seu sentido, que é o de testemunhar. Trata-se de um testemunho aberto. O neurótico também é uma testemunha da existência do inconsciente, ele dá um testemunho encoberto que é preciso decifrar. O psicótico [...] parece fixado, imobilizado, numa posição que o coloca sem condição de restaurar autenticamente o sentido do que ele testemunha, e de partilhá-lo no discurso dos outros (1955-56/ 2008, p. 156).

O testemunho aparece na cena analítica sem o apoio de nenhum discurso estabelecido, mas como uma composição a partir das interpretações do sujeito acerca de sua realidade subjetiva. Na psicose, o desencadeamento diz respeito ao encontro do sujeito com o furo deixado no Simbólico, em lugar da simbolização do Nome-do-Pai. Temos que até então o sujeito valia-se das identificações Imaginárias, de forma que sua relação com o outro tinha por base o par imaginário *a-a'*. Tal configuração das significações funciona no sentido de promover suporte ao sujeito, salvo se um dia houver a intervenção de Um-Pai (Real) de modo a exigir do sujeito uma resposta que tenha como único apoio a lei do significante inconsciente.

> Para que a psicose se desencadeie, é preciso que o Nome-do-Pai, foracluído, isto é, jamais advindo no lugar do Outro, seja ali invocado em oposição simbólica ao sujeito. É a falta do Nome-do-Pai nesse lugar que, pelo furo que abre no significado, dá início à cascata de remanejamentos do significante de onde provém

> o desastre crescente do imaginário, até que seja alcançado o nível em que significante e significado se estabilizem na metáfora delirante (LACAN, 1955-56/ 1998, p. 584).

Os remanejamentos do significante provocam alterações no funcionamento da linguagem na psicose, cujo resultado corresponde à equivalência de todos os significantes, sem hierarquia que permitia ordenar o Simbólico. As significações delirantes tentariam encobrir essa homogeneização, ao supervalorizar os significados que sustentam a trama do delírio. Tratam-se, no entanto, de significações que só remetem a elas próprias, permanecendo, pois, irredutíveis. Assim, o que está em jogo na psicose é a ameaça de redução do sujeito a um significante qualquer. Se todos os significantes possuem o mesmo valor, devido ao rechaço do significante Nome-do-Pai que teria a propriedade de diferenciar-se dos demais, o psicótico se depara com aquilo que Allouch (1995, p. 196) designou como um "pulular de equivalentes de nomes próprios".

Allouch (1995, p. 187) propõe que "o significante na psicose se revela equivaler a um nome próprio. Eis o que quer dizer, não que ele permita uma tradução, mas que se presta a uma transliteração que define sua literalidade e o faz persecutório". Situa, assim, a transliteração no cerne do trabalho analítico com a psicose, posto que permite tomar o nome próprio como cifra, que não se traduz (pelo sentido), tampouco é passível de transcrição (pela denotação), mas se translitera (letra por letra). Consideramos que a proposta de Allouch (1995) abre uma via para que possamos interrogar o trabalho analítico com a psicose a partir da estrutura do discurso.

Temos que o que se translitera é a letra, que é efeito de um discurso, por ser impossível de ser traduzida em um saber. A letra é relativa à escrita de um traço que se apaga, tal qual o traço unário que na neurose cai sob a barra do recalque originário; mas esse apagamento, essa rasura, faz com que a letra opere seus efeitos no nível da estrutura do discurso do Outro. Ora, na psicose não ocorreu o recalcamento originário, de modo que o inconsciente (discurso do Outro) se presentifica a céu aberto para o sujeito. A transliteração da letra, proposta por Allouch (1995), que cifra o nome próprio, seria o que permitiria ao sujeito a construção de uma metáfora delirante? A metáfora delirante supõe a possibilidade de um trabalho de simbolização a partir de elementos componentes da trama do delírio. Trata-se da invenção de uma nova significação para designar o ser do sujeito, que sirva de referência à organização Simbólica.

Essa significação superveniente teria a função de prover ao sujeito uma filiação, um lugar na sucessão das gerações, lugar que o neurótico herda do pai, a partir da inscrição do

significante da paternidade no Simbólico. Diante da elisão imaginária, resta ao sujeito um apelo a esse significante que jamais adveio no lugar do Outro. O furo deixado pela ausência do significante Nome-do-Pai no Simbólico provoca um furo correspondente no lugar da significação fálica, devido ao fracasso da metáfora paterna. Assim, o restabelecimento da ordem das coisas após o desencadeamento da psicose depende de um remanejamento do mundo do sujeito, a fim de que possa sustentar-se sem o apoio do significante Nome-do-Pai (ordenador do Simbólico) e sem valer-se da significação fálica, que forneceria uma referência imaginária.

A interpretação delirante é construída, então, a partir do surgimento de uma significação inédita para o sujeito, que se configura enigmática, e em torno da qual ele vai reestruturar aquilo que para ele compõe o campo da realidade, tal como demonstramos a partir da formalização do esquema I. A propósito da interpretação delirante, Allouch (1995, p. 181) aponta que "é uma leitura apoiada na homofonia. Se trata de nela fundar a certeza de que nada mais há naquilo que surge como significante no lugar do Outro do que aquilo que é lido. Essa literalidade revela, assim, que só há perseguição pela letra". A homofonia permitiria "descolar" o significante de uma significação e apontar para outra significação possível. No entanto, diferentemente da operação metafórica, as significações são tomadas sincronicamente, de modo que não fazem furo no saber, não promovem a dialética, posto que a significação superveniente não exclui a anterior.

Essa significação superveniente suscitada pelo delírio interviria no processo de escritura da metáfora delirante, a partir da letra que se translitera, cumprindo função de nomeação para o sujeito. Mas o que estaria em jogo na construção da metáfora delirante? Guerra (2010, p. 58) enumera as seguintes condições: "a) a presença da atividade delirante; b) o trabalho de localização delirante do gozo do Outro, através de uma operação de redução significante [à letra? – interrogamos]; c) o consentimento com a experiência de gozo aí nomeada". Tomemos como exemplo a atividade delirante de Schreber. O gozo do Outro foi localizado: estava atrelado à sua transformação em mulher; o consentimento consistiu na aceitação em ser a mulher de Deus.

> Ao final de seu ensino, Lacan reinterpreta a função do delírio e verifica que, nele, o que conta é a escrita do sujeito, é a fundação de um referente em torno do qual o sujeito possa se escrever para o Outro. Assim, ele trata da escrita da letra com a ajuda da letra até que ela possa abolir o símbolo, e assim realmente elevá-lo a uma nova potência. É isso que tornará sua coexistência compatível com a ausência de suporte, não de um discurso estabelecido, mas de nenhum Nome-do-Pai estabelecido (GUERRA, 2010, p. 60).

Se concordarmos com a autora de que o delírio trata da escrita da letra, poderemos supor que a transliteração, enquanto cifra do nome, cumpre uma função simbólica, que permite limitar o gozo invasivo e desregulado do Outro e possibilita a edificação da metáfora delirante, indicando uma direção para a clínica das psicoses. Se seguirmos a trajetória de Lacan que vai dos discursos ao nó borromeano e retomarmos a (des) articulação dos registros na psicose, lembraremos que na esquizofrenia os três registros ficam soltos, ao passo que na paranóia os três registros formam uma só e mesma consistência (nó de trevo). A não inscrição do significante Nome-do-Pai, que funcionaria como ponto de amarração entre os três registros e ordenador do Simbólico, promoveria essa dissociação ou indiferenciação entre os registros. Ocorre que a metáfora delirante, como vimos, é resultado de uma elaboração Simbólica, de modo que deixa um resto Real inassimilável, que é relativo ao gozo suplementar na psicose.

A criação de um *sinthoma* viria, então, em suplência àquilo que do Real resta sem tradução. O que vai constituir um *sinthoma* para um sujeito não é passível de ser intuído *a priori*, pois o *sinthoma* é singular e relativo a um ato de criação. Assim, pode se realizar pela escrita, pela criação artística, pela composição musical, dentre outras possibilidades e engendra uma sustentação ao nome próprio sem o apoio do Nome-do-Pai. Funciona como suplência à medida que cria um falso furo que enlaça os três registros RSI e possibilita a sua diferenciação. Consideramos importante fazer menção ao *sinthoma* pela relevância que a ele imprimiu Lacan no que tange ao trabalho analítico com a psicose. Entretanto, não nos debruçaremos nos pormenores de sua elaboração, posto que extrapola os objetivos de nossa pesquisa.

9.5 A posição do analista na clínica das psicoses

Buscaremos agora interrogar como o fora-do-discurso traz conseqüências à clínica das psicoses. Como vimos, não podemos falar em laço social na psicose, tal como Lacan (1969-70/ 1992) o definiu enquanto posicionamento a partir de um dos quatro discursos. Entretanto, isso não significa que não haja laço transferencial na psicose, o qual, embora distinto das neuroses de transferência, permitiu a Lacan (1955-56/ 1998) enunciar um tratamento possível da psicose. Se a análise pressupõe uma colocação em ato do inconsciente por intermédio da transferência, então é presumível que o psicótico também reproduza na cena analítica sua posição frente ao Outro. Conforme elaboramos a propósito do achatamento do esquema L, o Outro na psicose coincide com o outro especular, de modo que a perpetuação da alienação

imaginária a um Outro absoluto, detentor do saber (sobre o sujeito), tende a reaparecer na situação de análise.

Diferentemente da neurose, em que a ignorância quanto ao próprio desejo é crucial no desenrolar da análise e o analista fica no lugar de Sujeito Suposto Saber, na psicose o sujeito testemunha a respeito desse Outro que o comanda, a despeito de sua vontade, e diante do qual fica na condição de objeto de gozo. A angústia de ver-se à mercê de um Outro onipotente, não barrado, aparece na cena analítica e o analista assume função de secretário, no sentido de uma disponibilidade para escutar o testemunho do sujeito a propósito dessa relação sem dialética com o Outro. O analista não recusará essa demanda; ao contrário, interessa-se pelo que provém do Outro, pela estrutura desse ser que fala ao sujeito, posto que denuncia o inconsciente mesmo, embora o sujeito não se reconheça no discurso do Outro.

A hipótese estrutural de psicose é formulada pelo analista por intermédio da transferência, que denuncia a posição subjetiva do sujeito, em sua condição de exterioridade em relação aos quatro discursos. A transferência é dita maciça na psicose justamente por manifestar-se sem mediação, numa relação direta com o analista, cujo lugar de alteridade é confundido com o lugar do Outro. Foi, pois, o esquema L que forneceu a Lacan (1955-56/ 1998) o ponto de partida para conceber a transferência na psicose. Ao analista cabe furtar-se da relação dual Imaginária, que o sujeito colocará em cena, uma vez que o reconhecimento Simbólico tanto do sujeito quanto do outro não ocorre na psicose. A transferência, quando sustentada no nível do Imaginário, coloca em cena a rivalidade especular, que se configura mortífera, posto que a existência de um fica condicionada à morte (subjetiva) do outro.

Além das especificidades da transferência, pensar os procedimentos analíticos em relação às psicoses requer interrogar as peculiaridades do discurso. Já elencamos algumas dessas peculiaridades que aparecem como alterações de linguagem, no discurso enquanto equivalente à fala, à diacronia do encadeamento significante. Resta agora interrogar a posição do sujeito psicótico na exterioridade dos discursos enquanto laços sociais, pois tal posição não é sem implicações para o tratamento. Que na psicose não possamos falar em sujeito dividido, que surge na hiância, no intervalo entre o par significante S1→S2, fica claro se considerarmos a não extração do *objeto a*. Não há como pensar, portanto, que o matema dos discursos possa sustentar a estrutura psicótica.

Os quatro discursos são desdobramentos da relação do sujeito com o Outro, que definem formas de lidar com o gozo no laço social com o outro. O fora-do-discurso da psicose deve-se ao fato de que o discurso se define por uma posição simbólica inconsciente, que remete à castração. A clínica das psicoses não se desenrola a partir do giro dos discursos, tal

como observamos em relação à neurose. Ao silenciar, o analista evita ocupar o lugar de um Outro a quem o psicótico deve render-se aos caprichos. Além de oferecer ao sujeito o espaço necessário à enunciação de seu testemunho, evita contribuir com a imaginarização da relação dual alienante, que resulta na rivalidade narcísica. Assim, ao assumir seu lugar, o analista não se ofereceria ao sujeito como duplo imaginário (a-a'), furtando-se da colocação em cena da dinâmica da exclusão recíproca (*ou eu ou outro*).

Justamente porque na psicose o *objeto a* não foi extraído do campo do Outro, o analista não faz objeções à construção (ainda que delirante) do sujeito, posto que tal posicionamento faria com que o lugar do analista coincidisse com o de Outro absoluto. Ademais, tal intervenção não teria eficácia alguma na direção da cura. Isso foi notado por Freud (1911/ 1996, p. 26), ao observar o Relatório de 1899, redigido pelo Dr. Weber a propósito de Schreber: "o paciente acha-se repleto de idéias de origem patológica, que se constituíram num sistema completo; são mais ou menos fixas e parecem inacessíveis à correção por meio de qualquer apreciação e juízo objetivos dos fatos externos". No transcorrer de nossa pesquisa, observamos que não existe consenso quanto à posição do analista na clínica das psicoses. Santos sustenta que

> não há como operar a partir do discurso do analista diante de um tratamento na clínica da psicose. [...] considerando a estrutura psicótica, qualquer tentativa de fazer emergir esse sujeito dividido apontará para a falha em sua estrutura. [...] há a possibilidade de o analista convocar o sujeito psicótico a uma posição de submissão a um Outro barrado, posição ocupada pelo analista, deixando para trás a posição de objeto. [...] Essa estratégia implica ao analista uma posição de sujeito frente ao manejo do tratamento na clínica psicanalítica da psicose (2010, p. 89).

O autor defende, pois, que ao posicionar-se sob a égide do discurso do analista, o psicanalista viria a apontar para a divisão do sujeito. Assim, o analista diante da psicose deveria situar-se na posição de sujeito dividido, a fim de propiciar ao analisando o encontro com um Outro barrado. A nosso ver, esse entendimento mostra-se problemático em mais de um aspecto. Primeiramente, o analista não opera a partir do discurso do analista (tampouco a partir de qualquer dos outros discursos) e isso independe da estrutura do sujeito que solicita análise. Ocorre que se o analisando for neurótico (ou perverso), à medida que procede por associação livre, vai operando o giro por entre os discursos estabelecidos. O que impele o sujeito a trocar de discurso é justamente que o analista não responda desde o lugar que lhe convoca o analisando.

No *Seminário 20: Mais, ainda*, Lacan (1972-73/ 1985, p. 27) vai referir que no curso da análise "há emergência do discurso analítico a cada travessia de um discurso a outro". Não

seria, pois, o analista que operaria a partir do discurso do analista, mas o analisando que promoveria sua emergência a cada troca de posicionamento discursivo. Essa troca ocorre na transferência e é por isso que o amor constitui signo de mudança de discurso. Outro aspecto que nos chama a atenção é que o autor fala em *"falha da estrutura na psicose"*. Ora, a psicose (assim como a neurose e a perversão) é uma estrutura fundada em uma operação de defesa. Não é uma falha na estrutura neurótica que determina uma estruturação psicótica. Trata-se, antes, de outra forma de estruturar a defesa. Defesa contra quê? Contra a demanda do Outro, que ameaça a existência mesma do sujeito para além do Real do corpo.

A esse respeito, Calligaris (1989, p. 14) afirma que "referidos à Demanda somos objetos do gozo, referidos ao saber sobre a Demanda, temos uma significação que nos mantém defendidos, como sujeitos". Assim, embora na psicose não haja a significação fálica a ordenar o saber do sujeito, a defesa se estrutura em um saber que tem no horizonte a totalidade. Daí a errância psicótica, pois todos os caminhos que se apresentam ao sujeito podem vir a compor esse saber. Santos (2010) afirma, ainda, *"a possibilidade de o analista convocar o sujeito psicótico a uma posição de submissão a um Outro barrado"*. Há uma impropriedade aí, posto que se na psicose o *objeto a* não foi extraído do campo do Outro, este se configura absoluto e o sujeito vai trazer para a cena da análise, por intermédio da transferência, a relação com esse Outro tal como a experimenta.

Por fim, cabe observar que o analista não assume a posição de sujeito na clínica psicanalítica. Lacan deixa claro em seu artigo intitulado *"A direção do tratamento e os princípios do seu poder"* que o vínculo imposto ao analista na situação de análise é o de abnegação. Lacan estabelece, então, um contraponto entre a posição do analista e o lugar do morto no jogo de bridge[22]:

> [...] Cara fechada e boca cosida não tem aqui [a saber, na análise] a mesma finalidade que no bridge. Com isso, antes, o analista convoca a ajuda do que nesse jogo é chamado de morto, mas para fazer surgir o quarto jogador que do analisado será parceiro [o Outro, supomos], e cuja mão, através de seus lances o analista se esforçará por fazê-lo adivinhar: é esse o vínculo, digamos, de abnegação, imposto ao analista pelo cacife da partida de análise. [...] Mas o que há de certo é que os sentimentos do analista só têm um lugar possível nesse jogo: o do morto; e que, ao ressuscitá-lo, o jogo prossegue sem que se saiba quem o conduz (1958/ 1998, p. 595).

[22] ***Bridge*** é um jogo de cartas jogado por dois pares de jogadores, em que cada parceiro se senta frente-a-frente. Um jogo de *bridge* é dividido em duas partes, o *leilão* e o *carteio*. O parceiro daquele que carteia, ou seja, daquela que ganhou o leilão fica *morto*, isto é, coloca o seu jogo na mesa depois de ser lançada a primeira carta pelo seu oponente da direita e não interfere mais no carteio desse jogo (WIKIPÉDIA...).

O analista situa-se assim, mais propriamente, desde a sua falta-a-ser do que a partir de seu ser enquanto sujeito. Está em jogo na análise, pois, aquilo que o sujeito imputa ao analista, por intermédio da transferência, de modo que o Outro reaparece no contexto da análise, uma vez que a fala do sujeito é dirigida ao analista. O psicanalista não fica na posição daquele que sabe, mas antes o lugar do analista é o lugar da ignorância, mas de uma ignorância douta, que consiste em saber que há uma verdade da qual nada se sabe. A verdade do sujeito só permite um semi-dizer e não pode, pois, ser traduzida em um saber: a verdade com um saber a menos. A douta ignorância seria, a partir disso, justamente saber da existência de uma verdade da qual não se sabe: a verdade com um saber a mais.

Em relação à clínica das neuroses, partimos da proposição de que o desenrolar da análise ocorre a partir do trânsito de um discurso ao outro por parte do analisando, na medida em que visa ao sujeito da enunciação[23]. Os quatro discursos determinam as enunciações produzidas pelo ser falante. Para que o sujeito (neurótico) entre em análise, é preciso que haja a histericização do discurso. O que isso quer dizer? Implica que o sujeito se enuncie a partir do discurso da histérica, que fale desde o lugar de $, sujeito que, dividido pelo significante, não sabe o quê deseja. Dirige-se ao S1 (significante-mestre) a fim de produzir saber (S2) a propósito do desejo (inconsciente). Uma ocorrência pode conduzir à mudança de discurso, posto que os discursos trazem a possibilidade de progressão ou regressão, a partir do giro de um quarto de volta no sentido horário ou anti-horário, respectivamente.

O analista buscaria instaurar o espaço aberto, que permitiria ao sujeito compor a cena tal como a experimenta em suas relações com os outros (semelhantes). Se o laço social, que depende do posicionamento a partir de um dos quatro discursos, traz em seu cerne a transferência, é esta que permite a mudança de discurso. No *Seminário 20: Mais, ainda*, Lacan (1972-73/ 1985, p. 27) deixa isso claro ao afirmar que "o amor é o signo de que trocamos de discurso". Na clínica das neuroses, o analista possibilita, por intermédio da sustentação da transferência, a rotação dos discursos em direção ao discurso analítico, posto que não legitima o semblante que cada discurso se propõe a sustentar. A direção do processo de análise aponta, portanto, para a formação de um analista.

O neurótico chega para análise procurando um ponto, uma posição a partir da qual consiga ver-se amável diante do Outro. Essa posição, marcada por um "querer agradar", refere-se à busca do sujeito neurótico por um lugar no desejo do Outro. Aquele a quem o

[23] Lembremos que Lacan (1968-69/ 2008, p. 11), na introdução do Seminário 16 intitulado *"De um Outro ao outro"*, escreve que "a essência da teoria psicanalítica é um discurso sem fala", alertando-nos para aquilo a que o discurso alude, a saber, à primazia da enunciação sobre o enunciado.

saber é suposto é a quem o sujeito vai dirigir seu amor e sua demanda de amor. Assim, buscará ser um eu ideal amável diante daquele que, ao ocupar esse lugar suposto ao saber, está em condição de Ideal do eu para o sujeito. O trabalho da análise seria, pois, permitir que esse sujeito que vem com uma demanda de amor tenha acesso ao desejo. Trata-se, pois, de colocar a demanda entre parênteses, posto que a satisfação desta implicaria a subtração do objeto do desejo. Seria esse trabalho da análise que permitiria o atravessamento do fantasma no Grafo do Desejo.

O que funda a possibilidade do desejo é a lei Simbólica, que regula o interdito edípico, instaurando uma genealogia e outorgando ao sujeito um lugar na filiação, desde onde vai poder desejar. O neurótico vai buscar sustentar o agente da lei, fazer depender da autorização do Outro, a quem supõe o saber, o exercício de seu próprio desejo. Responder à demanda de amor do analisante (ou frustrá-la, o que daria no mesmo, pois o manteria preso à demanda), não lançaria o sujeito em direção ao desejo, mas o colocaria no caminho da renúncia a esse lugar desde onde poderia desejar. A propósito da direção da cura na neurose, Calligaris vai dizer que, ao dirigir seu amor ao Sujeito Suposto Saber, o que o sujeito vai encontrar é o desejo do analisa, isto é,

> [...] algo que lhe restitua o lugar de onde querer e falar o seu lugar na estrutura. Enfim, uma resposta que reconheça o sujeito, que o reconheça no sentido forte, como efeito de discurso. Não se trata de um desengano. Trata-se bem disso: de reconhecer o sujeito como efeito de discurso (2006, p. 21).

Essa posição do analista situa o sujeito em um lugar desde onde possa desejar, o que é diferente de autorizá-lo ao exercício do desejo: trata-se, antes, de fazê-lo prescindir dessa autorização e, ainda assim, poder desejar. Quanto a restituir ao sujeito um lugar na estrutura, isso permitiria o exercício dessa estrutura inconsciente ou, em outras palavras, o posicionamento no discurso. Calligaris (2006) dirá que esse exercício é o da verdade do sujeito, que por isso não pode ser traduzida em um saber. Pelo fato mesmo de o sujeito falar, ele demanda algo ao analista: uma resposta. Mas de nada adiantaria atender a esse pedido, até mesmo porque, independentemente da resposta, não há como satisfazer a demanda:

> sua demanda é intransitiva, não implica nenhum objeto. [...] Somente o sujeito é transitivo. [...] Assim, o analista é aquele que sustenta a demanda, não, como se costuma dizer, para frustrar o sujeito, mas para que reapareçam os significantes em que sua frustração está retida (LACAN, 1958/ 1998, p. 623 e 624).

Seriam, pois, esses significantes que apontariam para o desejo que o sujeito renunciou ao buscar satisfazer a demanda do Outro. É por isso que a direção do tratamento é orientada pelos efeitos da demanda. Na psicose, o sujeito também vai buscar responder à demanda imaginária do Outro, mas não há uma saída possível pela via do desejo, que permitiria ao sujeito abandonar essa posição que implica o próprio sacrifício para atender aos caprichos do Outro. O analista, ao ocupar a posição do morto, mesmo que o sujeito psicótico lhe impute a condição de absoluto, não responderá desde esse lugar.

Para o psicótico, a situação de análise poderá, talvez, possibilitar um encontro com o outro - que coincide com o lugar do Outro - menos ameaçador (seja de engano, seja de confrontação com a fragilidade da ancoragem Simbólica, seja de imaginarização da relação dual especular que assume caráter mortífero) e que permita, a partir da sustentação do testemunho, forjar um lugar Simbólico para o sujeito. Esse lugar Simbólico, como vimos, decorre da edificação de uma metáfora delirante, que promova a construção de um lugar em uma filiação. A esse respeito, Calligaris (1989, p. 112) refere que "o caminho de um fim de análise para um psicótico parece dever passar por uma experiência Real da contingência da exigência paterna ou diretamente talvez do esvaziamento da Demanda imaginária do Outro".

Retomamos essa colocação que Calligaris proferiu já em 1989 pelo fato de o psicanalista referir-se especificamente àquilo que supõe apontar na direção do fim de análise na clínica das psicoses. Do ponto de vista da lógica, uma proposição contingente é aquela que admite verdadeiro e falso como resultados com valor lógico aceitável; a contingência, pois, abre espaço para a dialética. Assim, se o encontro com Um-Pai (Real) for contingente não se apresentará ao sujeito como um imperativo a referir-se ao Nome-do-Pai para sustentar seu posicionamento no Simbólico, o que poderia conduzir ao desencadeamento da psicose. No que tange ao esvaziamento da demanda imaginária do Outro, consideramos que constitui efeito da postura de abnegação do analista. Embora não seja possível uma total destituição da demanda do Outro, no lugar do morto o analista não contribuirá com a imposição desta ao sujeito.

Nesse sentido, entendemos que tanto a contingência da exigência paterna quanto o esvaziamento da demanda imaginária do Outro dizem respeito mais a efeitos da posição do analista, do que definem a experiência do sujeito no fim de análise. Embora não possamos, *a priori*, antecipar como será a singularidade da experiência de análise para cada sujeito, lembremos que a estabilização da psicose de Schreber decorreu da construção do delírio. Ser a mulher de Deus, que daria origem a uma nova humanidade, confere um lugar Simbólico ao sujeito. Schreber estruturou seu delírio pela via da escrita de suas Memórias e a realização da

ideação delirante é projetada em um futuro assintótico. Isso remete-nos ao Esquema I, construído por Lacan (1955-56/ 1998) a fim de demonstrar como a realidade é restabelecida para o sujeito ao cabo de uma crise psicótica.

Na psicose o sujeito não está dividido pela operação de castração, não há a extração do *objeto a* do campo do Outro, de modo que o sujeito vê-se submetido a um Outro absoluto. Mas se não é a divisão subjetiva, o que levaria um sujeito psicótico a procurar o analista? Ocorre que na psicose o sujeito não escapa da angústia (a própria definição da angústia como a falta da falta permite-nos aproximá-la da não extração do *objeto a*). Submetido a uma relação com um Outro que o mortifica, a própria existência do sujeito aparece ameaçada. Lacan (1955-56/ 2008, p. 53), no contexto do *Seminário 3: As psicoses*, esclarece-nos que "é a respeito da estrutura desse ser que fala ao sujeito, que o paranóico lhes traz seu testemunho". É assim que o analista assume a função de secretário do alienado. O testemunho do paranóico refere-se a esse empenho do Outro em dirigi-lo, em mantê-lo alienado e submetido a seus ditames, diante dos quais o sujeito vê-se sem saída, posto que dessa relação com o Outro depende sua própria existência.

Se o psicótico está fora-do-discurso, então não há como se posicionar desde um dos quatro discursos, o que nos impede de pensar que o processo analítico se desdobre a partir do trânsito de um discurso a outro, tal como Lacan (1972-73/ 1985) descreve no *Seminário 20: Mais, ainda*. Na clínica das psicoses, supomos o analista novamente no lugar do morto do jogo de *bridge*, silenciando quanto ao saber. Na psicose, como vimos, o saber não é suposto ao outro[24], mas o que há é a certeza de que o Outro sabe. Manter o saber em suspenso é fundamental à clínica psicanalítica; no trabalho com as psicoses, este pode assumir caráter persecutório para o sujeito. Não é, pois, a posição do analista que difere diante da neurose ou da psicose, mas sim aquilo que o sujeito imputa ao analista, se a fala do sujeito supõe um Outro barrado ou absoluto.

Em *"A direção do tratamento e os princípios do seu poder"*, Lacan alude que para a sustentação de seu lugar o analista tem que pagar um preço:

> - pagar com palavras, sem dúvida, se a transmutação que elas sofrem pela operação analítica as eleva a seu efeito de interpretação;
> - mas pagar também com sua pessoa, na medida em que, haja o que houver, ele a empresta como suporte aos fenômenos singulares que a análise descobriu na transferência;

[24] Aqui poderíamos grafar "Outro" com maiúscula ou "outro" com minúscula, posto que, como vimos, devido ao achatamento do esquema L na psicose, o lugar do Outro e do outro coincidem.

> - [...] ele tem que pagar com o que há de essencial em seu juízo mais íntimo, para intervir numa ação que vai ao cerne do ser: [...] seria ele o único a ficar fora do jogo? (1958/ 1998, p. 593).

Estamos considerando que essas condições sejam válidas independentemente da estrutura do sujeito que solicite análise. No que se refere às palavras que porventura o analista profira, há que se ter cuidado, especialmente na clínica das psicoses, posto que o sujeito vai escutá-las como se estivessem provindo da pessoa que transferencialmente imputa ao analista. Assim, se o psicótico estiver dirigindo-se a um Outro absoluto, estas palavras podem adquirir o peso de uma imposição. Quanto à "pagar com sua pessoa", isso é essencial para que o analista possa ocupar o lugar de secretário e fornecer suporte à transferência, a fim de que o analisando possa enunciar o testemunho de sua posição em relação ao Outro.

Lacan (1958/ 1998, p. 603) dirá que o princípio do poder da análise "não se distingue da sugestão", mas a análise estaria condicionada a que o analista, a despeito de ter esse poder, não se sirva dele ao dirigir o tratamento. É essa abstenção por parte do analista que possibilitaria que a análise acontecesse. No processo de análise da psicose, a construção pelo sujeito das interpretações delirantes surge como tentativa de responder ao enigma das significações que são impostas pelo Outro. Essas significações permanecem enigmáticas para o sujeito, devido à ausência da significação fálica, que viria em lugar da significação desconhecida a partir da operação da metáfora paterna. O analista escuta o testemunho do sujeito acerca de sua relação com o Outro.

Talvez a tarefa do analista seja colocar em evidência, no manejo da transferência, a falha Real que determina todo discurso. O Real é o impossível de ser dito, o que só se afirma pelos impasses da lógica. Se considerarmos que o furo no Simbólico é o Real, seria necessário circunscrevê-lo a fim de viabilizar a construção de uma metáfora delirante viável socialmente, que assuma função de suplência a não inscrição do significante Nome-do-Pai no registro do Simbólico e promova o trânsito pelo social. A clínica da psicose lança o analista nesse desafio de possibilitar a edificação dessa metáfora. O psicanalista aponta para a possibilidade de que o saber possa funcionar "como se" fosse verdade; considera a impotência do saber em abarcar a verdade do sujeito, a impossibilidade, pois, da existência de um Outro absoluto.

10 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos em nossa pesquisa trilhar um caminho que nos permitisse desdobrar como o discurso fora elaborado por Freud e Lacan e investigar de que maneira este pôde ser pensado em relação à psicose, à medida que o estatuto do termo foi sendo modificado no transcorrer das elaborações psicanalíticas. Valemo-nos da topologia como método de investigação por considerarmos que a estrutura daquilo que pretendemos investigar deve ser a mesma do que elegemos para subsidiar a pesquisa. Na medida em que as construções topológicas permitem uma apresentação sincrônica dos elementos em jogo, cremos que possibilitam abordar a estrutura mesma do discurso. Como vimos, o discurso é pura estrutura a determinar o posicionamento subjetivo, assim como o inconsciente é estrutura que designa o lugar do Outro para o sujeito. Consideramos que uma apresentação explicativa, na diacronia da linguagem, limitaria a abordagem lógica daquilo mesmo que nos propusemos a investigar, a saber, a estrutura do discurso na psicose.

Na constituição do sujeito, a noção de "eu" é algo que primeiramente é experimentado como proveniente de fora, como algo estranho ao próprio sujeito em seu interior. Isso pôde ser explicitado na representação da estrutura neurótica a partir da figura do toro, na qual as exterioridades central e periférica não constituem senão uma só e mesma região. Essa concepção da relação entre o interior e o exterior é em si mesma topológica. A idéia apresentada por Freud (1925/ 1996) em *"A negativa"* permitiu-nos estabelecer a simultaneidade com que algo é incluído no aparelho psíquico, mediante a afirmação primordial (*Bejahung*) - que possibilita a inscrição do significante Nome-do-Pai no Simbólico - e algo é expulso para o exterior (*Ausstossung*). Ora, o que fica "fora" e escapa à simbolização e à representação é relativo ao domínio do Real. Tais considerações permitiram-nos problematizar a idéia do "fora" enquanto exterioridade.

Em nosso trabalho de construção teórica buscamos permanentemente manter um diálogo com a prática analítica; consideramos que as noções topológicas que articulamos, com vista à ampliação do entendimento da estrutura do discurso, seriam meras abstrações lógicas se não supuséssemos sua aplicabilidade à clínica psicanalítica. Para tanto, lançamos mão tanto de casos descritos na literatura psicanalítica, quanto da análise de contos e poesias literárias, que julgamos exemplares por retratarem através da ficção aquilo que é da ordem da experiência humana no que tange à relação do sujeito com o outro. Em *"Rejeição"*, Carlos Drummond de Andrade (1997) retrata com brilhantismo uma relação direta do sujeito com o semelhante, sem mediação Simbólica do Outro, que permanece no âmbito da rivalidade

especular. A descrição poética é exemplar do que implica o achatamento do Esquema L na psicose.

Da literatura psicanalítica, retomamos considerações de Freud (1911/ 1996) a propósito da paranóia do presidente Schreber, a fim de extrairmos elementos que nos permitissem depreender o entendimento de discurso que subjaz aos desenvolvimentos freudianos. Embora Freud não tenha explicitado especificamente as relações da psicose com o discurso, consideramos que o texto freudiano permite uma prefiguração da noção psicanalítica de discurso, na medida em que a estrutura do discurso depende do corte que funda o inconsciente, da consideração, portanto, de uma cisão subjetiva. O delírio de Schreber permite-nos vislumbrar a transposição para a realidade do conflito inconsciente experimentado pelo sujeito, que Freud antecipou estar submetido a um mecanismo distinto do recalque.

Entender o discurso como a relação entre significações que se produzem na diacronia do encadeamento significante, tal como encontramos no contexto do *Seminário 3: As psicoses*, permitiu a Lacan (1955-56/ 2008) não apenas admitir o termo discurso para a psicose, mas também considerar ser aquilo que se passa a nível do discurso que permite distinguir o delírio na fala do sujeito. O que possibilitaria identificar que se trata de um delírio seria relativo à sincronicidade da articulação dos significantes, que imprime força a uma única significação. Suspeitamos que já nesse contexto Lacan (1955-56/ 2008) antecipa, sem o saber, algo que forneceu as bases para conceber o fora-do-discurso da psicose: estamos nos referindo à idéia de que o discurso se instalaria no espaço que há entre várias linhas significantes. No Grafo do Desejo, o posicionamento no discurso depende do acesso às relações que se estabelecem entre os elementos dispostos no segundo andar do grafo. O grafo completo pressupõe, pois, duas linhas significantes: a do enunciado a e da enunciação.

A modificação da concepção de discurso ao longo da elaboração de Lacan, culminou na construção do matema dos quatro discursos que, sabemos, depende da existência de um intervalo entre os significantes para ali restar dividido o sujeito. Se considerarmos que a realidade sempre se funda em um discurso e que não há como inferir a existência de uma realidade pré-discursiva, o que vimos foi que o fora-do-discurso da psicose implica alterações na composição do campo da realidade enquanto tal. A partir da análise do Esquema I, enquanto distorção daquilo que delimita o campo da realidade na neurose (Esquema R), foi-nos possível esquematizar como a realidade é restabelecida para o sujeito ao término de uma crise psicótica, a exemplo de Schreber. Devido à elisão do significante da falta no Outro (Φ) e à foraclusão do Nome-do-Pai (ordenador do Simbólico), a realidade se infinitiza para o

sujeito, o que explica a errância do psicótico. Resta ao sujeito um percurso infinito, posto que todas as significações são possíveis.

Buscamos, ainda, explicitar como o discurso aparece no Grafo do Desejo e as conseqüências de os elementos representados no segundo andar do grafo não operarem na psicose. Como vimos, no grafo, o discurso cruza a cadeia significante no lugar do código (A). Na psicose, essa passagem para o segundo andar, no qual o Outro é barrado, não ocorre; o discurso se rompe quando atinge o lugar do código (A), o que impede que o sujeito possa ascender à condição de desejante. Nessa perspectiva, uma das conseqüências de o psicótico estar fora-do-discurso seria justamente que a dialética do desejo não se produz. Para que o sujeito possa desejar, é preciso sair do círculo infernal da demanda, instaurado na relação com o Outro primordial, descompletando o Outro. Essa passagem, do primeiro para o segundo andar do grafo, depende, pois, da extração do *objeto a* e da inscrição do significante fálico (Φ), mediante a operação da metáfora paterna. Na psicose, ausentes essas condições, resta ao sujeito identificar-se a um significante do Outro tomado como ideal ou fixar-se a uma imagem capturada do semelhante.

Nossa pesquisa privilegiou casos de paranóia para interrogar o discurso na psicose, o que não foi inintencional. Ao abordarmos as diferenças entre paranóia e esquizofrenia, vimos que enquanto na paranóia há a retenção de um significante (S1), ao qual todos os demais fazem referência, na esquizofrenia o que temos é uma dispersão significante. Sem hierarquia, todos os signficantes teriam o mesmo valor. Isso nos conduziu a levantar a hipótese de que, se houvesse a possibilidade de inclusão da psicose nos quatro discursos, isso seria mais provável na paranóia, devido justamente à retenção do S1 no campo do Outro (saber inconsciente), de modo a representar o sujeito. Essa conjectura foi logo descartada, posto que na paranóia S1 se holofraseia com S2, de maneira que não faz "furo" no saber, não descompleta o Outro. Teríamos, pois, S1 (significante-mestre retido), S2 (saber) e S (sujeito); com esses elementos, não há como compor o matema dos discursos.

As considerações teóricas que percorremos em nossa investigação sugerem que a alusão de Lacan (1973/ 2003, p. 492), em *"O aturdito"*, ao "fora-do-discurso da psicose" faz referência à impossibilidade de aplicação do matema dos quatro discursos à estrutura psicótica. Isso se deve ao fato, como vimos, de não podermos falar em sujeito dividido pela operação de castração na psicose, tampouco de extração do *objeto a*, de modo a descompletar o sujeito e o Outro. Ademais, o fora-do-discurso da psicose se justifica devido à inviabilidade de sustentar o lugar de agente de um discurso, em função de não ser possível ao sujeito fazer semblante. Isso porque para sustentar um semblante é necessária a conjunção do Simbólico e

do Imaginário; na psicose, como vimos, os três registros tem uma só e mesma consistência (paranóia) ou estão desarticulados (esquizofrenia). A foraclusão impede que o Nome-do-Pai funcione como ordenador do Simbólico e promova a amarragem dos registros.

Ao final de nossa pesquisa estabelecemos um contraponto entre laço social e laço transferencial, diferenciando-os e desdobrando as peculiaridades da transferência na psicose. Em seguida, desenvolvemos a proposição de que o fora-do-discurso da psicose não impede a construção ficcional do delírio, uma vez que a verdade do sujeito tem estrutura de ficção. Retomamos a proposta de Allouch (1995), que situa a transliteração no cerne do trabalho analítico com a psicose. Nessa perspectiva, o nome próprio, tomado como cifra, engendra um trabalho de simbolização que possibilita a escritura de uma metáfora delirante. A construção de uma suplência ao Nome-do-Pai que não foi inscrito no Simbólico indica-nos uma direção possível ao tratamento analítico das psicoses. Para tanto, a disponibilidade do analista na posição de secretário é essencial por ofertar ao sujeito um espaço que acolha a enunciação de seu testemunho.

Por fim, privilegiamos o ensaio como forma por não visarmos a conclusões acabadas e definitivas, mas procurarmos antes promover uma abertura de perspectivas para interrogar o discurso na psicose. Nossa construção teórica enfatizou algumas construções topológicas de Lacan, a fim de promover uma abordagem lógica das implicações estruturais que o fora-do-discurso traz à psicose. Buscamos, ainda, esboçar alguns contornos no que tange à aplicabilidade dessas considerações topológicas à clínica psicanalítica das psicoses. Algumas questões permaneceram em aberto; não era nosso intuito esgotar o tema, mas sim desenvolver algumas linhas de reflexão. Embora a loucura não seja “privilégio” da psicose, consideramos que a singularidade dos caminhos trilhados pelos sujeitos que se estruturaram por essa via tem muito a ensinar àqueles que se aventuram pela psicanálise.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Theodor. O ensaio como forma (1974). In: *Notas de Literatura I*. São Paulo: Duas Cidades, 2003, p. 15-45.

ALLOUCH, Jean. *Letra a Letra:* transcrever, traduzir, transliterar. Rio de Janeiro: Campo Matêmico, 1995.

ANDRADE, C. Drummond de. *A cor de cada um*. Rio de Janeiro: Record, 1997.

ASSIS, Machado de. O espelho. In: *Obra completa de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994, v. II, p. 80-85.

BARTIJOTTO, Juliana. Demanda, desejo e gozo: a direção do tratamento. In: *Lalíngua*: Espaço de Interlocução em Psicanálise. 2010. Disponível em: www.blogspot.com. Acesso em: 06 jan. 2012.

BERNARDO, Gustavo. *O livro da metaficção*. Rio de Janeiro: Tinta Negra Bazar Editorial, 2010, p. 9-84.

BRIDGE. In: WIKIPÉDIA: A enciclopédia livre. Disponível em: www.wikipedia.org. Acesso em: 17. jan. 2012.

CALLIGARIS, Contardo. Estória de um engano. In: *Correio da APPOA*. Porto Alegre: APPOA, 2006, n.151, p. 10-23.

_____. *Introdução a uma clínica diferencial das psicoses*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

CALAZANS, R.; BASTOS, A. Passagem ao ato e acting-out: duas respostas subjetivas. In: *Fractal:* Revista de Psicologia, 2010, v. 22, nº2, p. 245-256.

CAON, José Luiz. Serendipidade e situação psicanalítica de pesquisa no contexto da apresentação psicanalítica de pacientes**.** In: *Psicologia Reflexão e Crítica* [online], 1997, v.10, n.1, p. 105-123.

COSTA, Ana Maria M. *Clinicando:* escritas da clínica psicanalítica. Porto Alegre: APPOA, 2008, p. 12-38.

EIDELSZTEIN, Alfredo. *El grafo del deseo.* 2.ed. Buenos Aires: Letra Viva, 2007.

_____. *Las estructuras clinicas a partir de Lacan I:* Intervalo y holofrase, locura, psicosis, psicosomática y debilidad mental. 2.ed. Buenos Aires: Letra Viva, 2008, v.1.

_____. *Modelos, esquemas y grafos em la enseñanza de Lacan*. Buenos Aires: Manantial Estúdios de Psicoanalisis, 1992.

FERNANDES, Francisco. *Dicionário Brasileiro Globo*. 30.ed. São Paulo: Globo, 1993.

FREUD, Sigmund. A dinâmica da transferência (1912). In: *Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud:* edição standard brasileira. Rio de Janeiro: Imago, 1996, v. XII, p. 111-119.

_____. A negativa (1925). In: *Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud:* edição standard brasileira. Rio de Janeiro: Imago, 1996, v. XIX, p. 265-269.

_____. A perda da realidade na neurose e na psicose (1924). In: *Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud:* edição standard brasileira. Rio de Janeiro: Imago, 1996, v. XIX, p. 206-209.

_____. Conferência XXXIV: Explicações, Aplicações e Orientações (1933). In: *Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud:* edição standard brasileira. Rio de Janeiro: Imago, 1996, v. XXII, p. 135-154.

_____. História de uma neurose infantil (1918 [1914]). In: *Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud:* edição standard brasileira. Rio de Janeiro: Imago, 1996, v. XVII, p. 19-127.

_____. Neurose e psicose (1924). In: *Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud:* edição standard brasileira. Rio de Janeiro: Imago, 1996, v. XIX, p. 167-171.

_____. Notas psicanalíticas sobre um relato autobiográfico de um caso de paranóia: dementia paranoides (1911). In: *Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud:* edição standard brasileira. Rio de Janeiro: Imago, 1996, v. XII, p. 21-89.

_____. Projeto para uma psicologia científica (1950 [1895]). In: *Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud:* edição standard brasileira. Rio de Janeiro: Imago, 1996, v. I, p. 347-396.

_____. Recomendações aos médicos que praticam a psicanálise (1912). In: *Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud:* edição standard brasileira. Rio de Janeiro: Imago, 1996, v. XII, p. 121-133.

FLEIG, Mário. A invenção lacaniana da clínica da psicose. In: *Scriptura 7 – A clínica das psicoses.* Porto Alegre: Escola de Estudos Psicanalíticos, 2011.

GALLANO, Carmen. "Não sou paranóico". In: *O sintoma-charlatão*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1998, p. 182-187.

GUERRA, Andréa. A clínica das psicoses na perspectiva borromeana. In: *Revista Ágora*. 2008. Disponível em: www.clin-a.com.br. Acesso em 12 jan. 2012.

_____. *A psicose*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2010.

HEIDEGGER, M. *Ser e tempo* (1927). Petrópolis: Vozes, 1988.

JULIEN, Philippe. *As psicoses:* um estudo sobre a paranóia comum. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 1999.

_____. *Psicose, perversão, neurose:* a leitura de Jacques Lacan. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2003.

KAUFMANN, Pierre. *Dicionário Enciclopédico de Psicanálise:* o legado de Freud a Lacan. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1996.

LACAN, Jacques. A direção do tratamento e os princípios de seu poder (1958). In: *Escritos*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1998, p. 585-652.

_____. De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose (1955 ou 1956). In: *Escritos*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1998, p. 537-590.

_____. Formulações sobre a causalidade psíquica (1946). In: *Escritos*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1998, p. 152-194.

_____. Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise (1953). In: *Escritos*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1998, p. 237-324.

_____. La anomalía de estructura y la fijación de desarrollo de la personalidad de Aimée son las causas primeras de la psicosis (1932). In: *De la psicosis paranóica em sus relaciones com la personalidad.* México: Siglo Veintiuno Editores, 1976, p. 224-276.

_____. Motivos del crimen paranóico: el crimen de lãs hermanas Papin (1933). In: *De la psicosis paranóica em sus relaciones com la personalidad.* México: Siglo Veintiuno Editores, 1976, p. 338-346.

_____. O aturdito (1973). In: *Outros Escritos*. Rio de Janeiro, J. Zahar, 2003.

_____. Observação sobre o relatório de Daniel Lagache: "Psicanálise e estrutura da personalidade" (1960). In: *Escritos*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1998, p. 647-691.

_____. *O Seminário, Livro 1: Os Escritos Técnicos de Freud* (1953 ou 1954). Rio de Janeiro: J. Zahar, 1986.

_____. *O Seminário, Livro 3: As psicoses* (1955 ou 1956). 2.ed. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2008.

_____. *O Seminário, Livro 5: As formações do inconsciente* (1957 ou 1958). Rio de Janeiro: J. Zahar, 1999.

_____. *O Seminário, Livro 8: A transferência* (1960 ou 1961). Rio de Janeiro: J. Zahar, 1992.

_____. *O Seminário, Livro 10: A angústia* (1962 ou 1963). Rio de Janeiro: J. Zahar, 2005.

_____. *O Seminário, Livro 11: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise* (1964). 2.ed. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1998.

_____. *O Seminário, Livro 16: de um Outro ao outro* (1968 ou 1969). Rio de Janeiro: J. Zahar, 2008.

_____. *O Seminário, Livro 17: O avesso da psicanálise* (1969 ou 1970). Rio de Janeiro: J. Zahar, 1992.

_____. *O Seminário, Livro 18: De um discurso que não fosse semblante* (1971). Rio de Janeiro: J. Zahar, 2009.

_____. *O Seminário, Livro 20: Mais, ainda* (1972 ou 1973). 2.ed. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1985.

_____. *O Seminário, Livro 22: R.S.I.* (1974 ou 1975). Buenos Aires: Escuela Freudiana (publicação não comercial), 2002.

_____. O seminário sobre "A carta roubada" (1966). In: *Escritos*, 1998, p. 11-66.

_____. Ouverture de la section clinique (1977). In: *Ornicar?* nº 9, 1977, p. 7-14.

_____. Radiofonia (1970). In: *Outros Escritos*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2003, p. 400-447.

_____. Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano (1960). In: *Escritos*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1998.

MAGNO, M. D. *Ad sorores quatuor: seminário 1978*. Rio de Janeiro: NovaMente, 2007.

MELMAN, Charles. *Novos Estudos sobre a Histeria*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.

MEZÊNCIO, Márcia. Transferência na psicose: erotomania. In: *A aplicação da psicanálise no tratamento da psicose:* especificidade da transferência. 2004. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2004.

MILLER, J. A. Produzir o sujeito. In: *Matemas I*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1996, p. 155-161.

QUINET, Antonio. A heteridade de Lacan. In: *Jornal Gradiva*. Rio de Janeiro: Sociedade Psicanalítica GRADIVA, 2001.

_____. *Psicose e laço social:* esquizofrenia, paranóia e melancolia. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2006.

ROSA, João Guimarães. O espelho. In: *Primeiras estórias*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967, p. 182-208.

SANTOS, Hudson. Algumas considerações acerca da transferência na psicose. In: *Estudos Contemporâneos da Subjetividade* – ECOS, v.1, nº1, 2010.

SARTORI, Ana Paula. Algumas considerações sobre S1 e o laço social na psicose. In: RINALDI, Doris; COUTINHO JORGE, Marco Antônio (Org.). *Saber, verdade e gozo:* leituras de O seminário, Livro 17, de Jacques Lacan. Rio de Janeiro: Rios Ambiciosos, 2002.

SEVERIANO, Davi. Perspectiva. In: Revista Paisagismo Digital. 2011. Disponível em: www.auepaisagismo.com. Acesso em : 18 jan. 2012

SOLER, Colette. *O inconsciente a céu aberto da psicose*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2007.

TODOROV, Tzvetan. *Os gêneros do discurso* (1978). São Paulo: Martins Fontes, 1980, p. 75-82.

VERHAEGHE, Paul. *From Impossibility to Inability:* Lacan's Theory of the Four discourses. Tradução de: José Luiz Caon. The Letter, 3: Spring, 1995, p. 76-100.